Walkiria Martinez Heinrich Ferrer

ANEXO AO PROCESSO Nº 270/97 - CM
DEFESA DA TESE DE DOUTORADO EM 17/04/2001

O Exame Nacional de Cursos Sob a Ótica da Grande Imprensa Paulista

cm 1 2 3 4 5 6 7 8 unesp 12 13 14 15 16 17 18 19

WALKIRIA MARTINEZ HEINRICH FERRER

O EXAME NACIONAL DE CURSOS

SOB A ÓTICA DA GRANDE

IMPRENSA PAULISTA

unesp

WALKIRIA MARTINEZ HEINRICH FERRER

Fac. de Filosofia e Ciências - Campus de Marília
BIBLIOTECA

O EXAME NACIONAL DE CURSOS SOB A ÓTICA DA GRANDE IMPRENSA PAULISTA

1806
0801
K

Tese apresentada à Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Campus de Marília, para obtenção do título de Doutorado em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Gustavo Luis Gutierrez

1410001206



Marília
2001

unesp

Nº cham 378.155
F385e

Nº Tombo 1206
Aquisição Doação
Preço 5,00
Data 20/06/01
Proced. Autor

Ferrer, Walkiria Martinez Heinrich
O Exame Nacional de Cursos sob a ótica da grande imprensa Paulista / Walkiria Martinez Heinrich Ferrer. Marilia, 2000.
187 p. ; 30 cm.

Tese (doutorado) - - Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília, 2000.
Bibliografia: p. 141-148

1. Universidade – avaliação – imprensa I. Autor. II. Título.

CDD20 – 378.155

SUMÁRIO

Lista de Tabelas..... 5
Lista de Abreviaturas..... 7
Resumo..... 8
Introdução..... 9

Capítulo 1 - O Mundo Globalizado..... 15
1.1 A origem do processo de mundialização do capital..... 17
1.2 O ideário neoliberal: a expressão política do processo de *globalização* 22

Capítulo 2 - A educação face ao contexto da nova ordem mundial..... 29
2.1 Integração entre ensino superior e processo produtivo capitalista: novas determinações face às transformações do contexto econômico..... 32
2.2 O modelo neoliberal na condução da política educacional 37
2.3 Algumas tendências para o financiamento do ensino superior no Brasil..... 41
O Financiamento Estudantil - FIES..... 42
O financiamento por meio da concessão de bolsas de estudo .. 45
A polêmica cobrança de mensalidades nas Instituições Públicas de Educação Superior..... 46
2.4 O poder estatal como agente avaliativo 48

Capítulo 3 - O sistema de avaliação das Instituições de Ensino Superior no Brasil: as origens do Exame Nacional de Cursos - *provão* 51
3.1 Mecanismos de avaliação das IES: PARU e PAIUB 52
3.2 A origem do *provão*..... 55
3.3 A aplicação das provas do Exame Nacional de Cursos..... 60

Capítulo 4 – Os Manuais de Redação dos jornais *O Estado de S.Paulo* e *Folha de S.Paulo*..... 69

4.1 Manual de Redação e Estilo do jornal *O Estado de S.Paulo*... 73

4 2 Manual de Redação do jornal *Folha de S.Paul.o* 75

4.3 Definição do material jornalístico selecionado: notícias, reportagens e editoriais..... 78

Capítulo 5 - O jornal *O Estado de S.Paulo* 82

5.1 Análise quantitativa do material jornalístico..... 83

5.2 Análise qualitativa do material jornalístico..... 88

5.3 Considerações finais..... 102

Capítulo 6 - O jornal *Folha de S.Paulo* 108

6.1 Análise quantitativa do material jornalístico 109

6.2 Análise qualitativa do material jornalístico..... 113

6.3 Considerações finais..... 128

CONCLUSÃO..... 134

BIBLIOGRAFIA 141

ANEXOS..... 149

ABSTRACT..... 187

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Evolução dos meios de comunicação de massa..... 21
Tabela 2 – Evolução das estatísticas do ensino superior no Brasil 1980/96... 39
Tabela 3 - Número de bolsas e investimentos - Mestrado - CNPq..... 46
Tabela 4 - Número de bolsas e investimentos - Doutorado - CNPq..... 46
Tabela 5 - Área de atuação do PAIUB..... 54
Tabela 6 - Número de inscritos - ENC (96/97/98)..... 61
Tabela 7 - Número de cursos participantes - ENC (96/97/98)..... 62
Tabela 8 - Número de inscritos, por curso, no ENC/99..... 62
Tabela 9- Número de presentes ao ENC (96/97/98)..... 63
Tabela 10- Variação do número de inscritos presentes ao ENC (96/97/98/99. 63
Tabela 11 - Percentual de provas em branco com relação ao número de Presentes ao ENC (96/97/98)..... 64
Tabela 12 - Distribuição percentual dos conceitos no ENC/98, por área e dependência administrativa..... 66
Tabela 13 – Distribuição do material jornalístico do jornal O Estado de S.Paulo relativo ao ENC/96, segundo localidade gráfica, ano de 1996..... 84
Tabela 14 – Distribuição do material jornalístico do jornal O Estado de S.Paulo relativo ao ENC/96, segundo mês de publicação, ano de 1996..... 85
Tabela 15 – Distribuição do material jornalístico do jornal O Estado de S.Paulo relativo ao ENC/97, segundo mês de publicação, ano de 1997..... 87
Tabela 16 - Circulação do jornal *O Estado de S.Paulo*, média de exemplares dias úteis e Domingo, janeiro 2000..... 102
Tabela 17- Perfil do leitor do jornal *O Estado de S.Paulo*, 1999..... 104

Tabela 18 - Distribuição do material jornalístico do jornal *Folha de S.Paulo* relativo ao ENC/96, segundo mês de publicação, ano de 1996..... 110

Tabela 19 – Distribuição do material jornalístico do jornal *Folha de S.Paulo* relativo ao ENC/96, segundo Editoria, ano de 1996.. 111

Tabela 20 – Distribuição do material jornalístico do jornal *Folha de S.Paulo* relativo ao ENC/97, segundo mês de publicação, ano de 1997..... 112

Tabela 21 – Distribuição geográfica da circulação do jornal *Folha de S.Paulo*, Abril/2000..... 129

Tabela22– Perfil do leitor do jornal *Folha de S.Paulo*, junho/2000..... 130

Tabela 23 – Variação do número de inscritos: ENC96/97/98/99..... 138

Tabela 24 - Número de provas em branco com relação ao número de inscritos/presentes: ENC/96/97/98/99..... 138

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17 18

LISTA DE ABREVIATURAS

OESP = *O Estado de S.Paulo*

FSP = *Folha de S.Paulo*

CNPq= Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CREDUC = Programa de Crédito Educativo

ENC = Exame Nacional de Cursos

FIES = Fundo de Investimento aos Estudantes de Ensino Superior

MEC = Ministério da Educação e Cultura

ONGs = Organizações não-governamentais

PAIUB = Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras

MR = Manual de Redação

Ferrer, W. M. H. O Exame Nacional de Cursos sob a ótica da grande imprensa paulista. Marília, 2001. 187p. Tese (Doutorado em Educação)-Faculdade de Filosofia Ciências e Letras, Campus de Marília, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho".

Resumo

No contexto do chamado processo de *globalização*, a reestruturação econômica impõe novas determinações ao ensino superior, conferindo-lhe novos papéis a serem desempenhados na nova ordem mundial. Dentre eles destaca-se um amplo processo avaliativo. Integrada no contexto globalizado a imprensa escrita não se qualifica apenas como veículo de informações neutro e imparcial, mas essencialmente um órgão formador de opinião pública. Como participante ativo da vida política e social do país de que forma a imprensa, especificamente os jornais *O Estado de S.Paulo* e *Folha de S.Paulo* se posicionaram frente ao polêmico Exame Nacional de Cursos, realizado em 10 de novembro de 1996. Após a análise do material jornalístico selecionado foi possível constatar que os jornais em questão manifestaram apoio, tanto por meio de editoriais como nas "entrelinhas" do material noticioso, com relação à instituição do chamado provão. Apesar de divergirem em algumas questões, basicamente os milhares de leitores dos periódicos analisados receberam influência positiva destes veículos de comunicação, como formadores de opinião pública, com relação à instituição deste mecanismo de avaliação da graduação, contribuindo para o aumento do número de alunos que não somente compareceram aos locais de realização das provas, mas que efetivamente responderam as questões.

Palavras-chave: Universidade, avaliação, imprensa.

INTRODUÇÃO

Desde o início da década de 70 o mundo vem passando por profundas transformações, que não se restringem somente à área econômica, estendendo-se, principalmente, à área social. A este conjunto de mudanças denominou-se processo de *globalização*, que também pode ser entendido como *planetarização*, *aldeia global* ou *americanização*, dependendo do enfoque da análise. Mas essencialmente, o processo de *globalização* constitui a mundialização do capital financeiro, ou seja, do capital rentista ou fictício. O processo aqui denominado mundialização do capital pode ser definido como uma reestruturação do capitalismo em novas bases econômicas, visando à recuperação das taxas de acumulação das décadas anteriores.

Tendo em vista a viabilização das medidas adotadas para a reestruturação capitalista, foram necessárias determinadas políticas que possibilitassem o pleno desenvolvimento do processo. Integrados neste contexto surgem denominações como privatizações, desregulamentação econômica, abertura de mercado, desterritorialização, Estado mínimo e exclusão social, sendo viabilizadas por um programa de governo específico, o neoliberalismo. O programa neoliberal possibilita a implantação de reformas necessárias ao desenvolvimento e reprodução do capitalismo financeiro, podendo ser caracterizado como a sua expressão política, especificamente, como foi salientado, do capital financeiro.

No contexto do chamado processo de *globalização*, a reestruturação econômica, tanto dos países líderes em desenvolvimento quanto das chamadas economias emergentes, impõem novas determinações ao campo educacional, em especial ao ensino superior, conferindo-lhe novos papéis a serem desempenhados na nova ordem mundial. Em decorrência deste contexto, juntamente com a reestruturação econômica dos países inseridos no processo, ocorre uma reestruturação do universo do ensino superior, gerada por sua aproximação com o processo produtivo capitalista. Dentre estas novas

unesp

determinações destaca-se um amplo processo avaliativo, não somente do ensino superior como também em outros níveis educacionais, tendo como objetivo elevar a qualidade do ensino no Brasil, pois atualmente a educação é considerada um dos principais indicadores para o desenvolvimento econômico do país, tendo como conseqüência sua inserção no mercado competitivo mundial.

A partir do início da década de 80, com a acentuação dos movimentos civis pela redemocratização da sociedade brasileira, juntamente com as novas determinações impostas ao campo educacional, pela reestruturação capitalista a nível mundial, a avaliação surge no cenário nacional como um imperativo para a obtenção da qualidade do ensino. Atualmente estão sendo implementados mecanismos de avaliação que compreendem diferentes níveis educacionais, como o Sistema de Avaliação do Ensino Básico (SAEB) e o Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM).

Com relação ao ensino superior, o Ministério da Educação instituiu o Exame Nacional de Cursos (ENC), um dos mecanismos de avaliação dos cursos de graduação das instituições de ensino superior do país, compreendendo as IES públicas estatais, federais, municipais e particulares. Este exame é implementado e coordenado pelo MEC e pela SESU, cujos resultados são utilizados como parâmetro para o recredenciamento destas instituições de ensino superior junto aos órgãos competentes, como também para a aplicação de recursos públicos para este nível de ensino e no desenvolvimento de pesquisas acadêmicas.

Integrados no contexto globalizado, os meios de comunicação reformulam seus parâmetros para enfrentar os desafios impostos pela revolução tecnológica e a economia de mercado. Para o jornalismo impresso, em particular, a questão atual consiste no fim do jornal de *papel*, tendo em vista os avanços da mídia eletrônica propiciado pela rede mundial de computadores, a Internet. No período anterior ao jornalismo eletrônico, o desafio da imprensa escrita era oferecer um maior número de informações a um maior número de leitores no menor tempo possível. O avanço do jornalismo on-line e a conseqüente disponibilidade de uma grande quantidade de informações em tempo real inviabilizaram a competição do jornalismo impresso com relação à

unesp

instantaneidade das notícias. Desta forma, verifica-se uma reformulação das premissas da impressa escrita, não somente com relação ao conteúdo jornalístico, com ênfase analítica, mas também no quadro de profissionais, em constante especialização para que possam tratar de temas diversos e na utilização dos recursos disponíveis pela computação gráfica, a fim de tornar o jornal mais receptivo para o leitor.

Mas o importante a destacar é que, independente da forma como a informação vai ser adquirida, se via on-line ou pelo tradicional jornal de *papel*, a imprensa não se qualifica apenas como veículo de informações neutro e imparcial, com isenção de valores subjetivos no que é veiculado, mas essencialmente um órgão formador de opinião pública e, desta forma, participante ativa da condução da vida política e social do país.

Ao propósito deste trabalho interessa especialmente esta última afirmação, ou seja, como participante ativo da vida política e social do país de que forma a imprensa, especificamente os jornais *O Estado de S.Paulo* (OESP) e *Folha de S.Paulo* (FSP) se posicionaram frente ao polêmico Exame Nacional de Cursos (ENC), realizado em 10 de novembro de 1996, e de que maneira conduziram as matérias noticiosas com relação às questões relacionadas ao tema.

A análise inicial consiste na apresentação de um breve histórico do chamado processo de *globalização*, assim como do programa neoliberal de governo, a fim de contextualizar a questão abordada nesta pesquisa, ou seja, a realização de um processo de avaliação do ensino superior em âmbito nacional, tendo em vista as transformações advindas da reestruturação produtiva para o campo educacional. Num segundo momento, a análise volta-se às questões referentes ao ensino superior face ao contexto da nova ordem mundial, abordando temas como a integração entre ensino superior e processo produtivo, a captação de recursos externos para o financiamento deste nível de ensino e o poder estatal como agente avaliativo. Após o levantamento destas questões, o terceiro capítulo procura traçar um panorama geral do sistema de avaliação das instituições de ensino superior do país, ou seja, uma breve exposição dos principais mecanismos adotados até a instituição do *provão* , como ficou conhecido pela imprensa,

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17 18

assim como a sua origem e a aplicação das primeiras provas, em novembro de 1996.

Durante a exposição dos capítulos iniciais serão apresentados alguns editoriais relativos aos temas abordados, tendo como objetivo expandir as possibilidades de análise da linha editorial dos jornais *O Estado de S.Paulo* e "Folha de S.Paulo". No caso de alguns temas não foram localizados, no material jornalístico utilizado para a análise, editoriais específicos à questão abordada, portanto algumas lacunas na análise justificam-se pela indisponibilidade de material de consulta.

Em sua totalidade foram examinados cerca de 900 artigos dos jornais selecionados, compreendendo notícias, reportagens, colunas fixas assinadas, artigos de colaboradores e, em menor número, editoriais. Embora o objetivo proposto seja a realização do primeiro ENC, o período de consulta corresponde ao início de 1996 até o final de 1999. Neste material jornalístico foram localizados artigos referentes ao denominado processo de *globalização* e temas correspondentes, sobre educação de um modo geral e o ensino superior em particular, questões relativas à imprensa e, em sua maioria, ao Exame Nacional de Cursos. Com a seleção do material específico ao ENC/96, o número de artigos foi reduzido a 271 artigos, sendo 81 do jornal *O Estado de S.Paulo* e 191 do jornal *Folha de S.Paulo*. O restante do material foi utilizado como apoio em algumas questões, o que poderá ser observado durante o desenvolvimento da análise.

A fim de detectar a posição adotada pelos jornais selecionados quanto à realização do ENC/96, a abordagem seguinte consiste em uma exposição das principais orientações propostas pelos "Manuais de Redação" (MR) destes veículos de comunicação, onde se procura estabelecer uma diferenciação entre os conceitos de notícias, artigos, reportagens e editoriais, segundo a perspectiva de cada jornal analisado. Outro tema abordado diz respeito à polêmica objetividade na redação de um texto jornalístico, onde há a orientação de que o jornalista mantenha-se o mais objetivo possível na exposição dos fatos quando se trata de matéria noticiosa.



Tendo como base as orientações dos manuais de redação dos jornais selecionados, o objetivo dos últimos capítulos consiste na análise da posição adotada pelos veículos selecionados com relação ao primeiro *provão* e a forma como foram conduzidas as notícias relativas ao tema. O material jornalístico selecionado para a análise consiste em artigos, reportagens, notícias e principalmente editoriais dos jornais *O Estado de S.Paulo* e *Folha de S.Paulo* com relação ao ENC/96, possibilitando uma observação das "entrelinhas" das matérias noticiosas que, por definição, devem restringir-se à exposição dos fatos. Como os editoriais expressam objetivamente a opinião do veículo de comunicação, foram analisados aqueles veiculados durante os anos de 1997, 1998 e 1999, a fim de detectar uma possível mudança de posição da linha editorial dos jornais em questão.

Devido à impossibilidade de localizar todo material jornalístico selecionado para a análise em sua forma impressa, foram realizadas consultas on-line nos sites dos jornais na Internet, especialmente do jornal OESP, pois a maioria do material impresso não pôde ser adquirida. Inicialmente houve dúvida quanto à consulta on-line do material jornalístico, ou seja, se a análise pode ser feita da mesma forma que a elaborada com material impresso. Esta indagação gerou uma outra questão, ou seja, se os organizadores do site se responsabilizam pelo conteúdo do portal do Estadão na Internet. Ao ser questionado sobre esta questão, Moisés Rabinovici, editor-chefe do portal, esclareceu que a consulta pode ser feita da mesma forma que o jornal impresso, acrescentando que "em jornalismo on-line somos todos responsáveis pelo que é veiculado". (Anexo 1)

Portanto, após análise do material jornalístico dos veículos de comunicação em questão, será possível observar a participação dos principais representantes da grande imprensa paulista, na condução dos temas relativos ao provão. Sendo vistos não somente como transmissores neutros e imparciais dos fatos, mas essencialmente como formadores de opinião pública, os jornais em questão tiveram uma importante participação na condução do debate gerado com a implementação do ENC. Principalmente no momento atual, onde a educação

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 1 12 13 14 15 16 17 18

está sendo considerada um dos fatores determinantes para o desenvolvimento econômico do país e sua inserção no competitivo mercado internacional.

CAPÍTULO 1

O MUNDO GLOBALIZADO

> "Sob vários aspectos, a *globalização* confere novos significados a indivíduos e sociedade, modos de vida e formas de cultura, etnia e minoria, reforma e revolução, tirania e democracia. Permite pensar o presente, rebuscar o passado e imaginar o futuro. Tudo pode ganhar outra luz, quando visto sob a perspectiva aberta pela *globalização*".
>
> Otávio Ianni

Globalização, mundialização do capital, internacionalização da economia, sociedade global, e tantos outros termos que constantemente são encontrados em noticiários de TV, jornais, revistas e documentários. Mas o que significa exatamente este processo que pouco se conhece? Quais as conseqüências que poderá trazer para nossa economia e para a sociedade de um modo geral?

Alguns justificam este clima de incertezas em que o processo de *globalização* está inserido pela novidade que representa. Outros argumentam que a mundialização do capital, obviamente não nas dimensões atuais, já é um processo bastante conhecido. Segundo esta concepção, a busca pelo caminho das Índias pode ser considerada um passo para a internacionalização do capital. O comércio desenvolvido entre a Metrópole portuguesa e a recém descoberta colônia do Brasil configurava relações comerciais além território. Os tratados de comércio entre Inglaterra e Portugal, da mesma forma, representavam a internacionalização da economia.

Karl Marx ao escrever *O Manifesto Comunista*, em 1848, já apontava sinais de uma internacionalização do capital, com o avanço do capitalismo em diversas partes do globo:



> Pela exploração do mercado mundial, a burguesia imprime um caráter cosmopolita à produção e ao consumo em todos os países. Para desespero dos reacionários, ela roubou da indústria sua base nacional. As velhas indústrias nacionais foram destruídas e continuam a serem destruídas diariamente... No lugar do antigo isolamento de regiões e nações auto suficientes, desenvolvem-se um intercâmbio universal e uma universal interdependência das nações. E isto se refere tanto à produção material como à produção intelectual. As criações intelectuais de uma nação tornaram-se patrimônio comum... das numerosas literaturas nacionais e locais nasce uma literatura universal. (Coggliola, 1998, p. 43).

Mas o que presenciamos atualmente, precisamente deste o início da década de 70, é a mundialização do capital financeiro, também chamado de capital rentista ou *fictício*. A lógica do capital se manifesta de uma forma distinta daquela observada após a Revolução Industrial, onde havia a reprodução dos meios materiais de produção: D-M-D' (Dinheiro-Mercadoria-Dinheiro). A mundialização do capital se desenvolve através da reprodução do capital financeiro, do capital rentista: D-D'(Dinheiro-Dinheiro). Neste novo contexto, há uma maior movimentação de capitais no mercado financeiro em detrimento do investimento produtivo: "Dos cerca de US$ 1,5 trilhão que são negociados no Planeta todo o dia, menos de 5% se relaciona a negócios com bens e serviços. Os outros 95% são parte de atividades especulativas, que fogam com as flutuações de câmbio e as taxas de juros". (Farias, 1999).

Convêm salientar que este capítulo não tem a pretensão de realizar uma análise aprofundada dos temas apresentados, pois o chamado processo de *Globalização* e sua expressão política, o neoliberalismo, são questões extremamente complexas, podendo ser objeto de estudo de trabalhos individuais. O objetivo é a apresentação de um breve histórico do chamado processo de *globalização*, assim como do neoliberalismo, a fim de contextualizar a questão abordada nesta pesquisa, ou seja, a realização de um processo de avaliação do ensino superior em âmbito nacional, tendo em vista as transformações advindas do processo de *globalização* para o campo educacional.

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 1 12 13 14 15 16 17 18

1.1 A origem do processo de mundialização do capital financeiro.

O denominado processo de *globalização* está se evidenciando cada vez mais nos meios de comunicação e nas publicações acadêmicas. Na literatura encontrada a respeito podem ser localizados diferentes termos referentes ao processo, como *mundialização do capital*, *homogeneização da cultura, aldeia global* ou acentuação da *americanização*.

Estas são denominações que podem variar de acordo com a conjuntura que estiver sendo analisada, mas essencialmente *globalização* representa o processo de mundialização do capital, que, em âmbito mundial, se acentuou no período posterior à segunda guerra mundial. Segundo Gaio, alguns analistas denominam o fenômeno *globalização* da seguinte forma: mundialização no que diz respeito às dimensões culturais, planetarização referente às dimensões espaciais e finalmente, *globalização* ao tratar das dimensões econômicas[1].(GAIO, 1998).

Alguns estudiosos ressaltam a inevitabilidade da chamada *globalização*. Segundo esta concepção, não há como permanecer alheio aos seus efeitos, pois são decorrentes de uma determinada etapa de transformações do capitalismo, onde se verifica uma reprodução ampliada das forças produtivas.

> O mundo mudou muito ao longo do século XX. Não é mais apenas uma coleção de países agrários ou industrializados, pobres ou ricos, colônias ou metrópoles, dependentes ou dominantes, arcaicos ou modernos. A partir da Segunda Guerra Mundial, desenvolveu-se um amplo processo de mundialização de relações, processos e estruturas de dominação e apropriação, antagonismo e integração. Aos poucos, todas as esferas da vida social, coletiva e individual, são alcançadas pelos problemas e dilemas da *globalização*. (Ianni, 1997, p. 35-6).

De acordo com esta concepção, as nações tornaram-se interdependentes, não há como sociedades nacionais desenvolverem projetos

---

[1] Como referência a esta determinada etapa do desenvolvimento do sistema capitalista, comumente designada *globalização*, este trabalho utilizará a denominação de *mundialização do capital*.

unesp

econômicos desvinculados do sistema mundial e esta situação não se manifesta apenas no âmbito econômico, mas também a nível cultural.

Como conseqüência do mundo globalizado, o relativismo cultural cede espaço à universalidade. A indústria popular nacional busca sua consolidação na satisfação dos padrões internacionais de consumo, como nos coloca ORTIZ: "Se lembrarmos que os economistas consideram por internacionalização o processo de adequação de normas de produção a nível da produção internacional, percebemos que a 'qualidade' dos programas realizados no Brasil, para se 'elevar', tem que tomar como referência o gosto dominante do mass média internacional". (Ortiz, 1998, p. 205).

O que vinha ocorrendo em décadas passadas, embora em menor escala, tornou-se um fenômeno que pensadores e estudiosos do início do século não poderiam sequer imaginar. O mundo vivencia um período cujas características são inovadoras, alteram-se relações de poder entre potências econômicas e políticas, as inovações tecnológicas ocorrem em um ritmo muito acelerado e afetam o destino de diversas nações.

A intensificação do processo de mundialização do capital pode ser visualizada no início da década de 70, período em que o sistema capitalista começa a apresentar sinais de saturação, evidenciado por baixas taxas de crescimento e altas taxas inflacionárias. Os primeiros sinais deste período de recessão econômica puderam ser observados inicialmente nas grandes potências, particularmente Estados Unidos, Japão e Europa Ocidental. As economias destes países sentiam os efeitos de um capitalismo instável, com elevações entre crescimento e recessão na economia. Esta instabilidade econômica se caracterizava por um capitalismo não sustentado, onde a lógica do capital não se realizava de maneira completa.

Neste contexto, as grandes potências econômicas passaram a adotar medidas de contenção de custos na produção, visando um aumento na margem de lucro no produto final. O resultado manifestou-se por um acirramento na concorrência entre as grandes empresas, que procuravam expandir seus investimentos, principalmente em regiões onde os custos de produção seriam

unesp

minimizados com uma maior disponibilidade de matéria-prima, isenções fiscais e facilidades, por parte dos governos nacionais, na instalação de novas indústrias e pela exploração de mão-de-obra barata. As chamadas *transnacionais* tinham como objetivo a recuperação da estabilidade do crescimento econômico, criando as condições favoráveis para ampliação dos níveis de acumulação de capital anteriores à crise.

Desta forma, o processo aqui denominado *mundialização do capital* pode ser definido como uma reestruturação do capitalismo em novas bases econômicas, como um meio de recuperar as taxas de acumulação das décadas anteriores. Esta reestruturação não se manteve apenas na base econômica, mas se estendeu às esferas políticas e sociais das sociedades envolvidas pelo processo. Tendo em vista a viabilização das medidas adotadas para a reestruturação capitalista, foram necessárias determinadas políticas que possibilitassem o pleno desenvolvimento do processo.

Integrados neste contexto surgem denominações como privatizações, desregulamentação das economias, aberturas de mercado, desterritorialização, Estado mínimo e exclusão social, sendo viabilizadas por um programa de governo específico, o neoliberalismo. O programa neoliberal possibilita a implementação de reformas necessárias ao desenvolvimento e reprodução do capitalismo financeiro, podendo ser caracterizado como a *expressão política* da mundialização do capital, especificamente, como foi salienta do, do capital financeiro.

Além das reformas de cunho econômico, voltado à reestruturação do capital, nas últimas décadas importantes acontecimentos mudaram o cenário político e econômico mundial, com conseqüências favoráveis ao avanço do chamado processo de *globalização*: a queda do Muro de Berlim, em 1989, com a unificação da Alemanha, a crise do socialismo no Leste Europeu, que desembocou na expansão da economia de mercado em localidades até então submetidas às premissas do socialismo, e o fim da *Guerra Fria* iniciada em 1946.

Com a "Revolução Européia de 1989", a história sofreu grandes alterações e tomou um novo rumo, dando início a um período onde se estabelecem

novas correlações de forças. No período da *Guerra Fria* haviam blocos antagônicos e consolidados: o capitalismo e o socialismo. Duas superpotências, Estados Unidos e União Soviética, detinham um grande poderio militar e nuclear. Representavam dois blocos de poder, com sistemas econômicos e políticos opostos.

As reformas efetuadas pelo governo Mikhail Gorbachev foram o início de profundas alterações que refletiram diretamente no avanço do processo de *globalização*. Seu programa de governo compreendia a transparência política com o início de um processo de democratização da vida política nacional e a reestruturação econômica e administrativa. Pretendia a introdução paulatina dos mecanismos de mercado, em substituição aos mecanismos de uma economia centralmente planificada. Da mesma forma, a queda do Muro de Berlim, em 1989, e conseqüente reunificação da Alemanha, possibilitou o desenvolvimento do capitalismo nos países socialistas do leste europeu.

Países cujo poder político estava centralizado no Estado-Nação, que detinha total controle sobre as esferas política, econômica e social, cederam à nova ordem mundial. Economias fechadas, voltadas à proteção das indústrias nacionais, com reservas de mercado para determinados produtos, se submeteram à dinâmica do mercado internacional, abrindo suas fronteiras para a entrada de um grande número de produtos estrangeiros.

Outro componente fundamental da viabilização desta determinada etapa de desenvolvimento das forças produtivas do capitalismo, a mundialização do capital financeiro, também denominado capital rentista ou fictício, pode ser visualizado pelo progresso tecnológico verificado nas últimas décadas. A extrema rapidez com que se desenvolveu a comunicação informatizada propiciou uma instantaneidade das operações financeiras, com a possibilidade de negociação de grandes volumes de capitais "fictícios" entre diferentes e distantes mercados em tempo real.

De acordo com os dados da tabela abaixo, nenhum outro veículo de comunicação se desenvolveu tão rapidamente como a rede mundial de

computadores, possibilitando, desta forma, a evolução da rentabilidade do capital "fictício" das transnacionais.

Tabela 1 – Evolução dos meios de comunicação de massa

Tempo que cada meio de comunicação de massa demorou para atingir 50 milhões de usuários	
Rádio	38 anos
Computador pessoal	16 anos
Televisão	13 anos
Internet	4 anos

Fonte: Jornal *Folha de S.Paulo*, 11/07/99, p: 1-17.
Base de Dados: Pnud/99

Segundo Giovanni Alves, a rede mundial de computadores – Internet– constitui o arcabouço midiático da financeirização:

> O desenvolvimento do ciberespaço na última década do século XX é um produto legítimo – e avançado – da Terceira Revolução Científico-Tecnológica. Ele é um dos importantes avanços no campo da comunicação informatizada, ou telemática, a partir dos anos 80 que contribuiu para impulsionar a mundialização do capital. Na verdade, a Internet se constituiu no arcabouço midiático de uma nova etapa do capitalismo mundial, cuja principal característica é o predomínio da financeirização. (Alves, 1999, p.169).

Em linhas gerais, o chamado processo de *globalização*, como foi salientado, se configura como uma etapa determinada do processo de acumulação do capital, que se caracteriza pela mundialização do capital financeiro, cuja dimensão não se restringe apenas ao aspecto econômico. Liszt Vieira aponta cinco dimensões da chamada *globalização*: econômica, política, social, ambiental e cultural; mas convêm salientar que o próprio autor esclarece que o processo mencionado também se estende a outros níveis, como o comunicacional e o tecnológico.

Portanto, segundo o objetivo proposto por este trabalho, uma análise minuciosa das diversas dimensões do chamado processo de *globalização*, iria se distanciar do propósito inicial. Desta forma, podemos direcionar a análise

unesp

às questões mais abrangentes do processo, com o objetivo de elucidar o contexto brasileiro face às transformações da nova ordem econômica.

1.2 O ideário neoliberal: a expressão política do processo de *globalização*.

A partir da década de 70 um movimento ideológico vem conquistando espaço a nível mundial, o neoliberalismo. Este modelo de orientação política e econômica, que constitui a expressão política da *globalização*, se caracteriza por uma oposição ao Estado intervencionista e de Bem-Estar social.

Inicialmente implementado pelo governo de Margaret Thatcher (1979) e, posteriormente por Ronald Reagan (1981), o projeto neoliberal de governo adquiriu âmbito mundial, se tornando atualmente parte integrante do processo de mundialização do capital: "O neoliberalismo é bem uma expressão da economia política da sociedade global. Forjou-se na luta contra o estatismo, o planejamento, o protecionismo, o socialismo, em defesa da economia de mercado, da liberdade econômica concebida como fundamento da liberdade política, condição de prosperidade coletiva e individual". (Ianni, 1997, p.139)

O neoliberalismo foi desenvolvido inicialmente por Friedrich Hayek, em 1944. Pouco depois, foi formada uma corrente neoliberal que contou com a participação de Milton Friedman, Karl Popper, Walter Lipman, entre outros. Na Suíça foi fundada a Sociedade de Mont Pèlerin, com o objetivo de "... combater o keinesianismo e o solidarismo reinantes e preparar as bases de um outro tipo de capitalismo, duro e livre de regras para o futuro". (Anderson, 1995, p.10).

Esta orientação ideológica não foi bem recebida de imediato, pois, seguindo orientação keynesiana, de forte intervenção estatal na economia, o capitalismo demonstrou grande fase de crescimento durante as décadas de 50 e 60. Por esta razão, os postulados neoliberais não representavam uma orientação que pudesse trazer resultados ainda melhores. No início da década de 70 o modelo econômico capitalista começa a apresentar sinais de instabilidade econômica e um

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 1 12 13 14 15 16 17 18

acelerado processo inflacionário. Estes fatores propiciaram a ascensão do modelo teórico neoliberal, pois, segundo sua concepção, as origens da crise estavam no controle excessivo do Estado na economia.

De acordo com os postulados liberais, o homem é um ser dotado de elementos naturais que induzem e regulam suas ações no plano da realidade, seja no plano econômico, político ou cultural. Também é naturalmente utilitarista e racional, dotado de razão suficiente para tomar decisões que visem à maximização de seu bem-estar social. O Estado, por ser uma instituição, não tem os atributos naturais capazes de maximizar benefícios, pois interfere nas manifestações naturais dos agentes econômicos. O mercado seria o responsável pela interação entre os diversos interesses individuais, tendo como resultado não um caos na sociedade, mas uma harmonia entre os interesses opostos. (Carcanholo, M.D., 1998, p.18).

Desta forma, um dos principais componentes do ideário neoliberal é a desestatização da economia, pois sem a regulamentação do poder estatal o mercado mantém a *ordem natural* do sistema. Esta determinação de desregulamentação não se manifesta apenas no plano econômico, mas também no mundo do trabalho com a *flexibilização* das relações trabalhistas, o que significa uma oposição ao protecionismo estatal nas questões trabalhistas. Segundo o ideário neoliberal a livre negociação entre patrões e empregadores traria benefícios não somente aos trabalhadores, pois teriam maior liberdade de escolha, mas, principalmente, ao processo de reprodução e acumulação do capital, que teria maior liberdade nas relações contratuais.

Segundo os postulados do programa neoliberal, a solução seria a minimização do Estado, ou seja, diminuir sua intervenção no mercado para que este se auto-regularize, como também a diminuição dos gastos públicos com o setor social, transferindo esta responsabilidade à iniciativa privada. Estas medidas, juntamente com reformas fiscais e estabilização monetária, trariam as condições necessárias para um efetivo crescimento econômico.

No Brasil, as políticas econômicas e sociais do projeto neoliberal, foram implementadas pelo governo de Fernando Collor de Mello e,

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 1 12 13 14 15 16 17 18

posteriormente, intensificadas por Fernando Henrique Cardoso. Desde o início da década de 90, a condução da política brasileira esteve claramente em convergência com o ideário neoliberal. A intensificação da circulação financeira, a desobstrução ao mercado internacional, intensivo processo de privatização e medidas voltadas à estabilização monetária (tendo expressão no Plano Real), são políticas voltadas à inserção econômica do país no contexto da nova ordem: a mundialização do capital financeiro.

A adoção destas medidas faz parte de uma "estratégia global de modernização liberal", que procura seguir as regras estabelecidas pelo "Consenso de Washington". (Carcanholo, R. A, 199888). No final de 1989, membros dos organismos de financiamento internacional (Fundo Monetário Internacional - FMI, Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID e Banco Mundial), funcionários do governo americano e economistas latino-americanos se reuniram para avaliar as reformas econômicas implementadas na América Latina. Desta reunião surgiram conclusões e recomendações que acabaram funcionando como um "manual" da política neoliberal, que ficou conhecido como "Consenso de Washington". As recomendações propostas pelo "Consenso de Washington" abrangem as seguintes áreas: disciplina fiscal, prioridade ao combate do déficit público, reforma tributária, liberalização financeira e comercial, investimento direto estrangeiro e privatizações. (Carcanholo, M.D. 1988, p. 25).

Em linhas gerais, o ideário neoliberal consiste em políticas voltadas à desestatização da economia, com a minimização da interferência do Estado; abertura de mercado ao comércio internacional, com o objetivo de estimular a concorrência com os produtos nacionais e propiciar a modernização e desenvolvimento da estrutura produtiva nacional; estabilização monetária, a fim de atrair investimentos estrangeiros e amplo processo de privatização, com o objetivo de diminuir as dívidas internas e externas.

O atual processo de mundialização do capital suscitou diversas correntes de opinião quanto à definição precisa deste fenômeno: Constitui uma corrente ideológica ou um programa econômico? É possível desenvolver projetos autônomos de desenvolvimento econômico, ou seja, desvinculados do mercado

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 1 12 13 14 15 16 17 18

globalizado? Visto como o produto do desenvolvimento das forças produtivas do sistema capitalista pode ser considerado inevitável?

Obviamente a imprensa não permanece alheia às constantes polêmicas geradas por este fenômeno mundial, pois uma rápida busca pelos principais veículos de comunicação do país é suficiente para encontrar diversas matérias relativas ao tema. O mesmo ocorre com os jornais selecionados nesta pesquisa, onde podem ser encontrados não somente editoriais, mas diferenciadas reportagens que tratam, por exemplo, da condução da atual política econômica, tendo em vista a modernização do Brasil e sua inserção no mercado mundial.

Segundo publicado em editorial, o jornal OESP esclarece que, apesar de considerar o denominado processo de *globalização* um fenômeno inevitável, ressalta que não significa que não possa ser controlado, ou seja, que sejam adotadas medidas que viabilizem o processo de maneira satisfatória para o desenvolvimento do país. De acordo com suas colocações as reformas efetuadas no Brasil "... não se referem a um projeto ideológico, sendo antes respostas objetivas a desafios igualmente objetivos que a integração mundial dos processos de decisão empresarial e de produção industrial lançou aos Estados nacionais", constituindo, ainda sob a visão do corpo editorial do referido jornal "a peça essencial para a modernização do Brasil, sem a qual não se poderá promover o crescimento econômico com redução das desigualdades". [2]

Demonstrando uma visível simpatia quanto à política desenvolvida pelo governo federal, o jornal ainda ressalta que, assim como os governantes de outros países "tolhidos pela onda da *globalização*" o presidente Fernando Henrique também ficou perplexo e hesitante, porém "não se compraz ... com o estado de dúvidas", pois:

> O acadêmico cede lugar ao estadista, quando chega o momento de passar da análise do fenômeno para as reações práticas que o governo deve estimular na sociedade a fim de que essa não sofra apenas os efeitos negativos da *globalização*, mas se beneficie das ilimitadas oportunidades que ela oferece. [3]

---

[2] "As reformas e o desafio da *globalização*", Jornal *O Estado de S.Paulo*, 02/07/97, p A/3.

[3] "A *globalização* e o jogo do poder", Jornal *O Estado de S.Paulo*, 21/12/96, p. A/3.

No que diz respeito à atual política econômica do governo federal, o jornal FSP assume uma postura mais cautelosa, pois durante a leitura do material jornalístico relativo ao tema, principalmente editoriais, foi possível constatar que há um certo equilíbrio entre a defesa e a colocação de algumas ressalvas. Este procedimento pôde ser observado no editorial que trata da exclusão social no país, pois inicia a matéria com uma citação do presidente onde coloca que o Brasil "não é mais um país subdesenvolvido, mas um país injusto". Num primeiro momento ressalta que os índices de exclusão social no país são brutais "próprios de sociedades não só injustas, mas subdesenvolvidas". O texto prossegue com a valorização do "esforço de modernização empreendida pelo atual governo", tendo em vista a correção das desigualdades sociais por meio do desenvolvimento econômico e "inserção competitiva do país nos mercados globalizados", e finaliza a exposição da seguinte forma:

> Mas, mesmo reconhecendo-se que o governo tem atuado neste sentido, permanece como meta prioritária resgatar a dívida social... Atacar a herança secular do subdesenvolvimento é o maior desafio deste ou de qualquer outro governo que tenha compromisso efetivo com a modernização do país. [4]

O interessante deste editorial é que ao mesmo tempo em que o jornal considera como positivas determinadas medidas do atual governo, cobra resultados, o que não pode ser observado no editorial do jornal OESP, onde se nota um apoio não somente ao programa de governo como também à pessoa do presidente.

Com referência ao exposto, também fundamentado pela leitura de outros editoriais relativos ao tema, os jornais em questão demonstram uma certa simpatia no que diz respeito a algumas medidas da atual política econômica do governo federal, ainda que o jornal FSP cobre resultados, visando à inserção do país no mercado competitivo. Simpatia até certo ponto previsível, pois se trata de grandes empresas jornalísticas que possuem interesses empresariais na condução da atual política econômica. Assim como empresas capitalistas de outra natureza,

---

[4] " O fardo da exclusão", jornal *Folha de S.Paulo*, 15/07/97, p. 1/2

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 1 12 13 14 15 16 17 18

há determinadas medidas que interessam às empresas jornalísticas, como a abertura da economia, propiciando a entrada de investidores estrangeiros no mercado nacional e o enfraquecimento do poder estatal em determinadas áreas, acentuando a liberdade do mercado.

O aumento do volume de capitais em circulação no mercado nacional certamente possibilita uma maior lucratividade para as empresas jornalísticas, visto que a publicidade é responsável por grande parte do faturamento destas empresas. No jornal OESP a venda de jornais, em bancas e assinantes, significa apenas 20% do faturamento, o restante é obtido com publicidade. No caso do jornal FSP, o faturamento é mais equilibrado, pois a arrecadação com a venda de jornais praticamente equivale à de anúncios, representando cerca de 55% [5] do faturamento total.

A questão da viabilidade deste modelo de condução política e econômica, como também suas conseqüências, têm gerado muita polêmica, constituindo um grande desafio para estudiosos neste fim de século, como bem retrata Otávio Ianni ao discernir sobre *os horizontes do pensamento*:

> Nesta altura da história, em fins do século XX, as ciências sociais defrontam-se com problemas novos, surpreendentes, sobre os quais ainda não trabalharam, ou trabalharam pouco. Ocorre que o objeto das ciências sociais ampliou-se além da capacidade interpretativa dos conceitos já conhecidos". (IANNI, 1997, p. 165).

No Brasil, assim como nos demais países , o chamado processo de *globalização* tem gerado muita polêmica com relação à sua inevitabilidade ou sua viabilidade. Os que se mostram favoráveis ao atual programa de governo e à inserção da economia do país no mercado internacional, vêem o processo de *globalização* como inevitável, no qual o país não pode permanecer alheio, por correr o risco de perder "o trem da história", com um atraso irrecuperável no

---

[5] Instituto Gutenberg, boletim Nº 8, Março-Abril de 1996

desenvolvimento das forças produtivas. Aqueles que adotam uma posição contrária argumentam que *globalização* é sinônimo de "entreguismo", com a conseqüente acentuação da dependência econômica e agravamento dos problemas sociais.

No contexto do chamado processo de *globalização*, podem ser visualizados alguns aspectos considerados "positivos" , como o crescimento da importância da interferência da sociedade civil, por meio das ONGs, em questões até então restritas à esfera política, como na regulamentação do mercado de trabalho e na universalização dos direitos humanos e de valores éticos, ou seja, a prática de uma *cidadania global.*

Dentre estes aspectos considerados "positivos" destaca-se a importância atribuída à educação nos últimos anos. O desenvolvimento do setor educacional, tanto qualitativo como quantitativo, tornou-se um imperativo aos países em desenvolvimento, tendo em vista a necessidade de adequação da mão-de-obra às novas necessidades impostas pelo mercado de trabalho que, devido aos avanços tecnológicos sofre constantes transformações.

A reestruturação produtiva foi responsável por uma reestruturação também no universo educacional, impondo novas determinações e objetivos, especialmente para o ensino superior, que vem sofrendo transformações em sua estrutura administrativa, financeira e na elaboração das pesquisas acadêmicas.



CAPÍTULO 2

A EDUCAÇÃO FACE AO CONTEXTO DA NOVA ORDEM MUNDIAL

> "Ante os múltiplos desafios do futuro, a educação surge como um trunfo indispensável à humanidade na sua construção dos ideais de paz, da liberdade e da justiça social... como uma via que conduza a um desenvolvimento humano mais harmonioso, mais autêntico, de modo a fazer recuar a pobreza, a exclusão social, as incompreensões, as opressões, as guerras...".
>
> Jacques Delors

No contexto do processo de *globalização* podemos visualizar um aspecto que pode ser considerado positivo, ou seja, a valorização da educação como uma das condições indispensáveis para o desenvolvimento econômico do país. No momento atual a educação, ainda que sua reestruturação esteja voltada ao campo empresarial, deixou de ocupar a posição de prioridade secundária nas reformas políticas e nas aspirações da sociedade civil.

Nos principais veículos de comunicação do país podem ser encontradas diversas matérias relativas ao campo educacional. Questões como taxa de analfabetismo, prioridade à educação básica, formas diferenciadas de captação de recursos e, principalmente, sistemas de avaliação dos diversos níveis, destacam-se em reportagens e cadernos especiais.

Quando da aprovação da nova lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em dezembro de 1996, o jornal OESP publicou um editorial onde, além de uma análise da nova Lei, ressalta a importância atribuída ao campo educacional no contexto globalizado: "Resta, agora, verificar se a nova Lei de Diretrizes e Bases (LDB), enquanto instrumento normativo será capaz de criar as condições para que a educação no Brasil dê o salto qualitativo que se faz

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 1 12 13 14 15 16 17 18

indispensável para que o País possa vencer os obstáculos que o impedem de ingressar de fato no mundo da modernidade e da *globalização*".[1] Posição compartilhada pelo jornal FSP, pois em editorial coloca que: "A aprovação da nova legislação talvez coincida com um momento que se percebe mais claramente que os projetos para um país modernizado passam necessariamente pela intensiva escolarização de seus cidadãos". [2]

Esta tendência de valorização do campo educacional tem se evidenciado com freqüência em propagandas do governo federal com relação às medidas implementadas nesta área, em propostas de organizações não governamentais, como também em campanhas veiculadas pelos meios de comunicação de massa (Brasil 500 anos - "Todos pela Educação").

Organismos internacionais ressaltam a importância da educação como fator principal do desenvolvimento de uma nação. O conteúdo das propostas do Banco Mundial para uma reforma no sistema educacional brasileiro enaltece papel da educação na nova ordem mundial, tendo em vista as transformações decorrentes da evolução tecnológica.

> El desarrolo industrial y la reestruturação de los sectores productivos, los cambios em las relaciones de comercio internacional, las reformas económicas y los adelantos tecnológicos durante el decenio de 1980 tienen, todos ellos, importantes ramificaciones tanto para la educación como para el mercado de trabajo en el futuro...
>
> La apertura de los mercados en todo el mundo y la rápida corriente de bienes y de ideas de un país a otro están creando muchas oportunidades nuevas para la gente. Esos cambios han dado origem a enormes transformaciones en los mercados de trabajo y han planteado nuevas exigências a los sistema educacionais. (Prioridades y Strategias para la Educación, Banco Mundial, 1995).

Segundo Rosa Maria Torres, desde o início da atuação do Banco Mundial na área de educação, este organismo vem ampliando sua participação em atividades de pesquisa, assistência técnica, assessoria na formulação de políticas educacionais e auxiliando na captação de recursos externos para investimentos no setor educacional. (TORRES, 1996:128).

---

[1] "A Lei de Diretrizes e Bases da Educação", jornal *O Estado de S.Paulo*, 23/12/96, p. A-3.

[2] "A nova Lei do Ensino", jornal *Folha de S.Paulo*, 21/12/96, p. 1/2.

unesp

No bojo do chamado processo de *globalização*, a educação sofre uma interferência direta da mundialização do capital financeiro. A reestruturação econômica, tanto dos países líderes em desenvolvimento quanto das chamadas economias "emergentes", impõem novas determinações ao campo educacional, em especial ao ensino superior, conferindo-lhe novos papéis a serem desempenhados na nova ordem mundial. Em decorrência deste contexto, juntamente com a reestruturação econômica dos países inseridos no processo, ocorre uma reestruturação do universo do ensino superior, gerada por sua aproximação com o processo produtivo capitalista.

2.1 A integração entre ensino superior e processo produtivo: novas determinações face às transformações do contexto econômico

A reestruturação capitalista propiciou profundas alterações no processo produtivo, tendo como conseqüência imediata alterações no próprio mundo do trabalho. A atual conjuntura econômica pressupõe uma mão-de-obra capaz de acompanhar a demanda gerada pelas transformações do processo produtivo, sendo mais flexível às inovações tecnológicas e às novas determinações impostas pelo mercado de trabalho. "Surgem novos perfis de qualificação de mão-de-obra. Inteligência e conhecimento, parecem ser variáveis-chaves para a modernização e a produtividade do processo de trabalho, como também capacidade de solucionar problemas, liderar, tomar decisões e adaptar-se a novas situações". (Mello, 1997, p.34).

Como participantes ativos dos acontecimentos políticos, econômicos e sociais do país, os jornais analisados nesta pesquisa manifestaram sua posição com relação à questão da adequação da mão-de-obra às transformações do mercado de trabalho. Em editorial, o jornal FSP esclarece que, neste contexto, a educação desempenha um papel estratégico, pois "... trata-

se, contudo, de um imperativo que diz respeito não apenas a considerações de justiça e equidade social, mas também ao próprio futuro do país, numa fase em que a qualificação da mão-de-obra é indispensável à sua integração num mercado mundial globalizado". [3]

Quanto ao jornal OESP, em editorial que trata de um estudo realizado na Inglaterra sobre o novo enfoque do ensino superior frente às transformações tecnológicas, salienta a importância deste nível de ensino para a adequação do trabalhador às novas exigências do mercado de trabalho, mas ressalta que a educação superior não deve enfatizar apenas a especialização e a formação de profissionais, pois "o vertiginoso avanço tecnológico, a competição acirrada e a *globalização* acelerada da economia exigem, mais do que um profissional treinado para determinada rotina, um indivíduo com formação a mais completa possível". [4]

A questão da qualificação da mão-de-obra nos remete à precedência, na sociedade atual, do que Frigotto denomina como "capital humano", que se configura como "função de saúde, conhecimento e atitudes, comportamento, hábitos, disciplina, ou seja, a expressão de um conjunto de elementos adquiridos, produzidos e que, uma vez adquiridos, geram a ampliação da capacidade do trabalho e, portanto, de maior produtividade". (Frigotto, 1995, p. 92).

Segundo esta concepção, o investimento na formação de "capital humano", por parte dos países subdesenvolvidos, acarreta a formação de uma mão-de-obra mais qualificada e, consequentemente, promove um crescimento econômico mais acelerado. Com relação ao crescimento individual propicia uma ascensão social aos que investem em educação e treinamento qualificados.

Portanto, esta necessidade de formação de uma mão-de-obra que atenda a demanda gerada pelas transformações da reprodução do capital, pressupõe uma aproximação dos centros originários de formação de

---

[3] "Ensino ruim e elitista", jornal *Folha de S.Paulo*, 07/05/97, p. 1/2

[4] "Os ingleses nos mostram o caminho", jornal *O Estado de S.Paulo*, 18/08/97, p.

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 1 12 13 14 15 16 17 18

conhecimento, ou seja, as universidades e os institutos de pesquisa, ao processo produtivo. Na "sociedade do conhecimento" são impostas novas determinações à área educacional e, especialmente, ao nível de ensino superior.

No contexto da reestruturação capitalista as "funções", assim como as estruturas administrativa e financeira, das instituições de ensino superior estão sujeitas a sofrer transformações. Segundo João dos Reis é possível visualizar algumas destas tendências, onde "as demandas emergentes da 3a. Revolução Industrial deverão impor à universidade mudanças no seu conteúdo, na sua forma de gestão e nas suas relações com outras instituições universitárias ou de outros setores". (Silva Júnior, 1996, p.23).

Uma tendência apontada pelo autor diz respeito à reorganização em blocos das instituições de ensino superior, o que significa uma internacionalização dos sistemas de ensino superior. Da mesma forma em que se verifica uma acirrada competitividade entre os sistemas produtivos, também pode ser visualizada uma competitividade entre os sistemas produtores de pesquisa, que se expressa na competição intrablocos.

Neste sentido pode ser citado o Sistema de Informação em Educação no Mercosul, cuja implementação foi aprovada na X Reunião de Ministros, realizada em junho de 1996. Este sistema contém informações sobre ações (projetos e planos) conjuntas dos países membros do Mercosul, além de dados sobre os sistemas educacionais nacionais. Dentre as experiências realizadas neste sentido podem ser citadas a Rede de Integração e Mobilidade Acadêmica (RIMA), Rede Latino-Americana de Comunicação de Dados da Educação Tecnológica (REDELET), Sistema de Informações Culturais da América Latina e do Caribe (SICLAC), sistema de Informação da Amazônia (SIAMAZ) e Rede Latino-Americana de Informação e Documentação em Educação (REDUC).

No âmbito da nova ordem mundial, o aumento da produtividade e competitividade tornou-se um imperativo para o objetivo da inserção na economia mundial, tanto para os países desenvolvidos economicamente como aqueles cujas economias estão "emergindo". Neste contexto, o conhecimento assume um grande valor econômico, que se expressa por meio de investimentos



na pesquisa aplicada, principalmente em ciência e tecnologia. Esta é uma questão que parece apontar uma outra tendência deste nível de ensino, ou seja, está se delineando a "priorização das áreas científicas mais próximas do setor produtivo em detrimento das demais (...) Já mostram isso as fundações ligadas às instituições de ensino superior prestadora de serviços às empresas industriais e os diversos projetos de parceria entre empresa e universidade existentes". (Silva Júnior, 1996, p. 27).

Da parceria universidade - empresa surge uma outra questão relativa à reestruturação das instituições de ensino superior face às transformações do contexto econômico, ou seja, a prática da "pesquisa por encomenda". Em substituição à pesquisa acadêmica tradicional, sem delimitações de tema, tempo ou imediaticidade de aplicação dos resultados, toma forma um tipo específico de pesquisa acadêmica, aquela que produz conhecimento de utilidade imediata, com "destinatário conhecido, cronogramas de trabalho definidos e prazos de entrega de resultados predeterminados". (Vessuri, 1994, p. 101).

As pesquisas ditas "por encomenda" são realizadas por acadêmicos que visam atender determinada exigência do setor produtor, embora seu desenvolvimento esteja apoiado na estrutura das instituições de ensino superior. Nestes casos, não se trata de "um artigo científico, um elemento para discussão e finalmente para o conhecimento público, mas um resultado (produto ou processo) que responde às demandas de um cliente que contratou um trabalho de pesquisa específico para produzir alguma coisa no mercado de bens e serviços". (Vessuri, 1994, p. 101).

Neste contexto, torna-se possível visualizar a precedência do valor econômico da pesquisa acadêmica em detrimento de seu valor intelectual. Neste último caso existe uma perspectiva de divulgação dos resultados, proporcionando ao pesquisador certa compensação profissional e pessoal. Já nas pesquisas encomendadas pela indústria, há a extrema necessidade do sigilo dos resultados obtidos, disso depende a sua valorização no mercado competitivo. Além de o pesquisador perder parte de sua autonomia na condução dos trabalhos



relativos à pesquisa, pois deve seguir um cronograma previamente estipulado pelo contratante.

A aproximação dos centros originários do conhecimento com o setor produtivo capitalista provoca o que Silva Júnior denominou "política do curto-prazismo", ou seja, a imediaticidade da aplicação dos resultados de uma pesquisa científica, a fim de acompanhar o dinamismo das transformações acarretadas pelos avanços tecnológicos, e que acabam conferindo-lhe um caráter utilitário.

O atual contexto impõe novas exigências às instituições acadêmicas, especialmente no que diz respeito à agilidade na transmissão do conhecimento e capacidade de acompanhar as suas inovações. Segundo Guadilla: "O que distinguirá as sociedades (e também distinguirá as pessoas) será sua atitude e suas possibilidades de acesso ao conhecimento. Muitas das novas oportunidades que as sociedades terão serão definidas pelas suas diferentes possibilidades de aprender rapidamente ou aprender lentamente". (Guadilla, 1994, p. 61).

Esta aproximação entre as instituições universitárias e o processo produtivo, com a conseqüente valorização econômica do conhecimento, denominada por alguns autores como "revolução acadêmica", dá-se no bojo de uma outra revolução, a das novas tecnologias de informação e da comunicação. Os avanços tecnológicos nesta área impuseram novas determinações ao processo de sistematização e transmissão do conhecimento, reestruturando as formas acadêmicas tradicionais. "Os novos conhecimentos e informações, assim como a velocidade com que novas tecnologias de comunicação permitem disseminá-los e processá-los, constituem um desafio para o ritmo do sistema educativo em transmitir instrumentos e conteúdos de aprendizagem". (Mello, 1997, p. 37).

Diante da imediaticidade da difusão e da transformação do conhecimento, propiciadas pelo grande desenvolvimento e disseminação das inovações tecnológicas de informação e comunicação, os mecanismos de transmissão e assimilação deste conhecimento também estão sofrendo alterações. Surgem novas formas de aprendizagem, desenvolvidas por setores da sociedade

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 1 12 13 14 15 16 17 18

civil que são externos à área educacional, como o caso de empresas, sindicatos e outras associações que atualmente estão desenvolvendo projetos educacionais.

A rapidez com que se desenvolveu a tecnologia de informação e comunicação propiciou uma variedade de transformações para a área educacional. O avanço da rede mundial de computadores (Internet) possibilitou a diminuição das barreiras entre educação formal e informal, com novas formas de circulação de conhecimento, como também mudanças na metodologia de aprendizagem e diminuição da barreira geográfica da educação.

Até o momento este trabalho procurou expor algumas tendências e novas determinações, em alguns casos transformações em curso, para as instituições de ensino superior no atual contexto de reestruturação capitalista, cujas metamorfoses do processo produtivo incidem diretamente na estrutura organizacional e funções deste nível específico de ensino. Um estudo aprofundado destas questões não diz respeito ao objetivo desta exposição, pois o universo de transformações do ensino superior é muito complexo e, por esta razão, inviabiliza qualquer tentativa de abrangência da totalidade destas questões.

A exposição de algumas destas tendências de transformações do ensino superior na atualidade justifica-se pela necessidade de contextualizar a reestruturação do universo universitário, onde o modelo tradicional de condução da política educacional está sendo substituído por novas bases, principalmente com relação aos novos papéis em que o Estado vem desempenhando, pois de um Estado "protetor", ou então o que Durhan chama de "incrementalista" ou " bem-feitor", está se transformando em um Estado "regulador" e, no que diz respeito ao propósito desta pesquisa, em Estado "avaliativo".

Para tanto, torna-se essencial estabelecer uma relação entre as atuais tendências verificadas para este nível de ensino e sua "expressão política", ou seja, o modelo neoliberal e a aplicação de algumas de suas orientações na formulação da política educacional.

unesp

2.2 O modelo neoliberal na orientação da política educacional

O processo de reestruturação do processo produtivo capitalista teve como conseqüência uma reestruturação política do Estado, alterando sua estrutura organizacional e institucional, como também as bases tradicionais onde se assentavam o chamado modelo Keynesiano de Estado de Bem-Estar Social, onde, ao menos em teoria, havia uma tendência em realizar ações de caráter assistencial. O modelo neoliberal de governo pressupõe a substituição das premissas do *Welfare State* às do *laisser faire*, enfatizando a tese do Estado mínimo.

> A idéia balizadora do ideário neoliberal é a de que o setor público é responsável pela crise, pela ineficiência, pelo privilégio, e que o mercado e o privado são sinônimos de eficiência, qualidade e equidade. Desta idéia-chave advêm à tese do Estado mínimo e da necessidade de zerar todas as conquista sociais. Como o direito a estabilidade de emprego, o direito à saúde, educação, transportes públicos, etc. Tudo isso passa a ser comprado e regido pela férrea lógica das leis do mercado. (Frigotto, 1997, p.83-4).

Segundo os postulados neoliberais o "Estado intervencionista", "protetor", gerou uma burocracia gigantesca e parasitária, onde os serviços prestados pela esfera estatal se avolumaram até um ponto insustentável de governabilidade, provocando uma crise fiscal de proporções alarmantes. A fim de restabelecer o equilíbrio fiscal torna-se necessário desobrigar o Estado do fornecimento de certos serviços, ou seja, transferir esta responsabilidade à iniciativa privada, ficando o poder público com a incumbência de fiscalizar as empresas que estiverem ofertando estes serviços.

A minimização da participação do Estado na área social e conseqüente aumento dos serviços ofertados pela iniciativa privada provocariam uma elevação na qualidade destes serviços, propiciado pela livre competição do mercado. Esta orientação pressupõe a substituição do "Estado assistencialista" ao atualmente denominado "Estado regulador".

Neste contexto podem ser visualizadas diversas interpretações, como aquelas que acreditam que a condução da política educacional segundo os

postulados neoliberais é o melhor caminho, ou então o caminho possível, na atualidade. Por outro lado, opositores atestam que estas políticas poderão acarretar perdas para o sistema educacional em termos de qualidade e acesso de uma grande parcela da população.

Segundo Durhan, a atual crise financeira, presente tanto nas contas do governo quanto das instituições de ensino superior, não pode ser atribuída "simplesmente ao *neoliberalismo* ou a uma conspiração internacional liderada pelo Banco Mundial, A verdade é que existe uma necessidade premente de mudança do modelo, quer seja no sentido neoliberal quer seja em outro qualquer que se consiga criar, pois ele se tornou inviável nos termos em que tradicionalmente se cristalizou." (Durhan, 1998, p. 11)

Conforme a concepção da autora, a atual realidade pressupõe a falência do modelo anterior, chamado "modelo incrementalista" ou "Estado bem-feitor", onde tradicionalmente se assentavam as bases de sustentação do ensino superior no país. Este determinado modelo tornou-se inviável pelo fato de exigir volumosos e crescentes recursos públicos destinados à manutenção das instituições de ensino superior, abrangendo não somente os setores voltados ao ensino e pesquisa, mas também a manutenção das dependências físicas destas instituições. Este fato acarreta um conflito com outras áreas sociais mantidas por meio de fundos públicos, como transporte, habitação, saúde e outros.

Seguindo este raciocínio, "para o desenvolvimento econômico, social e cultural das sociedades modernas são fundamentais 'universidades funcionais', ou seja, que não se restrinjam apenas ao ensino de graduação e pesquisa, mas a uma multiplicidade de funções, como oferta de cursos de treinamento e aperfeiçoamento, cooperação com o setor produtivo para o desenvolvimento tecnológico, serviços de assessoria a órgãos públicos e privados, formação avançada em pós-graduação, e outros". Mas a atual crise financeira dificulta o atendimento destas orientações por parte do poder público, pois "se, mesmo nos países desenvolvidos, a conjugação de pesquisa e ensino superior de massa provocou uma crise de financiamento, quanto mais ainda no Brasil, onde

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 1 12 13 14 15 16 17 18

todas as novas funções e o correspondente aumento de custos se concentram, em grande parte, nas universidades públicas gratuitas". (Durhan, 1998, p. 13).

Segundo Durhan, esta concepção de que o Estado deve suprir toda a demanda por ensino superior, incluindo ensino e pesquisa, ainda faz parte de reivindicações da década de 50 e sua impossibilidade de aplicação deve-se à atual conjuntura econômica não só do Brasil, mas que também está presente nos países desenvolvidos. Soma-se a esta colocação "o fato de que, ao contrário do que acontece no setor privado, as instituições públicas, tanto as federais como as estaduais, não possuem nenhum interesse ou incentivo para promover o aumento de matrículas" (Durhan, 1998, p. 17).

Sem aprofundar a questão do "interesse" ou então a falta de recursos suficientes para aumentar a oferta de vagas nas instituições públicas estaduais ou federais, pois a complexidade do tema pressupõe um estudo à parte, o que pode ser verificado é uma nítida discrepância entre as matrículas efetuadas na rede pública e na rede particular com relação ao ensino superior, como demonstram os dados da tabela abaixo, onde tomando como exemplo o ano de 1996, do total de 634.236 vagas oferecidas no vestibular, a grande maioria, ou seja, 450.723, foram concedidas pela rede privada.

Tabela 2 - Evolução das Estatísticas do Ensino Superior no Brasil – Número de vagas oferecidas no vestibular por dependência administrativa - 1980/1996

Ano	Total	Federal	Estadual	Municipal	Particular
1980	404.814	65.406	33.618	27.916	277.874
1981	417.348	66.897	40.345	32.056	278.050
1982	421.231	66.136	40.699	34.298	280.098
1985	430.482	67.307	41.055	32.912	289.208
1986	442.314	68.188	43.650	38.421	292.055
1987	447.345	67.146	47.620	33.001	299.578
1988	463.739	68.370	52.480	28.943	313.946
1989	466.794	68.465	53.019	27.146	318.164
1990	502.784	70.881	55.232	28.896	347.775
1991	516.663	78.502	53.313	30.691	354.157
1992	534.847	80.411	56.292	34.345	363.799
1993	548.678	81.462	56.500	33.665	377.051
1994	574.135	85.017	58.501	33.935	396.682
1995	610.355	84.814	61.352	31.979	432.210
1996	634.236	84.197	63.603	35.713	450.723

Fonte: MEC/INEP/SEEC
INEP - Censo Educacional

unesp

De acordo com o exposto, as inquietações com relação ao ensino superior se expressa na impossibilidade do Estado em suprir a demanda pôr este nível específico de ensino, portanto, a solução proposta consiste em sua transferência à iniciativa privada.

Uma outra questão relativa à transferência dos serviços educacionais à iniciativa privada diz respeito à qualidade das instituições de ensino, pois, segundo esta concepção, o fato da educação estar sujeita às mesmas regras observadas no mercado econômico, ou seja, a lei da oferta e procura, a concorrência entre as "empresas educativas" forçaria estas instituições a investir no aprimoramento dos serviços ofertados, provocando uma elevação na qualidade do ensino.

Neste contexto, as escolas públicas, em número muito reduzido, seriam forçadas, pela concorrência com as particulares, a incorporar-se às regras do livre mercado com uma conseqüente elevação da qualidade. "Portanto, sua existência seria uma resultante da qualidade do serviço oferecido, e não somente do fato de pertencer a uma estrutura estatal". (Bianchetti, 1996, p. 98) As escolas públicas seriam em número reduzido porque iriam suprir apenas as regiões onde a iniciativa privada não atendesse a demanda pelos serviços educacionais.

Portanto, o discurso do ideário neoliberal no campo educacional centra-se na questão da obtenção da qualidade pela livre concorrência entre as empresas educativas, em detrimento da estagnação provocada pelo modelo anterior, ou seja, do estado "incrementalista, protetor, assistencialista". Realmente não há como negar que há uma defasagem muito acentuada com relação à oferta de ensino superior entre a esfera estatal e a iniciativa privada, mas também é incontestável que a qualidade de ensino oferecida pelas instituições de ensino superior públicas federais e estaduais é muito superior às demais, podendo ser verificada pelos dados estatísticos obtidos por meio do Exame Nacional de Cursos, um dos mecanismos de avaliação dos cursos de graduação das instituições de ensino superior do país.

Segundo o Relatório/Síntese do ENC/98, uma publicação do MEC/INEP, "Conforme já acontecera nos Exames anteriores, os melhores

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 1 12 13 14 15 16 17 18

desempenhos relativos em todas as áreas participantes do ENC-98 ficam com os cursos públicos estaduais ou federais. As federais destacam-se com o melhor desempenho relativo nas áreas de Administração, Letras e Matemática. Em todas as demais áreas, o melhor desempenho é dos cursos estaduais (...) Os cursos mantidos por instituições privadas obtiveram o segundo melhor desempenho relativo na área de Letras, apresentando desempenho mediano em todas as áreas". De um modo geral as instituições de ensino superior estaduais obtiveram conceitos A e B em 50% de seus cursos e as federais em praticamente 40%. (Relatório-Síntese/98, p. 25).

O discurso da falência do "Estado incrementalista" só tem razão de ser se vista pelo aspecto econômico, pois os sucessivos cortes orçamentários para as instituições de ensino superior ressaltam esta tendência, mas no que diz respeito à qualidade de ensino os dados demonstram uma situação distinta. Se na teoria a concorrência entre as instituições privadas de ensino superior, sob a ótica do livre mercado, pressupõe uma eficiência superior às estatais, os resultados obtidos pelos sucessivos ENCs demonstram que na prática pode ser observado um processo contrário.

2.3 Algumas tendências para o financiamento do ensino superior

Em conformidade ao ideário neoliberal de contenção de gastos públicos, a fim de restabelecer o equilíbrio fiscal, há uma tendência de transferência à iniciativa privada do financiamento do ensino superior, justificada pela impossibilidade da aplicação de recursos públicos a este nível de ensino para desenvolvimento de pesquisas e conseqüente captação de recursos externos. Esta orientação política faz parte de um projeto de reestruturação estatal, protagonizado pelos técnicos do Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE), que "parece concretizar as orientações neoliberais quanto às restrições de gastos com as políticas sociais em geral e as políticas educacionais, em particular" (Silva Júnior, 1996, p.25).

unesp

O ajuste orçamentário realizado pelo Governo Federal em 98, foi responsável pelo corte de R$ 248 milhões para o Ministério da Ciência e Tecnologia que acabou afetando de forma direta as agências financiadoras de pesquisa, pois este valor representou cerca de 19% do R$ 1,2 bilhão previsto inicialmente. No caso do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), que distribui os recursos para as instituições de pesquisa, o corte orçamentário chegou a R$ 16, 8 milhões.

A conseqüência imediata desta política de redução de recursos públicos no financiamento do ensino superior e conseqüente captação de recursos externos se expressa no aumento de financiamentos do tipo reembolsável, como também a diminuição da concessão de bolsas de estudos.

O Financiamento Estudantil - FIES

Até a Constituição de 1988, a captação de recursos para o sistema de crédito educativo provinha de um Fundo de Assistência Social, derivado de rendimentos de loterias. A partir daí passou a ser operado com recursos diretos do Ministério da Educação, administrados pela Caixa Econômica Federal. No ano 1991 chegou a atender 75 mil estudantes de nível superior.

O Programa de Crédito Educativo (CREDUC), instituído no Brasil pela lei nº 8.436 de 25 de junho de 1992, tinha como objetivo fornecer os recursos necessários aos estudantes carentes do curso universitário de graduação, desde que apresentassem um bom desempenho acadêmico. Visando a ampliação do crédito a um maior número de estudantes, com juros mais baixos e melhores condições de pagamento, o governo federal instituiu o Fundo de Financiamento ao Estudante de Nível Superior (FIES), pela Medida Provisória 1.827/99 em 27 de maio de 1999 e regulamentado pela Portaria do MEC n. º 860 de 27/05/1999.

unesp

> A ampliação das condições de acesso à educação de nível superior constitui importante mecanismo de ascensão social, bem como de incremento da competitividade da economia brasileira neste final de século.
>
> Neste sentido, o Governo Federal, por intermédio do Ministério da Educação, vem implementando uma política de expansão da oferta de ensino superior, seja nas instituições a esta vinculada, seja no setor privado, onde o número de matriculas já supera um milhão. Tal expansão acontece em paralelo à construção de um sistema de avaliação qualitativa dos cursos. (Pesaro, 1999)[5] (Anexo 2).

A medida provisória condiciona a liberação do benefício ao desempenho das instituições de ensino em avaliações do MEC, dentre elas o Exame Nacional de Cursos. Este crédito pode financiar até 70% do valor do curso e pretende beneficiar os estudantes de universidades filantrópicas, que, após a nova Lei de Filantropia, e conseqüente restrição das isenções providenciarias, deixaram de receber bolsas de estudos. O FIES pretende conceder 200 mil novos créditos a partir de julho, além de manter os 52.300 estudantes atendidos pelo CREDUC, dando prioridade para os cursos de ciências, biologia, física, química, matemática, letras, geografia e história.

Os recursos necessários para o financiamento estudantil são provenientes do Orçamento da União, de convênios e contratos de financiamento efetuados com organismos nacionais e internacionais. Um ponto inovador do FIES diz respeito à distribuição dos riscos de inadimplência, pois durante a vigência do CREDUC o Governo Federal arcava com 100% dos riscos, com uma taxa de inadimplência de até 55%. Com o novo sistema de financiamento, o agente financeiro participa com 20% e as instituições de ensino superior com 5%.

Assim como em outros temas abordados nesta pesquisa, os jornais selecionados para análise também se manifestaram quanto às alterações nos critérios de seleção dos candidatos ao financiamento dos cursos de graduação. Sobre esta questão o jornal OESP coloca em editorial que "há uma contradição, portanto, entre o que o MEC declara ser o objetivo do CREDUC e o critério escolhido para acesso ao benefício". O jornal alega que, pelo fato da nova medida

---

[5] FINANCIAMENTO ESTUDANTIL – FIES – Financiando o Futuro de Bons Alunos, Floriano Pesaro, 1999, www.mec.gov.br

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 1 12 13 14 15 16 17 18

estabelecer que o valor da mensalidade do curso escolhido pelo candidato não pode exceder 60% da renda familiar mensal e a necessidade de apresentar um fiador com renda mensal equivalente ao dobro do valor da mensalidade, os novos critérios "fundamentaram-se quase que exclusivamente na preocupação com o risco de inadimplência... definindo, todavia, uma exclusão social, desvirtuando o principal objetivo do programa que é o de oferecer oportunidades iguais a todos, inclusive estudantes carentes". [6]

Apesar de considerar que "houve exagero no arrocho" com relação à recusa em atender mais de 20 mil alunos por inadequação sócio-econômica e o fato do Ministério da Educação concordar em rever esta situação, a abordagem do jornal FSP difere um pouco da elaborada pelo OESP. Em editorial, o jornal esclarece que o problema central desta forma de financiamento do ensino superior consiste menos no "modo" como está sendo aplicado do que no "objeto" do financiamento, ou seja, a qualidade da educação que está sendo oferecida, pois, segundo editorial, "... no caso de boa parte das faculdades particulares incapacidade é o que o estudante recebe com o diploma". [7]

Nota-se que a linha editorial dos jornais salientou aspectos diferentes de uma mesma questão, ou seja, o primeiro realizou uma análise quantitativa e o segundo uma abordagem qualitativa do tema, ou seja, o jornal OESP ressalta a inviabilidade da aplicação dos novos critérios de concessão de crédito educativo pela restrição de acesso aos estudantes carentes e o segundo trata da ineficiência do produto que está sendo financiado, ou seja, a educação oferecida. Mas, embora sendo distintas, a exposição dos editoriais salienta aspectos importantes da questão, pois a demanda atual para este nível de ensino não se resume somente ao acesso, pois as estatísticas demonstram o crescimento no número de matrículas, mas essencialmente a qualidade da educação oferecida pelas instituições de ensino superior.

---

[6] "O novo crédito educativo" , jornal *O Estado de S.Paulo*, 08/08/99, p. 1/3.
[7] "Crédito sem educação", jornal *Folha de S.Paulo*, seção Editoriais, 09/11/99, p. 1-2.

unesp

O financiamento por meio da concessão de bolsas de estudo

Tendo em vista a atual tendência de aproximação dos centros originários de pesquisas com o setor produtivo, assim como restabelecer o equilíbrio fiscal, que restringe os recursos destinados ao seu financiamento, verifica-se uma diminuição na concessão de bolsas de estudo às instituições de ensino superior. As principais agências de fomento à pesquisa acadêmica estão restringindo a oferta com base em avaliações periódicas do aproveitamento destes recursos no desenvolvimento das pesquisas.

> A recente portaria do CNPq sinaliza claramente a falência do financiamento público para Ciência e Tecnologia, refletindo a completa ausência de prioridade ao setor, contrapondo-se ao que seria desejável no momento (...) A SBPC não pode, mais uma vez, deixar de denunciar às forças vivas da nação e à comunidade internacional, principalmente aos cientistas: a decisão do governo brasileiro de fazer cortes lineares nos recursos destinados às instituições de fomento científico é um golpe de misericórdia no sistema nacional de C & T; cortes lineares que atinjam a universidade pública também comprometem a formação de lideranças e a educação científica da juventude brasileira. O resultado poderá ser a exclusão do país do processo de competição internacional no próximo milênio. (Ferreira, 1998).

Com um corte de R$ 57 milhões em seu orçamento inicial o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) está orientando sua política de concessão de bolsas dando prioridade ao nível de doutorado. Tendo como argumento as necessidades impostas pelo atual contexto de formação de pesquisadores, esta agência financiadora vem reduzindo o número de bolsistas do nível mestrado. Foram canceladas as bolsas vinculadas a cursos de mestrado que obtiveram as classificações mais baixas (1 e 2) na avaliação feita pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). As bolsas dos cursos com classificação 3 foram mantidas, mas sem novas concessões para repor as que se encerraram no ano anterior. Como o benefício tem duração de dois anos, sem a reposição os cursos perdem, em média, metade de seus bolsistas a cada ano. Segundo esta orientação, mantém-se o número de bolsas dos programas que tiveram classificação entre 4 e 7.

unesp

Estas colocações podem ser comprovadas pela verificação dos dados das tabelas abaixo, onde pode ser observado o aumento na concessão de bolsas de estudo para o nível doutorado, restringindo em praticamente 50% o total de investimentos no nível mestrado:

Tabela 3 – Número de bolsas e investimentos – Mestrado – CNPq - 1996/98

ano	nº de bolsas	investimento (R$ mil)
1996	9617,5	105.414
1997	7764,1	83.753
1998	6255,5	55.838

Fonte: CNPq

Tabela 4 – Número de bolsas e investimentos – Doutorado – CNPq – 1996/98

ano	nº de bolsas	investimento (R$ mil)
1996	4583,8	73.098
1997	5032,5	78.386
1998	5205,3	75.809

Fonte: CNPq

Apesar do aumento de 1.728 bolsas do nível de doutorado para o ano de 98, em comparação a 97, houve uma redução de 2.577 mil no total de investimentos neste nível de ensino. Mas este fato não altera a atual tendência de incentivo à formação de pesquisadores, pois, segundo comunicado da Assessoria de Comunicação Social do CNPq, a modalidade de Bolsa Doutorado tem aumentado cerca de 10 a 15% ao ano. (Anexo 3)

A polêmica cobrança de mensalidades nas instituições públicas de ensino superior.

Uma outra forma de captação de recursos externos, tendo em vista o "desequilíbrio fiscal" e a incapacidade dos cofres públicos em manter o financiamento de ensino e pesquisa nas universidades públicas estaduais e

federais, tem se expressado na proposta de cobrança de mensalidades ou anuidades dos alunos destas instituições.

Recentemente houve uma certa movimentação nos meios de comunicação e no meio acadêmico frente declarações do Ministro da Educação, Paulo Renato Souza, com relação à possibilidade de cobrança de mensalidades e anuidades nas universidades e instituições federais de ensino superior. Esta questão causou polêmica entre os dirigentes de instituições públicas de ensino superior, onde as opiniões ficaram divididas entre posições contrárias à proposta ou então a possibilidade de discuti-la quando for definida a questão da autonomia financeira destas instituições.

Os dirigentes da Associação dos Docentes do Ensino Superior (ANDES) e Associação dos Dirigentes das Instituições Federais do Ensino Superior (ANDIFES), afirmaram de antemão a inviabilidade desta proposta, pois, dentre os argumentos apresentados, além do oferecimento da educação pública em todos os níveis constituírem dever do Estado, a infra-estrutura necessária para esta cobrança absorveria grande parte do volume arrecadado. [8]

Esta questão da captação de recursos externos para o financiamento do ensino superior esteve presente nas páginas dos jornais selecionados para esta pesquisa, pois foram publicadas diversas reportagens sobre a questão. Não foi possível localizar editorial do jornal OESP sobre esta questão, mas o jornal FSP compartilha com a opinião de que os custos do ensino superior não devem ser de responsabilidade exclusiva do Estado, pois, segundo editorial abaixo, este sistema de ensino tornou-se um mecanismo de manutenção da iniqüidade e do privilégio:

> Os mais ricos beneficiam-se de uma universidade gratuita e, muitas vezes, de boa qualidade. Para quem é pobre, porém, a educação elementar é simplesmente desastrosa.
>
> Que justificativa existe para o fato de que o governo federal dedique mais da metade de suas verbas para educação ao ensino superior, quando o país carece de investimentos essenciais no primeiro e segundo graus? E como aceitar que receba instrução gratuita quem realmente poderia pagar por ela sem dificuldades?
>
> Tudo se resume a uma constatação: o ensino público brasileiro serve às elites, e não a uma grande maioria. [9]

---

[8] "Ensino pago é uma questão polêmica no país", Jornal "O Estado de S.Paulo", 26/06/98, Seção Geral.

[9] "Ensino ruim e elitista", jornal *Folha de S.Paulo*, Editorial, p. 1-2, 07/05/96.

unesp

Um argumento que contribui para a desmistificação da idéia de que grande parte dos estudantes das instituições públicas de ensino superior apresenta condições financeiras para arcar com os gastos com educação superior pode ser observado no estudo sobre o perfil dos estudantes de graduação das Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes), realizado pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (Fonaprace), onde foi concluído que 44,29% dos alunos das Ifes pertencem às categorias sócio-econômicas C, D, e E, portanto, não teriam condições de arcar com as mensalidades ainda que fossem estipuladas em um patamar razoável.[10]

As instituições públicas estatais de ensino superior apresentam situação semelhante às Ifes, pois o perfil sócio-econômico da maioria dos estudantes matriculados demonstra pertencerem à classe média baixa. A título de exemplo, cerca de 40% dos ingressos na Universidade Estadual Paulista (UNESP) são originários de famílias com renda entre 2 e 9,9 salários mínimos, 23% de famílias com renda entre 10 e 20 salários mínimos e 24% com renda superior.

2.4 O poder estatal como agente avaliativo

A questão da avaliação das instituições de ensino superior não é própria ao momento atual, pois já constava nas orientações dos formuladores da Reforma Universitária de 1968. No período anterior à reforma, pautado sobre a prática democrática-populista do modelo nacional-desenvolvimentista, se avolumaram reivindicações, partindo principalmente do movimento estudantil, que havia alcançado uma significativa expressão política, quanto à melhoria da qualidade do ensino oferecido pelas instituições de ensino superior (IES).

Mas foi essencialmente a partir do início da década de 80, com a acentuação dos movimentos civis pela democratização da sociedade brasileira, juntamente com as novas determinações impostas ao campo educacional pela reestruturação capitalista a nível mundial, que a avaliação surge no cenário

[10] Jornal *O Estado de S.Paulo* - 19/07/98

nacional como um imperativo para a obtenção da qualidade do ensino superior brasileiro.

> A deterioração da economia e os movimentos da sociedade civil e no interior da Universidade, contra a ditadura, pela reorganização sindical, pela anistia geral, contra todos os controles político-ideológicos, conduziram o governo a responder, primeiro com ameaças de privatização efetiva do ensino superior público, depois, com a transformação de todas as Universidades Autárquicas em Fundações e com propostas de reformas gerenciais que apontavam para a urgente necessidade de *avaliação* das universidades. (Sguissardi, 1997, p. 51).

A acentuação do binômio avaliação/qualidade para as universidades brasileiras, na década de 80, está estreitamente relacionado ao que vinha ocorrendo no cenário internacional, com a mundialização do capital financeiro, imbricamento das economias nacionais e a competitividade do mercado aberto como uma fórmula de desenvolvimento, tanto para os países do terceiro mundo como para as potências econômicas. As aceleradas inovações tecnológicas conferem à educação um papel estratégico no sentido de "qualificar" a população, para que, desta forma, possa acompanhar as transformações advindas da reestruturação capitalista.

O aumento da produtividade tornou-se imperativo na nova ordem, e, neste contexto, a educação propicia as condições necessárias à compreensão das técnicas produtivas que possibilitam sua reprodução. Portanto, no contexto atual, verifica-se uma avaliação institucional, tendo em vista a obtenção da qualidade das instituições de ensino superior no país, constituindo o Estado o agente implementador e responsável pela fiscalização do processo avaliativo. Neste momento, surgem novas determinações ao papel do Estado no campo educacional, com a substituição do chamado Estado "incrementalista", para o Estado "gerenciador", responsável pela fiscalização e pela implementação de mudanças na estrutura organizacional das IES, por meio dos resultados obtidos pelo processo avaliativo.

A grande polêmica com relação a este processo diz respeito à conceituação do termo "qualidade", ou seja, qual a qualidade que se busca atualmente? De acordo com formulações de Valdemar Sguissardi, o conceito de



qualidade das instituições de ensino superior pode estar centrada na construção de uma universidade produtora e crítica, como também pode estar relacionado com a visão empresarial, privilegiando a questão da eficiência/produtividade (1997, p. 52). Mas este é um tema muito complexo, que envolve análises paralelas, como a questão da autonomia destas instituições, o conceito de "pedagogia da qualidade", e outros. Portanto, um estudo mais aprofundado desta polêmica distanciaria a análise do objetivo proposto.

Tendo em vista a elevação da qualidade da educação no país, atualmente se verificam mecanismos de avaliação que compreendem diferentes níveis educacionais, como o Sistema de Avaliação do Ensino Básico (SAEB) e o Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM). Com relação ao ensino superior foi instituído o Exame Nacional de Cursos, um dos mecanismos de avaliação dos cursos de graduação das instituições de ensino superior do país, compreendendo as IES públicas estatais, federais, municipais e particulares. Este exame é implementado e coordenado pelo MEC e pela SESU, cujos resultados são utilizados como parâmetro para o recredenciamento destas instituições de ensino superior junto aos órgãos competentes, como também para a aplicação de recursos públicos para este nível de ensino e no desenvolvimento de pesquisas acadêmicas.

O Exame Nacional de Cursos, rotulado pela imprensa como *provão*, pode ser considerado como uma expressão desta busca pela qualidade das instituições de ensino superior verificada atualmente, caracterizando não somente uma tendência para este nível específico de ensino, mas fundamentalmente uma transformação em curso.

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 1 12 13 14 15 16 17 18

CAPÍTULO 3

O sistema de avaliação das Instituições de Ensino Superior no Brasil: as origens do Exame Nacional de Cursos - *provão*

> "Atribuir significações e emitir juízos de valor, ou seja, avaliar, é reconhecer o mundo da produção humana e as diferenças, é responder às perguntas que fazemos a respeito de seus valores e de suas qualidades".
> José Dias Sobrinho

No início da década de 80, a busca pela qualidade do ensino de nível superior trouxe à tona a necessidade da implementação de mecanismos de avaliação dos cursos de graduação das instituições e universidades, a fim de se obter informações das conseqüências advindas da Reforma de 68. Na Pós-graduação isso já vinha ocorrendo, pois possuía um mecanismo próprio de avaliação, a Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Vinculada ao MEC a CAPES foi criada pelo decreto nº 29.741, de julho de 1951 e instituída com base na Lei 8.405, de 9 de janeiro de 1992.

A CAPES tem como objetivos elaborar a proposta do Plano Nacional de Pós-Graduação, acompanhar e coordenar sua execução; elaborar planos de atuação setoriais ou regionais; promover estudos e avaliações necessários ao desempenho de suas atividades; fomentar estudos e atividades que, direta ou indiretamente, contribuam para o desenvolvimento e consolidação das instituições de ensino superior; apoiar o processo de desenvolvimento científico e tecnológico nacional; manter intercâmbio e contato com outros órgãos da Administração Pública ou atividades privadas nacionais ou internacionais, visando à celebração de convênios, acordos, contratos e ajustes relativos à consecução de seu objetivo.

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 1 12 13 14 15 16 17 18

Segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), a CAPES é a única agência brasileira de fomento à pesquisa - com a concessão de bolsas de estudo e outros tipos de auxílio - a manter um sistema de avaliação de cursos, sendo reconhecido e utilizado por outras instituições.

3.1 Mecanismos de avaliação das IES: PARU e PAIUB

No início da década de 80, tendo em vista a deficiência na avaliação dos cursos de graduação, o MEC criou o Programa de Avaliação da Reforma Universitária (PARU), precisamente em junho de 1983. Tendo como base a experiência obtida pela CAPES na avaliação da pós-graduação, o PARU tinha como principais objetivos a análise da gestão das Instituições de Ensino Superior (IES), ou seja, distribuição de poder e decisões no interior de cada instituição, administração acadêmica e financeira e financiamento e política de pessoal. O segundo tema a ser analisado pelo Programa dizia respeito à produção e disseminação do conhecimento - ensino e pesquisa e interação com a comunidade.

O ponto de partida deste programa era realizar um estudo-base entre as instituições, que se apresentassem como voluntárias, com aplicações de questionários entre amostras de docentes, de estudantes de graduação e de pós-graduação. Segundo CUNHA, este programa não passou da aplicação dos questionários, pois: "infelizmente, o PARU foi desativado um ano depois de começado, devido a disputas internas ao próprio Ministério da Educação, em torno de quem competia fazer a avaliação da reforma universitária. Os dados de milhares de questionários não foram sequer apurados e vários estudos institucionais não passaram das versões preliminares". (Cunha, 1997, p.23).

Fracassada esta primeira tentativa de avaliação das IES, no final da década de 80 o MEC passou a incentivar iniciativas de avaliação por parte das próprias instituições, apesar de declarar sua intenção em realizar um processo mais amplo. Seguindo esta orientação, A Universidade Federal de Minas Gerais



avaliou sua pós-graduação, a Universidade de Brasília e a Universidade Federal do Rio de Janeiro avaliaram seus cursos de graduação.

Neste momento, a auto-avaliação dos departamentos da Universidade de São Paulo (USP) gerou muita polêmica com relação a uma lista formulada pela reitoria quanto à produção científica de seus docentes. Foi constatado que ¼ dos docentes desta instituição não haviam publicado nenhum artigo ou livro no período de 1985/86, por esta razão foram rotulados como "improdutivos". Esta "lista dos improdutivos" chegou ao conhecimento da imprensa, especificamente o jornal *Folha de S.Paulo*, e recebeu inúmeras críticas por sua composição, pois, ao contrário do que estava explícito no título do artigo, seus integrantes eram ilustres educadores com reconhecida produção intelectual.

Atualmente diversas IES estão desenvolvendo mecanismos próprios de avaliação, a título de exemplo podemos citar o Programa de Avaliação Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - PAIUFRGS, Projeto de Avaliação Institucional da Universidade Federal Fluminense-PAIUFF e Projeto de Avaliação Institucional de Santa Catarina - PAIUFSC.

Eleito por via direta em 1989, a escalada política de Fernando Collor chega ao fim em dezembro de 1992, por um processo de impeachment, tendo como conseqüência a posse de seu vice. No governo Itamar Franco, Murilo Hingel foi nomeado Ministro da Educação. As principais medidas adotadas pelo novo ministro foram a extinção do Conselho Federal de Educação, após denúncias de corrupção e favorecimento às instituições privadas de ensino, substituído por um projeto de Lei que previa a criação do Conselho Nacional de Educação; apoio ministerial quanto à experiências de avaliação progressiva dos alunos do 2°grau em substituição aos exames vestibulares e redistribuição dos recursos destinados às instituições federais de ensino superior.

No que diz respeito à questão da avaliação das IES, houve o incentivo ministerial quanto à auto-avaliações e foi criada uma Comissão Nacional de Avaliação, responsável pela elaboração, em 1993, de uma proposta nacional de avaliação, que resultou na criação do Programa de Avaliação



Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB). Esta comissão tinha a seguinte composição: Secretaria de Educação Superior, Associação Nacional de Instituições Federais de Ensino Superior, Associação Brasileira de Universidades Estaduais e Municipais, Associação Nacional de Universidades Particulares, Associação Brasileira de Escolas Superiores Católicas, o Fórum dos Pró-Reitores de Graduação, Fórum dos Pró-Reitores de Pesquisa e Pós-Graduação, Fórum dos Pró-Reitores de Extensão e o Fórum dos Pró-Reitores de Planejamento e Administração. (CUNHA, 1997:32).

O PAIUB tem como determinação básica incentivar a auto-avaliação das IES, cuja apresentação é voluntária, desde que subordinadas aos critérios de acompanhamento e avaliação estabelecidos pelo programa. "Os princípios e diretrizes do PAIUB, definidos desde sua criação foram mantidos: o respeito à identidade institucional-perfis, missões, condições, necessidades, aspirações - mediante um processo de adesão, de globalidade, com ampla participação de toda a comunidade acadêmica vinculada a cada instituição, referenciados também por uma avaliação externa"[1]. Segundo dados da tabela abaixo, este mecanismo específico de avaliação institucional abrangeu quase a totalidade das IES das principais regiões brasileiras, onde pode ser verificada sua participação em 138 IES de um total de 156.

Tabela 5 - Área de atuação do PAIUB – 1997

Esfera adm.	Federal		estadual		municipal		com/conf		particular		total geral	
Regiões	IES	PAI	IES	PAI	IES	PAI	IES	PAI	IES	PAI	IES	PAI
Norte	07	07	02	03	00	00	00	00	01	01	10	11
Nordeste	13	13	11	12(3)	00	00	02	03	03	02	29	30
Sudeste	20	17	06	05	01	00	12	13	34	18	73	53
Sul	08	07	05	05	05	08(3)	13	13	03	00	34	33
C.oeste	04	04	02	03(3)	00	00	03	03	01	01	10	11
Total	52(1)	48	26(2)	28	06(2)	08	30(2)	32	42(2)	22	156	138

Fonte: PAIUB- DEPES/SESu - 1997
1- Todas as IES Federais -
2- Somente universidades (autorizadas/reconhecidas)
3- A diferença corresponde à inclusão de IES em processo de credenciamento.

[1] Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais: www.inep.gov.br

3.2 A origem do *provão*

Ainda com o PAIUB em vigor, em novembro de 1995 foi aprovada a Lei nº 9.131, que passou a regulamentar as atribuições do Conselho Nacional de Educação e a instauração de exames regulares nas instituições de ensino superior[2]. Segundo determinação desta lei, o Conselho Nacional de Educação seria composto pelas Câmaras de Educação Básica e de Educação Superior, sendo esta última responsável pela análise e emissão de parecer sobre os resultados dos processos de avaliação das instituições de ensino superior.

De acordo com o art. 3º da mencionada Lei, cabe ao Ministério da Educação e do Desporto a realização de:

> ... avaliações periódicas das instituições e dos cursos de nível superior, fazendo uso de procedimentos e critérios abrangentes dos diversos fatores que determinam a qualidade e a eficiência das atividades de ensino pesquisa e extensão.
>
> § 1º Os procedimentos a serem adotados para as avaliações a que se refere o caput incluirão necessariamente, a realização a cada ano de exames nacionais com bases nos conteúdos mínimos estabelecidos para cada curso previamente divulgados e destinados a aferir os conhecimentos e competências adquiridas pelos alunos em fase de conclusão dos cursos de graduação.
>
> § 2º O Ministério da Educação e Desporto divulgará anualmente os resultados das avaliações referidas no caput deste artigo, inclusive dos exames previstos no parágrafo anterior informando o desempenho de cada curso, sem identificar nominalmente os alunos avaliados.
>
> § 3º A realização de exame referido no § 1º deste artigo é condição prévia para obtenção do diploma, mas constará do histórico escolar de cada aluno apenas o registro da data que a ele se submeteu.
>
> § 4º Os resultados individuais obtidos pelos alunos examinados não serão computados para sua aprovação, mas constarão de documento específico emitido pelo Ministério da Educação e do Desporto a ser fornecido exclusivamente a cada aluno.
>
> § 5º A divulgação dos resultados dos exames para fins diversos do instituído neste artigo, implicará responsabilidade para o agente, na forma da legislação pertinente.
>
> § 6º O aluno poderá sempre que julgar conveniente submeter-se a novo exame, nos anos subsequentes, fazendo jus a novo documento específico.
>
> §7º A introdução dos exames nacionais, como um dos procedimentos para avaliação dos cursos de graduação será efetuado gradativamente, a partir do ano seguinte à publicação da presente Lei, cabendo ao

---

[2] O texto da referida Lei trata de processos de avaliação da educação superior, a denominação "Exame Nacional de Cursos" aparece pela primeira vez no Decreto 2.026/96.

unesp

Ministro do Estado da Educação e do Desporto determinar os cursos a serem avaliados. [3]

Ainda estabelece que os dados obtidos pelos resultados dos exames serão utilizados pelo Ministério da Educação para estimular e fomentar iniciativas que visem à melhoria da qualidade no ensino superior.

Desta forma, com o Exame Nacional de Cursos (ENC) foi instituído um mecanismo de avaliação das instituições de ensino superior tendo como um dos indicativos a avaliação dos estudantes, onde a realização das provas passou a ser condição para obtenção do diploma de conclusão dos cursos selecionados para a aplicação do exame. Talvez por falta de esclarecimentos quanto aos critérios de aplicação e divulgação dos resultados dos exames, o aspecto de avaliação individual recebeu muitas críticas e gerou grande movimentação nos meios de comunicação na época da realização das primeiras provas. Os estudantes alegaram que as notas obtidas nos exames poderiam ser utilizadas como classificatórias no mercado de trabalho, prejudicando quem não obtivesse resultados satisfatórios.

O texto da Lei esclarece que os resultados das provas são de conhecimento exclusivo do aluno e se não forem satisfatórios, as provas poderão ser repetidas nos anos seguintes, cabendo-lhes um novo documento. "O objetivo principal é contribuir para uma avaliação mais ampla dos cursos de graduação, e não medir o desempenho individual dos formandos, como erroneamente, tem sido veiculado". (Exame Nacional de Cursos, 1996) A posterior propagação destes esclarecimentos quanto aos resultados das provas pode ser apontada como uma das causas do crescimento do nível de aceitação dos exames subseqüentes.

Com o objetivo de sistematizar em um dispositivo legal os diversos procedimentos de avaliação dos cursos e instituições de ensino superior, o Ministério da Educação instituiu o Decreto nº 2.026, de 10 de outubro de 1996 [4],

---

[3] Lei nº 9.131/95. Fonte: Biblioteca Virtual do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), atualizada em abril de 1999. http://www.inep.gov.br

[4] Decreto nº 2.2026, de 10 de outubro de 1996. Fonte: Biblioteca Virtual do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), atualizada em abril de 1999. http://www.inep.gov.br

exatamente um mês antes da realização das primeiras provas do ENC. Este decreto pode ser considerado com um meio legal de resposta do MEC às críticas de que a avaliação institucional estava sendo negligenciada em favor da avaliação individual e uma forma de esclarecer que o Exame Nacional de Cursos não constitui o único meio de avaliação das instituições de ensino superior.

De acordo com art.1° do referido Decreto, há quatro procedimentos para proceder à avaliação das IES, são eles:

1. Análise dos principais indicadores de desempenho global do sistema nacional de ensino superior, por região e unidade da federação, segundo as áreas do conhecimento e o tipo ou natureza das instituições de ensino.

Estes indicadores, definidos no art. 3°, são: taxas de escolarização bruta e líquida; taxas de disponibilidade e de utilização de vagas para ingresso; taxa de evasão e de produtividade; tempo médio para conclusão dos cursos; índices de qualificação do corpo docente; relação média alunos por docente; tamanho médio das turmas; participação da despesa com ensino superior nos investimentos públicos com educação; despesas públicas por aluno no ensino superior público; despesa por aluno em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) por habitante nos sistemas públicos e privados e a proporção das despesas públicas com educação.

O levantamento dos dados referentes aos indicadores de desempenho global fica sob responsabilidade da Secretaria de Avaliação de Informação Educacional (SEDIAE).

2. Avaliação do desempenho individual das instituições do ensino superior, compreendendo todas as modalidades de ensino, pesquisa e extensão.

Esta avaliação individual das IES analisa a administração geral (funcionamento dos órgãos colegiados, relações com a entidade mantenedora e eficiência das atividades meio-fim), administração acadêmica (adequação dos currículos e sua execução, adequação do controle do atendimento às exigências regimentais de execução do currículo, adequação dos critérios e procedimentos de

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 1 12 13 14 15 16 17 18

avaliação do rendimento escolar), a integração social (avalia a dimensão da inserção da instituição na comunidade local e regional, por meio da extensão e prestação de serviços), e a produção científica e tecnológica (produtividade dos docentes considerando seu regime de trabalho).

Para o levantamento dos dados relacionados ao desempenho individual das IES, a Secretaria de Educação Superior (SESu) designa uma comissão externa à instituição que está sendo analisada. Além da análise dos aspectos citados anteriormente, a comissão externa considera também a auto-avaliação realizada pela instituição, as avaliações dos cursos realizadas por comissões de especialistas, os resultados do Exame Nacional de Cursos, a avaliação da pós-graduação (realizada pela CAPES) e os indicadores de desempenho global apresentados pela instituição que esta sendo analisada.

3. Avaliação individual (por curso) do ensino de graduação, através da análise das condições de oferta de cada instituição (organização didático-pedagógica; adequação das instalações físicas especiais, como laboratórios; qualificação do corpo docente e acervo bibliográfico) e análise dos resultados do Exame Nacional de Cursos. Esta avaliação será conduzida pelas Comissões de Especialistas especialmente designadas pela SESu.

4. A avaliação dos cursos de mestrado e doutorado, por área do conhecimento, continua sob responsabilidade da CAPES, sendo realizada de acordo com critérios e metodologia próprios.

No início da implantação deste sistema nacional de avaliação, houve inquietações com relação à continuidade do PAIUB, pois este mecanismo de avaliação não estava sendo considerado na sistematização dos resultados. Segundo Isaura Belloni, que contribuiu na criação do PAIUB, "havia um conflito entre a filosofia de avaliação que o ministério queria implantar com o provão e o

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 1 12 13 14 15 16 17 18

modelo proposto pelo PAIUB". [5]Estas divergências foram sanadas com a inclusão dos resultados dos trabalhos do PAIUB no processo final de sistematização dos outros instrumentos de avaliação utilizados pelo MEC. Todos os dados levantados pelos procedimentos citados anteriormente são repassados à Secretaria de Ensino Superior (SESU), que constitui um órgão do Ministério da Educação responsável pela política e gestão do sistema nacional de ensino de graduação.

Segundo declarações do MEC, a resistência ao ENC não se justifica pela idéia de que seria o único mecanismo de avaliação, pois são diversos procedimentos que, embora diferenciados, se complementam na elaboração dos resultados. A avaliação individual é apenas um dos indicadores.

> O Exame Nacional de Cursos é um dos elementos da prática avaliativa... (que) visa a complementar as avaliações mais abrangentes das instituições e cursos de nível superior que analisam os fatores determinantes da qualidade e a eficiência das atividades de ensino, pesquisa e extensão, obtendo dados informativos que reflitam, da melhor maneira possível, a realidade concreta do ensino. Não se constitui esse Exame, portanto, um mero programa de testagem nem o único indicador a ser utilizado nas avaliações das instituições de ensino superior. (Exame Nacional de Cursos, 1996).

Os dados obtidos pelos resultados do ENC, compatibilizados e sistematizados pela SESu/MEC, constituem um dos referenciais utilizados pelo Conselho Nacional de Educação na deliberação quanto ao reconhecimento de cursos e habilitações e ao credenciamento e recredenciamento periódico das instituições de ensino superior no país.

Posteriormente a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), promulgada a 20 de dezembro de 1996, tornou obrigatório o reconhecimento periódico dos cursos de graduação, submetido a um processo prévio de avaliação. O Art. 46 da mencionada Lei estabelece que: "A autorização e o reconhecimento de cursos, bem como o credenciamento de instituições de educação superior, terão prazos limitados, sendo renovados, periodicamente, após processo regular de avaliação". Este processo regular de avaliação se configura no Exame Nacional de Cursos.

---

[5] Revista do Provão, nº3, 1998, p. 7.

unesp

Como já foi colocado anteriormente, o ENC foi a primeira tentativa institucionalizada de avaliação da graduação que trouxe resultados práticos, através dos dados levantados pelo processo de sistematização dos resultados das provas. Segundo dirigentes do MEC, este mecanismo específico de avaliação institucional constitui um dos elementos da prática avaliativa das IES que possibilita o conhecimento da realidade de nossas instituições, para, a partir daí, oferecer as condições de efetiva melhoria deste nível de ensino.

3.3 A aplicação das provas do Exame Nacional de Cursos

Independente das controvérsias geradas quanto a este mecanismo específico de avaliação das IES, desde sua implementação, em 1996, as provas foram aplicadas, avaliando, até 1999, treze cursos:

- 1996: Administração, Direito e Engenharia Civil;
- 1997: Administração, Direito, Engenharia Civil, Engenharia Química, Medicina Veterinária e Odontologia;
- 1998: Administração, Comunicação social-Habilitação em jornalismo, Direito, Engenharia Civil, Engenharia Elétrica, Engenharia Química, Letras, Matemática, Medicina Veterinária e Odontologia;
- 1999: Administração, Comunicação Social-Habilitação em Jornalismo, Direito, Engenharia Civil, Engenharia Elétrica, Engenharia Química, Letras, Matemática, Medicina Veterinária e Odontologia. Pela primeira vez também serão avaliados os cursos de Economia, Engenharia Mecânica e Medicina.

As provas aplicadas pelo ENC são formuladas pelas Comissões de Cursos, compostas por especialistas da área de cada curso avaliado, nomeados por Portaria Ministerial, após consulta às Comissões de Especialistas de Ensino da

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 1 12 13 14 15 16 17 18

Secretaria da Educação Superior (SESu), ao Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB) e aos conselhos federais e associações nacionais de ensino.

O conteúdo das provas tem como base as atuais diretrizes e conteúdos curriculares, assim como as atuais exigências geopolíticas, culturais e econômicas. As provas são aplicadas por instituições sem fins lucrativos, externos ao Ministério da Educação e que possuam quadros de profissionais com reconhecida idoneidade, competência e capacidade técnica. O ENC será realizado anualmente entre maio e junho, excepcionalmente o primeiro *provão* foi realizado no final do ano, precisamente 10 de novembro de 1996. As instituições contratadas para aplicação e correção das provas foram a Fundação Carlos Chagas e a Fundação Cesgranrio, mantidas também nos exames posteriores.

Para o ENC/96 foram inscritos 59.343 estudantes, provenientes de 616 instituições de ensino superior que mantinham cursos de Administração, Direito e Engenharia Civil. O ENC/97 totalizou a soma de 94.296 inscritos de 822 instituições que, além dos cursos já citados, ofereciam cursos de Engenharia Química, Medicina Veterinária e Odontologia. O total de estudantes inscritos para o ENC/98 subiu para 142.107, tendo um aumento considerável do número de cursos participantes - 1710, pois além dos citados foram acrescidos os cursos de Engenharia Elétrica, Jornalismo, Letras e Matemática.

Tabela 6 - Número de inscritos no ENC (96/97/98)

Área	1996	1997	Variação 96/97%	1998	Variação 97/98%	Variação 96/98%
Administração	27.535	36.205	31,5	42.224	16,6	53,3
Direito	27.220	39.715	45,9	44.318	11,6	62,8
Eng. Civil	4.588	6.448	40,5	6.664	3,3	45,2
Eng. Química	-	1.763	-	1.559	-11,6	-
Med. Veterinária	-	2.398	-	2.386	-0,5	-
Odontologia	-	7.767	-	7.864	1,2	-
Eng. Elétrica	-	-	-	4.848	-	-
Jornalismo	-	-	-	4.900	-	-
Letras	-	-	-	18.423	-	-
Matemática	-	-	-	8.423	-	-
Total	59.343	94.296	58,9	142.107	50,7	139,5

Fonte: DAES/INEP/MEC - ENC-98.

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 1 12 13 14 15 16 17 18

Tabela 7 - Número de cursos participantes do ENC (96/97/98)

Área	1996	1997	Variação 96/97%	1998	Variação 97/98%	Variação 96/98%
Administração	335	354	5,7	391	10,5	16,7
Direito	179	196	9,5	212	8,2	18,4
Eng. Civil	102	106	3,9	110	3,8	7,8
Eng. Química	-	44	-	47	6,8	-
Med. Veterinária	-	37	-	39	5,4	-
Odontologia	-	85	-	86	1,2	-
Eng. Elétrica	-	-	-	81	-	-
Jornalismo	-	-	-	84	-	-
Letras	-	-	-	369	-	-
Matemática	-	-	-	291	-	-
Total	616	822	33,4	1.710	108,0	177,6

Fonte: DAES/INEP/MEC - ENC-98.

Para o Exame Nacional de Cursos de 1999, além dos cursos avaliados nos anos anteriores, foram acrescidos outros três: Economia, Engenharia Mecânica e Medicina. Segundo o Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais, em informe do dia 26 de abril, 170.253 graduandos se inscreveram para o ENC/99:

Tabela 8 - Número de inscritos, por curso, no ENC/99.

Curso	Inscritos	Curso	Inscritos
Administração	43.228	Jornalismo	5.075
Direito	43.775	Letras	20.654
Economia	10.524	Matemática	11.364
Engenharia Civil	6.505	Medicina	8.470
Engenharia Elétrica	4.636	Medicina Veterinária	2.801
Engenharia mecânica	3.847	Odontologia	7.817
Engenharia Química	1.557		
Total			170.253

Fonte: Informativo do INEP, 26 de abril de 1999.

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 1 12 13 14 15 16 17 18

Tabela 9 - Número de presentes ao ENC (96/97/98)

Área	1996	1997	Variação 96/97%	1998	Variação 97/98%	Variação 96/98%
Administração	24.948	31.446	26,0	36.098	14,8	44,7
Direito	26.209	36.682	40,0	41.158	12,2	57,0
Eng. Civil	4.380	5.874	34,1	5.400	-8,1	23,3
Eng. Química	-	1.643	-	1.417	-13,8	-
Med. Veterinária	-	2.233	-	2.202	-1,4	-
Odontologia	-	7.698	-	7.488	-2,7	-
Eng. Elétrica	-	-	-	4.271	-	-
Jornalismo	-	-	-	4.188	-	-
Letras	-	-	-	16.604	-	-
Matemática	-	-	-	7.997	-	-
Total	55.537	85.576	54,1	126.823	48,2	128,4

Fonte: DAES/INEP/MEC - ENC-98.

Em comparação as três edições anteriores, o ENC/99 registrou o maior índice de comparecimento, ou seja, dos 170.253 inscritos, 94,5% estiveram presentes para a aplicação das provas, o que representa 163.981 estudantes. Segundo dirigentes do MEC, esta elevação do número de estudantes presentes ao exame pode ser considerada uma conquista para a consolidação deste mecanismo específico de avaliação institucional.

Tabela 10 - Variação número de inscritos/presentes ao ENC - 96/97/98/99

Ano	variação %
1996	93,6
1997	90,7
1998	92,3
1999	94,5

Fonte: INEP

Este acréscimo no número de inscritos nos ENC subseqüentes deve-se não somente ao crescimento da aceitação do *provão*, mas constitui uma conseqüência prática do aumento número de cursos avaliados. Esta elevação nos números poderá ser melhor interpretada se forem considerados os dados relativos ao número de alunos que compareceram às provas e pelo percentual de provas em branco com relação aos presentes.

Depois de analisar e sistematizar os resultados das provas MEC/INEP publica um relatório onde constam informações gerais sobre a

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 1 12 13 14 15 16 17 18

realização dos exames e os conceitos de cada curso analisado. Quando possível são feitas comparações com os dados dos exames anteriores. Juntamente com o relatório individual dos cursos, uma cópia do Relatório Síntese é enviada às instituições que participaram dos exames. "Este relatório sintetiza os trabalhos e resultados do Exame Nacional de Cursos e traz informações que integram o Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior, consolidando-se como fonte de permanente de consulta para as instituições de ensino superior, especialistas e sociedade em geral". (Relatório Síntese/98, p. 16).

De acordo com os dados fornecidos pelo INEP, dos 55.537 presentes no ENC/96, 11,7% entregaram as provas em branco. Em 1997, dos 85.576 estudantes presentes, apenas 2,2 % entregaram em branco, mantendo este patamar no ENC/98 onde 126.823 estudantes estiveram presentes. As estatísticas relativas ao número de entrega de provas em branco no ENC/99 registraram uma nova queda com relação aos anos anteriores, especificamente ao ENC/98 apresentou uma variação de 0,72%:

Tabela 11 - Percentual de provas em branco com relação ao número de presentes, ao ENC (96/97/98/99)

Curso	% Provas em branco/presentes			
	1996	1997	1998	1999
Administração	8,40	0,42	0,39	0,16
Direito	11,40	1,93	1,35	0,42
Engenharia Civil	32,10	13,87	6,54	6,84
Sub-Total	11,70	2,20	1,27	0,74
Engenharia química		6,63	7,97	6,95
Medicina Veterinária		2,33	3,36	0,49
Odontologia		1,01	0,20	0,06
Subtotal		2,10	1,82	0,99
Engenharia Elétrica			4,03	4,16
Jornalismo			10,55	11,04
Letras			4,50	1,41
Matemática			3,20	0,72
Subtotal			4,89	0,77
Engenharia Mecânica				1,13
Economia				3,30
Medicina				0,15
Subtotal				1,74
Total	11,70	2,21	2,20	1,38

Fonte: DAES/INEP/MEC - ENC-99

Esta queda brusca das provas em branco de 96 para 97 (com uma variação de 9,5%), um patamar praticamente estabilizado em 98 e uma pequena queda em 99, pode ser explicada pela mudança no comportamento dos estudantes com relação ao exame. Segundo a Revista do *provão*, havia grande insatisfação dos estudantes com relação à instituição que estudavam, agravada com os resultados do primeiro exame, onde cursos renomados obtiveram média inferior àqueles que apresentavam dúvidas quanto à qualidade. (Revista do Provão, ano III, 1998: 16) "O baixo índice de provas em branco no ENC-98 (2,1%) comprova que a grande maioria dos graduandos vem participando seriamente das provas, contribuindo para a avaliação de seus cursos". (Relatório Síntese/98, p. 15)

A argumentação dos dirigentes do MEC consiste no seguinte: quando uma instituição de ensino superior recebe um conceito D, no lugar do esperado conceito A, a primeira reação do corpo docente, direção e estudantes é realizar um levantamento para tomar conhecimento de suas deficiências. Desta forma, esta instituição terá condições de sanar seus problemas para obter um conceito mais alto no próximo exame, já que esta é uma das determinações do CNE para o credenciamento e recredenciamento das IES.

Após a realização dos exames, juntamente com o relatório da síntese dos resultados, as instituições de ensino superior, cujos cursos foram avaliados, recebem um relatório individual com dados estatísticos mais gerais e os resultados dos cursos avaliados. Estas informações são utilizadas pela instituição como um guia em suas ações para o aprimoramento de seus cursos.

Com o objetivo de analisar as condições da estrutura física das instituições que participaram do ENC, a cada ano são visitadas pelas chamadas Comissões de Especialistas, compostas por profissionais com experiência acadêmica e de mercado. Este grupo verifica aspectos como qualidade da biblioteca e dos professores, laboratórios e equipamentos disponíveis, como também os projetos pedagógicos que estão sendo desenvolvidos.

As primeiras instituições que receberam a Comissão de Especialistas foram aquelas que obtiveram conceitos D e E no primeiro *provão*, recebendo sugestões para uma melhoria de suas dependências físicas e do corpo

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 1 12 13 14 15 16 17 18

docente. O MEC pretende estender as visitas desta comissão não somente àquelas instituições que receberam um conceito insatisfatório, mas a todas que tiveram seus cursos avaliados, independente do conceito obtido pelo ENC.

Segundo o Relatório Síntese/98, "a exemplo dos exames dos anos anteriores, os melhores desempenhos relativos em todas as áreas participantes, no ENC/98, ficam com os cursos públicos estaduais ou federais". Os cursos estaduais tiveram melhor desempenho que os demais em praticamente todas as áreas avaliadas, com exceção dos cursos de Administração, Letras e Matemática, onde os cursos federais apresentaram um melhor desempenho. "As instituições estaduais tem 50% ou mais de seus cursos com conceito A e B em todas as áreas, exceto em Letras e Matemática. As instituições federais, pôr sua vez, apresentam 40% ou mais de seus cursos com conceitos A e B em todas as áreas, exceto em Medicina Veterinária e Odontologia". (Relatório Síntese/98:25)

As instituições privadas de ensino superior apresentaram um desempenho mediano em todas as áreas avaliadas, com exceção do curso de Letras, onde obteve o segundo melhor resultado. Com relação aos cursos municipais, no ENC/98 apresentaram o fraco desempenho que já haviam demonstrado nos exames anteriores.

Tabela 12 - Distribuição percentual dos conceitos no ENC/98, por área e por dependência administrativa (excluídos os cursos sem conceitos).

Área/Dependência	Federal			Estadual			Municipal			Privado		
Conceito	A+B	C	D+E	A+B	C	D+E	A+B	C	D+E	A+B	C	D+E
Administração	70	12,5	15	54,3	31,4	8,6	8,7	43,5	43,5	22,2	43	32,8
Direito	43,2	27	27	53,3	33,3	13,3	28,6	35,7	35,7	24	43,8	31,5
Eng. Civil	51,5	15,2	30,3	52,9	29,4	17,6	0	50	50	10,7	53,6	30,4
Eng. Elétrica	44,8	31	17,2	60	30	10	0	100	0	10	45	42,5
Eng. Química	40	40	15	60	40	0	0	50	50	10	35	50
Jornalismo	40	16	40	50	16,7	33,3	0	33,3	66,7	24	52	18
Letras	45,9	31,1	19,7	23,2	36,2	39,1	20,8	29,2	50	27,9	44,7	26,5
Matemática	57,6	25,4	13,6	34,6	26,9	36,5	0	38,1	61,9	21,4	48,4	28,3
Med. Veterinária	26,3	31,6	36,8	50	30	20	-	-	-	10	60	30
Odontologia	37	29,6	29,6	57,1	42,9	0	25	25	50	14,6	43,9	36,6

Fonte: DAES/INEP/MEC - ENC-98.

unesp

Os resultados obtidos nos três anos de realização do *provão* não demonstraram grandes elevações nos conceitos das instituições cujos cursos foram avaliados. Mas tendo em vista o fato de que, anteriormente ao ENC, não havia nenhum dispositivo institucional de avaliação do ensino superior desta abrangência, podemos classificá-lo como uma possibilidade viável de efetivação de melhorias significativas nos cursos de graduação do país.

Recentemente houve uma significativa movimentação nos meios de comunicação quanto ao pronunciamento do atual Ministro da Educação, Paulo Renato Souza, com relação à possibilidade do descredenciamento, junto ao MEC, de 101 cursos superiores das áreas de direito, administração e engenharia civil que não apresentaram resultados satisfatórios nas três primeiras edições do ENC, ou seja, receberam conceitos D ou E ou apresentaram condições insuficientes (CI) em dois dos três itens avaliados pelas comissões de especialistas da SESU (Corpo docente, organização didático-pedagógica e instalações físicas).

A maior parte dos cursos citados na "lista dos 101", como ficou conhecida pela imprensa, são instituições de ensino particulares, incluindo importantes universidades privadas, como o Mackenzie e a Universidade São Francisco. A reação à publicação desta lista foi de insatisfação, pois representantes do meio acadêmico, reitores e estudantes das instituições citadas alegaram que uma avaliação generalizada sem considerar as especificidades de cada região é injusta, pois, os recursos de uma universidade situada no norte do país não são os mesmos de uma universidade de São Paulo.

Uma análise mais aprofundada das conseqüências deste mecanismo específico de avaliação do ensino superior, assim como sua forma de aplicação e utilização dos dados obtidos com a sistematização dos resultados, poderia acarretar um distanciamento do propósito inicial desta análise. Mesmo porque, sendo um processo ainda em construção, o resultado obtido pode não ter a consistência desejada, resvalando para uma análise especulativa.

Desta forma, realizada a contextualização da questão da avaliação das instituições de ensino superior no país, especificamente o Exame Nacional de Cursos, a exposição segue com uma análise detalhada do primeiro

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 1 12 13 14 15 16 17 18

provão, realizado em 10 de novembro de 1996. Em conformidade com o tema proposto, serão salientadas as questões relativas à grande movimentação dos meios de comunicação com relação à aplicação das primeiras provas.

Mas a imprensa não se caracteriza apenas como um veículo de informações, um transmissor neutro e imparcial, isolado da realidade da qual faz parte. Os meios de comunicação de massa são acima de tudo, um instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social e política. É neste ponto que se encontra a importância da utilização de jornais como fonte de investigação, não apenas como uma maneira de se confirmar hipóteses levantadas em um outro tipo de documentação, mas utilizá-los em uma análise crítica. O estudo em jornais é uma rica fonte de conhecimento, onde pode ser analisada a maneira como se colocam frente a uma determinada questão, como participam do debate político e até que ponto intervém no processo de tomada de decisões.



CAPÍTULO 4 - Os Manuais de Redação dos jornais *O Estado de S.Paulo* e *Folha de S.Paulo*

> "Mais do que nunca, a imprensa continua sólida na sua posição de camuflar suas opções políticas, tão evidentes, sob o manto sagrado daquilo que ela arbitrariamente qualifica como notícia, sob a postura olímpica de quem apenas cobre os acontecimentos. Nunca admite ter lado, preferência, partido — e ela sempre os tem".
>
> Emiliano José

Para iniciar uma exposição sobre imprensa não há como fugir da afirmação, já consensual, do importante papel que os meios de comunicação, de um modo geral, desempenham na condução de uma sociedade democrática, onde se observa uma acentuação da liberdade de expressão e de pensamento. Outro consenso diz respeito ao fato dos meios de comunicação, pela força de persuasão que possuem, representarem o *quarto poder*, mas podemos ir um pouco mais longe e inverter esta posição, pois a história nos mostra que, nesta hierarquia, os meios de comunicação geralmente ocupam a posição de *primeiro poder*, no sentido de que os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário muitas vezes tiveram suas atitudes de certa forma "conduzidas" pelos ventos favoráveis da imprensa.

Caso típico desta afirmação diz respeito à eleição do alagoano, até então desconhecido, Fernando Collor de Mello. Poderíamos citar outros casos, como a campanha pelas "diretas-já", em 1984, onde a imprensa exerceu grande influência na opinião pública quanto à importância da eleição do presidente da república, fato que acarretou uma mobilização de milhares de pessoas nas ruas, reivindicando este direito.

Nos deteremos um pouco mais no "caso Collor" por representar diretamente o poder da imprensa quanto à condução da vida política do país. Emiliano José desenvolveu uma análise minuciosa sobre a meteórica ascensão



política do ex-presidente, assim como a também a meteórica queda sofrida com o processo de *impeachment.* A análise diz respeito à atuação da grande imprensa na campanha presidencial de Fernando Collor, no processo de impeachmente e na CPI do Orçamento, dando ênfase às revistas *Veja* e ISTO É.

Desenvolvendo uma certa analogia entre imprensa-empresa o autor ressalta o apoio incondicional dado inicialmente ao então candidato Collor de Mello, esclarecendo que, com a queda do socialismo europeu (as eleições na União soviética e a queda do Muro de Berlim) os ventos sopravam para a doutrina neoliberal, para a liberdade de comércio e expansão das fronteiras. E esta era a proposta política de Fernando Collor.

Como os veículos de comunicação constituem grandes empresas capitalistas, este novo modelo econômico interessava aos proprietários e dirigentes das grandes empresas jornalísticas. Tanto que, depois do presidente deposto, estes mesmos veículos de comunicação justificaram o apoio pelo programa de governo e não pelo homem que almejava o cargo. O programa era bom, mas não o homem. O autor destaca a revista ISTO É e o jornal *Folha de S.Paulo* como exceções à verdadeira "lua de mel" da imprensa com o candidato e depois presidente Fernando Collor.

A entrevista de Pedro Collor de Mello, fonte legítima e próxima ao presidente, pôs fim a "lua de mel" entre a imprensa e o presidente e deu início ao "processo de divórcio", pois não havia como desconsiderar o seu envolvimento direto com a corrupção reinante nos altos escalões do governo. Nesta situação, a imprensa brasileira, especialmente a revista *Veja*, considerou ser mais prudente preservar a credibilidade dos veículos de comunicação, em detrimento dos interesses econômicos.

De acordo com o autor a aparente objetividade, neutralidade e apartidarismo anunciados pelos grandes veículos de comunicação do país servem como "escudo" às suas atitudes. Seguindo sua linha de raciocínio as grandes empresas jornalísticas servem aos seus interesses, são partidárias e não manifestam nenhuma neutralidade frente às transformações da realidade, tomando posições claramente definidas, não apenas nos editoriais, mas na maneira que

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 1 12 13 14 15 16 17 18

conduzem as notícias e pela importância ou desinteresse que conduzem os acontecimentos.

Os meios de comunicação de massa, de um modo geral, não constituem apenas veículos de informações, transmissores neutros e imparciais dos fatos, mas acima de tudo, constituem instrumentos de manipulação de interesses de intervenção na vida social.

O grande mito da objetividade jornalística, questão que gera muita polêmica, mas não traz resultados concretos, torna-se cada vez mais difícil de ser alcançado. A própria condição humana dificulta a total isenção de valores pessoais para qualquer profissional da área de humanas. A escolha de um determinado tema já retrata o caráter subjetivo do jornalista ou até mesmo do editor. Tomemos o caso de um acidente de trânsito onde o jornalista deve apenas relatar o fato ocorrido, esta aparente e frágil objetividade poderá ser rompida se as pessoas envolvidas no acidente tiverem alguma aproximação com o jornalista. Inevitavelmente suas emoções pessoais, despertadas pelo fato ocorrido, irão exercer certa influência na redação da matéria.

Obviamente a questão das "entrelinhas" do jornalismo não diz respeito somente ao momento atual, onde imperam as grandes "indústrias jornalísticas", pois na fase anterior ao desenvolvimento das grandes empresas jornalísticas, onde o proprietário de um determinado jornal era ao mesmo tempo jornalista, tipográfico e o editor, a subjetividade já estava presente no meio jornalístico, havendo interferência de valores e concepções subentendidas nas "entrelinhas" de reportagens e até mesmo em títulos de artigos. Como nos demonstra Lilian Moritz com um artigo extraído do Correio Paulistano, criado em 1854, sob o título de "Como elles são", onde sugere uma separação entre os negros e os brancos, pois "elles" são escravos negros e o "nós", implícito no texto, caracteriza o jornalista que redigiu o artigo e seus leitores, basicamente senhores de escravos.

Portanto, como foi colocado anteriormente, imprensa não constitui apenas um transmissor neutro e imparcial dos fatos, mas essencialmente um instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social. É neste

unesp

ponto que se encontra a importância da utilização de jornais como objeto de investigação, não apenas como uma maneira de confirmar hipóteses levantadas em um outro tipo de documentação, mas principalmente utilizá-los em uma análise crítica.

> (...) os jornais se analisados corretamente, permanecem uma das fontes primárias mais ricas, tanto para informações sobre os acontecimentos históricos e ideológicos, como também para assuntos sociais e econômicos. Mesmo um pequeno anúncio pode dar ao pesquisador uma visão de uma situação que quase nenhum outro documento pode fornecer. (Weinstein, 1980, p.176).

O estudo em jornais representa uma rica fonte de conhecimento, onde pode ser analisada a maneira como se posicionam frente a questões polêmicas, como participam do debate político e até que ponto intervém no processo de tomada de decisões.

Com relação à imprensa, um dos temas mais polêmicas diz respeito exatamente à objetividade e neutralidade nas matérias, assim como o anunciado apartidarismo e principalmente a afirmação de independência econômica das grandes empresas jornalísticas. Estas colocações podem ser encontradas nos Manuais da Redação dos grandes veículos de comunicação impressa, onde estão definidas regras básicas de ortografia, técnicas de redação e, principalmente, sua concepção ideológica.

Segundo Ferreira Dias, a linguagem jornalística pode ser expressa pela linguagem verbal escrita, a linguagem fotográfica, a linguagem gráfica e a linguagem diagramática (distribuição da informação no espaço da página). Para a realização do estudo proposto neste trabalho, ou seja, detectar a posição da grande imprensa paulista, especificamente os jornais *O Estado de S.Paulo* e *Folha de S.Paulo*, com relação à realização do primeiro Exame Nacional de Cursos, faz-se necessária à análise da linguagem verbal dos referidos veículos de comunicação. Este tipo específico de linguagem pode se expressar de duas formas, utilizando uma linguagem coloquial, popular "na tentativa de uma maior aproximação com o leitor das classes mais modestas da população", são os

unesp

chamados jornais populares, como o *Notícias Populares*, que circula no interior e na capital de São Paulo. (Dias, 1996, p. 39).

Com relação à linguagem verbal escrita, na grande São Paulo, também podem ser encontrados jornais que procuram trabalhar com uma linguagem mais culta, formal, editando os "manuais de redação" (MR) com instruções específicas do funcionamento do veículo de comunicação. Ë o caso dos jornais *O Estado de S.Paulo* e *Folha de S.Paulo* ". Para efetuar a análise da posição adotada pelos referidos jornais com relação à realização do ENC/96, faz-se necessária uma breve exposição dos seus respectivos manuais, pois neles estão contidas suas orientações para a condução das matérias veiculadas, mais especificamente, a concepção ideológica do jornal".

4.1 Manual de Redação e Estilo do jornal *O Estado de S.Paulo*

Segundo o jornal OESP, em seu Manual de Redação e Estilo, a "missão" deste veículo de comunicação consiste em:

> Editar um veículo de comunicação e informação defensor da democracia, da livre iniciativa, idôneo, moderno e comprometido com o seu permanente aprimoramento.
> Ser inovador, oferecendo produtos e serviços de qualidade a seus leitores e anunciantes, promovendo o desenvolvimento de seus recursos humanos e garantindo rentabilidade a seus acionistas. Buscar constantemente o jornalismo diferenciado e investigativo, difusor de idéias pluralistas e que analise e interprete fatos isentamente e esteja sempre voltado para os interesses do cidadão". [1]

Estas poucas linhas poderiam ser suficientes para retratar a concepção ideológica do jornal OESP, ou seja, praticar o jornalismo investigativo, imparcial e, essencialmente, estar sempre a serviço da população, ou melhor, da parcela da população que constitui seu quadro de leitores. A

[1] Manual de Redação e Estilo, jornal OESP, 1997, p. 3.

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 1 12 13 14 15 16 17 18

questão mais polêmica, e talvez a mais difícil de se alcançada, diz respeito à colocação de que o jornalista deve analisar e interpretar isentamente os fatos, como foi colocada, a própria condição humana impede a total imparcialidade do jornalista. Mas para efetuar a análise aqui proposta faz-se necessário um maior detalhamento dos principais pontos abordados pelo Manual de Redação e Estilo do jornal *O Estado de S.Paulo*. Abaixo estão as orientações essenciais do documento:

> Seja claro, preciso, direto, objetivo e conciso...
>
> A simplicidade é a condição essencial do texto jornalístico. Lembre-se de que você escreve para todos os tipos de leitor e todos, sem exceção, têm o direito de entender qualquer texto, seja ele político, econômico, internacional ou urbanístico.
>
> Só recorra aos termos técnicos absolutamente indispensáveis e nesse caso coloque o seu significado entre parênteses... os leitores do jornal, na maioria, são pessoas comuns, quando muito com formação específica em uma área somente...
>
> Nunca se esqueça de que o jornalista funciona como intermediário entre o fato ou fonte de informação e o leitor. Você não deve limitar-se a transpor para o papel as declarações do entrevistado, por exemplo, faça-o de modo que qualquer leitor possa aprender o significado das declarações. Se a fonte fala em demanda, você pode usar procura, sem nenhum prejuízo...
>
> Não perca de vista o universo vocabular do leitor. Adote esta regra prática: nunca escreva o que você não diria...
>
> Faça textos imparciais e objetivos. Não exponha opiniões, mas fatos, para que o leitor tire deles as próprias conclusões...
>
> Lembre-se de que o jornal expõe diariamente suas opiniões nos editoriais, dispensando comentários no material noticioso. As únicas exceções possíveis: textos especiais assinados, em que se permitirá ao autor manifestar seus pontos de vista, e matérias interpretativas, em que o jornalista deverá registrar versões diferentes de um mesmo fato ou conduzir a notícia segundo linha de raciocínio definidas com base em dados fornecidos por fontes de informação não necessariamente expressas no texto.
>
> A correção do noticiário responde, ao longo do tempo, pela credibilidade do jornal...

unesp

> A correção tem uma variante, a precisão... Com isso você estará garantindo outra condição essencial do jornal, a confiabilidade. [2]

Estas orientações podem ser resumidas em precisão, objetividade e imparcialidade. A fidelidade do jornalista com relação às orientações propostas pelo Manual, em sua totalidade, certamente teria como resultado um jornalismo modelo, comprometido apenas com seu público leitor.

4.2 Manual de Redação do jornal *Folha de S.Paulo*

Uma primeira aproximação de um Projeto Editorial do jornal *Folha de S.Paulo* data de junho de 1981, denominado "A Folha e alguns passos que é preciso dar", cujo texto, que estava restrito a redação do jornal, apontava as premissas para a obtenção de um jornalismo de qualidade, ou seja, além de interpretações corretas, fornecer ao leitor interpretações coerentes destas informações. Da mesma forma que preconizava uma elevação técnica do jornal, também havia a preocupação em investir em reportagens, em detrimento do jornalismo opinativo.

Após três anos, com o movimento das "diretas já", surge um novo projeto editorial para o jornal, intitulado "A Folha depois das diretas já". Neste momento definem-se os tópicos que irão orientar a redação do jornal nos próximos anos; ou seja, a prática de um jornalismo crítico, pluralista, apartidário e moderno. Estes princípios passaram a nortear os projetos editoriais seguintes, a partir de então com circulação externa, ou seja, publicados na seção "Primeira Leitura" do Caderno "Ilustrada": julho de 1985, "Projeto Editorial da Folha 1985-1986"; setembro de 1986, "Projeto Editorial da Folha 1986-1987" e setembro de 1988, "Projeto Editorial da Folha 1988-1989". Segundo material disponível no site do jornal na Internet e informações do Programa de Controle de Qualidade do jornal, o último Projeto Editorial foi publicado em 17 de agosto de 1997.

Com o título inicial de "Caos da informação exige jornalismo mais seletivo, qualificado e didático" e assinado por Dudi Maia Rosa e Carlos

---

[2] Ibidem, p 15-19.

unesp

Fajardo, o documento procura analisar as novas determinações do jornalismo frente às transformações ocorridas na economia, política e cultura a nível mundial e as novas estratégias no jornalismo brasileiro para acompanhar as mudanças, em especial do jornal *Folha de S.Paulo*. Segundo os autores, o documento procura condensar discussões internas ao jornal, distribuídas em sete tópicos: 1-"Um panorama de mudanças na economia, na política e nas idéias"; 2- "Investimentos, novas tecnologias e pressões de mercado"; 3- " Um jornalismo cada vez mais crítico e mais criticado"; 4- "Seleção de fatos e compreensão de seus nexos num texto mais livre"; 5- "Treinamento, reciclagem e combate sistemático a erros"; 6- "Crítica, pluralidade e apartidarismo num espaço em reformulação" e 7- "Saiba o que diziam os textos anteriores".

Com o objetivo de sistematizar os diversos desafios a que o jornalismo está sujeito, decorrentes das transformações políticas, econômicas e tecnológicas das últimas décadas, este documento retrata novos caminhos para o jornal FSP: "Em meio à balbúrdia informativa, a utilidade dos jornais crescerá se eles conseguirem não apenas organizar a informação inespecífica... como também torná-las mais compreensível em seus nexos e articulações... Em outras palavras, o jornalismo terá que fazer frente a uma exigência qualitativa muito superior a do passado, refinando sua capacidade de selecionar, didatizar e analisar". [3]

Estas transformações no projeto editorial do jornal FSP podem ser vistas como conseqüências do desenvolvimento da mídia eletrônica, onde o chamado jornalismo 'on line' ou eletrônico impõe novas determinações a imprensa escrita, dentre elas a acentuação do jornalismo analítico. A notícia vista como o relato dos fatos, pode ser obtida em tempo real pelo jornalismo "on line", embora este meio de comunicação ainda não tenha atingido a totalidade ou a grande maioria do publico leitor da imprensa escrita, mas uma análise aprofundada desta notícia demanda um certo tempo, sendo este mais limitado para o jornalismo eletrônico do que para o "jornal de papel" que circula

---

[3] Projeto Editorial 1997, jornal *Folha de S.Paulo*, http://www.uol.com.br/folha/arquivos

unesp

diariamente. Estudiosos apontam a acentuação do jornalismo analítico como uma tendência inevitável para o tradicional " jornal de papel".

De acordo com o Projeto Editorial de 1997, este é o caminho que este periódico procura seguir, abrindo espaço para abordagens analíticas dos fatos: "A transição de um texto estritamente informativo, tolhido por normas pouco flexíveis, para um outro padrão textual que admita um componente de análise e certa liberdade estilística é conseqüência da evolução que estamos procurando identificar". [4]

A questão da flexibilização das normas textuais pode ser observada nas orientações do Manual de Redação do jornal, cuja quinta edição foi publicada em agosto de 1995, onde estão expostas as diretrizes básicas de sua linha jornalística, A impossibilidade de adquirir a forma impressa, pela edição estar esgotada, desviou a análise para a consulta ao site do jornal na Internet, especificamente em seus arquivos[5].

> A Folha é um jornal feito em São Paulo com irradiação nacional, que se propõe a realizar um jornalismo crítico, apartidário e pluralista. Do ponto de vista político, sustenta a democracia representativa, a economia de mercado, os direitos do homem e o debate dos problemas sociais colocados pelo subdesenvolvimento.
>
> Como empresa, o jornal se enraíza nas forças de mercado e adota uma atitude de independência em face a grupos de poder. Procura melhorar a qualidade dos serviços que oferece, pautando-se por uma política de competição comercial, modernização tecnológica e valorização da competência profissional.
>
> A Folha considera notícias e idéias como mercadoria a serem tratadas com rigor técnico. Acredita que a democracia se baseia no atendimento livre, diversificado e eficiente da demanda coletiva por informações.
>
> O jornal busca uma relação de transparência com a opinião pública. Estimula o diálogo, a difusão de novas tendências e o desenvolvimento do próprio jornalismo.

Basicamente, o jornal FSP propõe-se a realizar um jornalismo crítico, moderno, pluralista e apartidário. Por jornalismo crítico entende-se mostrar a realidade de forma crítica, mesmo sem opinar sobre a questão o

---

[4] Ibidem

[5] Manual de Redação da Folha, http://www.uol.com.br/folha/arquivos/

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 1 12 13 14 15 16 17 18

jornalista pode, após realizar analogias, comparar fatos, identificar atitudes contraditórias, mostrar diferentes versões sobre os fatos. Um jornalismo moderno promove a introdução, no debate político, de novos enfoques e novas tendências, que, até então, não haviam despertado interesse. Ao pautar-se sobre um jornalismo pluralista o jornal acredita estar oferecendo ao leitor todas as tendências ideológicas que tenham alguma expressão na sociedade. Quanto ao último princípio editorial do jornal FSP, o jornal esclarece que não mantêm nenhuma relação com grupo, tendência ideológica ou partido político, mas procura se posicionar claramente em questões que possam causar polêmica, não se eximindo da publicação de posições contrárias a sua concepção.

Apesar do MR do jornal FSP apresentar um maior detalhamento sobre as orientações de redação do que o manual do jornal OESP, suas diretrizes básicas para um jornalismo de qualidade são semelhantes, podendo ser apontadas apenas algumas alterações na concepção de texto jornalístico, como na questão da objetividade do jornalista ao redigir uma matéria, onde pode ser observada a tendência à flexibilização das normas técnicas de redação textual do jornal FSP. O jornal OESP orienta seus jornalistas para que elaborem textos imparciais e objetivos, não expondo opiniões e sim fatos. Nesta questão o jornal FSP deixa claro que não existe objetividade em jornalismo: "Ao escolher um assunto, redigir um texto e editá-lo, o jornalista toma decisões em larga medida subjetivas, influenciadas por suas posições pessoais, hábitos e emoções", mas, mesmo admitindo a impossibilidade da objetividade no jornalismo, o jornal esclarece que "isso não o exime, porém, da obrigação de ser o mais objetivo possível".

4.3 Definição do material jornalístico: notícias, reportagens, artigos e editoriais.

Para o desenvolvimento da análise proposta convêm estabelecer as definições e diferenças entre o material jornalístico entendido como notícia e aqueles apontados como reportagens. Para o jornal FSP notícia constitui apenas

unesp

um relato dos fatos, sem opinião: "A exatidão é o elemento-chave da notícia, mas vários fatos descritos com exatidão podem ser justapostos de maneira tendenciosa. Suprimir ou inserir uma informação no texto pode alterar o significado da notícia". A Folha considerada estes procedimentos como prejudiciais ao texto jornalístico.

O manual de redação do jornal FSP define reportagem como o relato de um fato importante em que o jornalista esteve presente ou que tenha apurado as informações a respeito: "A reportagem é o produto fundamental da atividade jornalística. Ela deve conter a descrição do fato a mais exata e objetiva possível, o relato das versões de todas as partes envolvidas no fato e, se possível, a opinião de especialistas".

De acordo com o MR do jornal OESP, a notícia descreve o fato e, no máximo, suas causas e conseqüências. Deve ser redigida de forma impessoal, sem que o jornalista se inclua nela adotando a terceira pessoa do plural, como, por exemplo, "se levarmos em conta que" [6]. Já a reportagem, partindo da própria notícia, desenvolve uma seqüência investigativa mais elaborada em termos de extensão, conteúdo e profundidade [7].

No verbete "opiniões", do MR do jornal OESP, o texto coloca que as opiniões do jornal devem estar expressas em seus editoriais, esclarecendo que "o noticiário, por isso, deve ser essencialmente informativo, evitando o repórter ou redator interpretar os fatos segundo sua ótica pessoal. Por interpretar os fatos entenda-se também a distorção ou condução do noticiário" [8]. Ao ser questionado sobre a possibilidade de interferência opinativa do jornalista na elaboração de um texto jornalístico, embora estando assinado, o jornalista Eduardo Martins, autor do MR do jornal OESP, reafirma o colocado acima e esclarece ainda que:

> "... em 'casos excepcionais', reportagens mais amplas e delicadas poderão incluir algum tipo de interpretação. É obrigatório, porém, que sejam submetidas à Direção da Redação.

---

[6] Manual Geral de Redação e Estilo, jornal OESP, p.142.

[7] Ibidem, p. 254.

[8] Ibidem, p. 204-205.

> Ou seja, textos noticiosos poderão eventualmente apresentar algum grau de interpretação ou comentário, dependendo da orientação da Direção de Redação. Mas repito, são casos excepcionais e não a norma.
>
> O jornal assina quase todas as reportagens e notícias de uma certa extensão ou dificuldade de apuração, mas a assinatura pura e simples não autoriza o autor do texto a se desviar do relato objetivo dos fatos. Para o jornal, portanto, evitar a mistura de informação com interpretação continua sendo um princípio a seguir". (Anexo 4)

Para o jornal FSP os artigos trazem a interpretação ou opinião do autor, está sempre assinado e pode ser escrito na primeira pessoa. No MR do jornal OESP não foi localizada uma referência específica ao termo "artigo", mas ao tratar da orientação ao jornalista em não usar a primeira pessoa do plural na redação de notícias, o jornal esclarece que não se pode confundir esta restrição com "os casos, legítimos, de editoriais, artigos, anúncios, comentários e outros em que a primeira pessoa do plural pode ser usada sem maiores problemas".[9] Apesar de não estar explícito no texto, podemos relacioná-los aos "artigos de colaboradores" , que eventualmente publicam artigos de sua autoria; ou "colunistas", que escrevem periodicamente, ambos são assinados e com opinião declarada.

Com relação aos editoriais, que interessam especialmente a esta pesquisa, o jornal FSP coloca que deve ser ao mesmo tempo "enfático e equilibrado", evitando ironia exagerada, a interrogação e a exclamação. "Deve apresentar com concisão a questão de que vai tratar, desenvolver os argumentos que o jornal defende, refutar as opiniões opostas e concluir condensando a posição adotada pela Folha". Esclarece ainda que o jornal pode mudar sua opinião com relação à determinada questão, mas deve informar ao leitor sobre este fato. Recomenda que as reportagens explorem temas que apareçam com freqüência nos editoriais e incentiva publicações de artigos assinados que discordem de seus editoriais. No MR do jornal OESP não foi localizada referência específica quanto aos editoriais, mas no verbete "opiniões", esclarece que "O jornal, como

---

[9] Manual de Redação e Estilo, jornal OESP, p.142.

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 1 12 13 14 15 16 17 18

um todo, tem opiniões sobre os assuntos que publica e as expressa em seus editoriais". [10]

De uma forma geral estas são as diretrizes básicas para a elaboração de um texto jornalístico, onde estão expressas a filosofia editorial do veículo de comunicação. Mas, como já foi esclarecido anteriormente, o caráter subjetivo do jornalista dificulta a aplicação de determinadas orientações, como o caso de um texto noticioso, onde o autor deve ser objetivo no relato dos fatos. Sendo assim, na prática, os manuais de redação podem apresentar certas distorções quanto a sua aplicabilidade. Caso fosse possível, a absoluta fidelidade com relações às orientações destes manuais, certamente teríamos um jornalismo capaz de intervir no debate político com isenção e parcialidade.

Feitas estas considerações quanto às normas técnicas de redação dos jornais em questão, o texto segue com a análise do material jornalístico selecionado para a análise. Foram coletados artigos, reportagens, notícias e principalmente editoriais dos jornais *O Estado de S.Paulo* e *Folha de S.Paulo* com relação ao primeiro Exame Nacional de Cursos em 10 de novembro de 1996. Tendo como base as orientações dos manuais, o objetivo dos próximos capítulos consiste na análise da posição adotada por cada um dos veículos com relação ao *provão* e a forma como foram conduzidas as notícias relativas ao tema.

Desta forma, o capítulo seguinte consiste na análise do material jornalístico selecionado no site do Estadão na Internet com relação ao primeiro *provão*, assim como a apresentação de alguns pontos abordados pelos editoriais dos anos de 1997, 1998 e 1999.

---

[10] Ibidem, p. 204.

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 1 12 13 14 15 16 17 18

CAPÍTULO 5 - O Jornal *O Estado de S.Paulo*

> "A opção por um determinado jornal é um ato político. E o ato de comprá-lo é uma ação que o indivíduo faz em resposta ao seu desejo de interagir com o meio social".
>
> Júlio de Mesquita Neto

O primeiro exemplar do jornal "A província de São Paulo", sua denominação em 1875, teve uma tiragem de dois mil exemplares, número elevado para uma população de 25 mil habitantes. Defensor dos ideais republicanos e abolicionistas passou a ser chamado de *O Estado de S.Paulo* em 1891, quando Júlio de Mesquita tornou-se diretor e posteriormente, em 1902, proprietário do jornal. A partir deste momento a família Mesquita sempre esteve à frente da direção do jornal.

Há mais de um século o jornal OESP se faz presente na história política do país. No início do século 20, com uma tiragem diária aproximada de 30 mil exemplares, defendeu a institucionalização do voto secreto, a democratização do ensino e a proteção ao trabalhador pela implementação de leis trabalhistas. Em 1940 a direção do jornal ficou a cargo de representantes da ditadura do Estado Novo, permanecendo nesta situação por cinco anos. O golpe militar de 64 acirrou a censura ao jornal, onde as matérias proibidas pelos censores eram substituídas por trechos de "Os Lusíadas".

Com a abertura política no final da década de 70 e início dos anos 80, o jornal se empenhou em modernizar sua estrutura física e organizacional com a instalação de um complexo industrial projetado para atender todo o Grupo Estado, composto também pelo Jornal da Tarde, Rádio Eldorado Ltda, Estúdio Eldorado, OESP Gráfica S.A, OESP Distribuição e Transportes S.A., Agência Estado Ltda.

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 1 12 13 14 15 16 17 18

e Broadcast Teleinformática Ltda. Em 1994, o Grupo Estado teve um faturamento de US$ 394,3 milhões, com um lucro líquido de Us$ 25 milhões. [1]

Atualmente o jornal *O Estado de S.Paulo* possui cerca de cinco mil funcionários e uma média de circulação diária de aproximadamente 450.000 exemplares, distribuídos por todo o país e exterior e direcionados a diferentes parcelas da população.

Exatamente esta parcela da população, ou melhor, seu público leitor, que diariamente teve acesso às questões relacionadas à implementação do polêmico Exame Nacional de Cursos. Neste período houve uma grande movimentação dos meios de comunicação, não somente pelo fato do *provão*, pela maneira como foi instituído, constituir um mecanismo inédito de avaliação, como também pelas reiteradas críticas quanto a sua instituição, cuja maior expressão esteve no movimento da União Nacional dos Estudantes(UNE), que manteve uma acirrada oposição ao exame.

O jornal *O Estado de S.Paulo* esteve presente nesta polêmica, pois, durante o ano de 1996, foram localizadas diversas reportagens, colunas fixas assinadas, artigos de colaboradores, matéria noticiosas e, principalmente, editoriais; com informações e opiniões diversas quanto à realização do Exame Nacional de Cursos e questões relacionadas a sua implementação.

Desta forma, o texto segue com a análise quantitativa e qualitativa do material selecionado, a fim de verificar como um dos maiores jornais da chamada "grande imprensa paulista" posicionou-se quanto às questões relacionadas ao polêmico "provão".

5.1 Análise quantitativa do material jornalístico.

Durante o ano de 1996, o jornal OESP publicou diversas matérias relativas ao Exame Nacional de Cursos, compreendendo temas como locais da realização das provas, divulgação de resultados e entrevistas com graduandos

[1] http://www.ecof.org.br/resumos/ae.html

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 1 12 13 14 15 16 17 18

sobre a qualidade e viabilidade desta nova proposta de avaliação do ensino superior. De um total de 81 artigos[2] localizados, compreendendo editoriais, reportagens, matérias fixas assinadas, artigos de colaboradores e matérias noticiosas; 67 foram selecionados para análise.

A tabela abaixo traz dados quanto ao número de publicações e sua distribuição no espaço gráfico:

Tabela 13 - Distribuição do material jornalístico do jornal OESP segundo localidade gráfica, relativo ao ENC, ano de 1996.

Localização	nº de artigos
Geral	36
Política	11
Primeira Página	06
Notas e Informações	05
Espaço Aberto	05
Economia	02
Caderno 2	01
Outros	01
Total	67

Fonte: jornal *O Estado de S.Paulo*
Ano: 1996

Nota-se que a grande maioria dos artigos concentra-se na sessão "Geral", onde geralmente são tratadas as questões referentes ao campo educacional, em detrimento das demais, onde eventualmente puderam ser encontrados artigos referentes ao primeiro ENC. Quanto aos editoriais, sob a denominação de "Notas e Informações", foi localizado um número reduzido, apenas 2, mas como nesta sessão o jornal declara objetivamente sua posição em relação aos temas em questão, foi o suficiente para detectar como se coloca com relação à realização do primeiro ENC.

[2] Apesar de não corresponder a nenhuma das definições dos jornais em questão, esta pesquisa refere-se a "artigo" de uma maneira geral, ou seja, como é comumente designado um "artigo de jornal", compreendendo as notícias, reportagens, artigos propriamente ditos e editoriais.

unesp

Com relação à localidade das matérias no corpo editorial do jornal, Sérgio Mattos desenvolve uma análise interessante, pois, segundo sua concepção, as partes mais importantes do jornal, chamadas "espaços nobres", são a capa, a contracapa, o alto das páginas e as páginas ímpares. Isso porque se começa a ler a página um, que é a capa, e a próxima a ser visualizada é a página três, e assim por diante, com acesso visual direto sobre as páginas ímpares. (Mattos, 1997). Sendo assim, o jornal OESP publica seus editoriais em "espaço nobre", pois estão localizados exatamente na página 1-3 (1 indica o primeiro caderno) e geralmente ocupa toda a parte superior da página.

O primeiro ENC foi realizado no dia 10 de novembro de 1996, portanto, a grande maioria dos artigos localizados encontra-se neste mês, conforme indicam os dados da tabela abaixo:

Tabela 14 – Distribuição do material jornalístico do jornal O Estado de S. Paulo relativo ao ENC/96, segundo mês de publicação:

Mês de publicação	nº de artigos
Março	02
Abril	01
Julho	02
Agosto	02
Outubro	05
Novembro	48
Dezembro	07
Total	67

Fonte: jornal *O Estado de S.Paulo* – 1996

No período anterior à realização das provas, o tema "Exame Nacional de Cursos" parece não ter despertado interesse por parte do corpo editorial do jornal, pois a quantidade de artigos é muito reduzida se comparada ao mês de novembro, que representa cerca de 70% do total. O mesmo ocorreu com o mês de dezembro, onde visivelmente houve uma queda de 85% na publicação de artigos, se comparada ao mês anterior.

unesp

Com estes dados podemos perceber uma característica já bem conhecida dos meios de comunicação de massa, ou seja, as publicações, na maior parte das vezes, estão relacionadas com temas atuais, que estão causando polêmica em determinado momento.

Como o objetivo da pesquisa diz respeito à análise da posição adotada pelos jornais OESP e FSP com relação à realização do primeiro Exame Nacional de Cursos, em 1996, não houve uma análise aprofundada de todas as publicações, relativas ao tema, nos anos posteriores. A fim de constatar se houve mudança de posição do jornal, no material relativo ao ano de 1997, foram analisados apenas os editoriais, pois, como já foi salientado, expressam objetivamente a opinião do veículo de comunicação.

Portanto, durante o ano de 1997 o jornal OESP publicou 99 matérias relativas ao Exame Nacional de Cursos, que, da mesma forma que o ano anterior, dividem-se entre matérias noticiosas, como locais de exame, documentos necessários, entrevistas com entidades estudantis e outros; textos de colaboradores, posição dos leitores e editoriais. Assim como no ano anterior, a maioria dos artigos está concentrada na sessão "Geral", ou seja, 58 matérias, que representa cerca de 60% do total.

O ENC/97 foi realizado no dia 29 de junho e ainda que possa ser verificada uma maior quantidade de artigos nos meses próximos à realização das provas, período em que se verifica uma maior movimentação dos meios de comunicação com relação ao tema, ocorreu uma situação distinta da que foi verificada no ENC/96, onde quase a totalidade dos artigos estava concentrada no mês de novembro. Os dados da tabela abaixo demonstram que houve uma maior distribuição dos artigos durante todo o ano, excetuando apenas os meses de fevereiro, março, abril, junho e novembro.



Tabela 15 - Distribuição dos artigos do jornal *O Estado de S.Paulo* relativos ao ENC/97, segundo mês de publicação, ano de 1997.

Meses	nº artigos	meses	nº artigos
Janeiro	04	Julho	15
Fevereiro	01	Agosto	04
Março	04	Setembro	01
Abril	11	Outubro	04
Maio	16	Novembro	01
Junho	22	Dezembro	16
Total			99

Fonte: jornal *O Estado de S.Paulo*, ano de 1997.

O aumento verificado no mês de dezembro diz respeito à divulgação dos resultados das provas, o que acarretou uma nova movimentação por parte do periódico analisado.

Com relação aos editoriais, durante o ano de 1997 foi verificado um aumento no número de publicações: 19/01, 05/05, 02/07, 04/08 e 24/12. Novamente constatou-se uma situação distinta da observada no ENC/96, pois além do aumento do número de editoriais publicados, houve também uma alteração em sua distribuição durante o ano, pois, como foi salientado, os editoriais localizados no ano de 1996 estavam concentrados no período da realização das provas. Com relação ao ENC/97, ainda que as provas tenham sido aplicadas no mês de junho, houve publicações desde o início do ano. Esta alteração pode ser explicada pelo fato do primeiro ENC ter sido realizado no final do ano, precisamente em novembro, tornando-se uma questão polêmica especialmente no segundo semestre, pois, segundo os dados demonstrados anteriormente, o maior número de publicações referentes ao ENC/96 data deste período.

Uma outra questão a ser considerada consiste no crescimento das discussões em torno deste mecanismo específico de avaliação do ensino superior, pois com o movimento da (UNE) pela não realização do exame em 1996 e o acirramento da polêmica em torno do 'provão', havia muita expectativa com relação à aplicação das provas e divulgação dos resultados do ENC/97.



5.2 Análise qualitativa do material jornalístico

A exposição seguinte diz respeito ao estudo do material selecionado, ou seja, colunas fixas assinadas, artigos de colaboradores, notícias, opinião dos leitores e, principalmente, os editoriais. O objetivo é verificar de que forma o jornal OESP se posicionou quanto à aplicação deste mecanismo específico de avaliação da educação superior no país.

Uma análise nas "entrelinhas" do jornalismo requer certa cautela, pois pode levar a uma interpretação errada dos fatos, principalmente tratando-se de matéria noticiosa onde, ao menos segundo o manual de redação do jornal OESP, deve haver imparcialidade do jornalista. Portanto, a fim de fundamentar a análise aqui proposta em alguns casos serão necessárias transcrições, embora um pouco longas, do material selecionado.

Iniciamos a análise pelo material noticioso, a fim de detectar se há concordância entre a teoria e a prática, ou seja, se os jornalistas do jornal OESP assumem uma postura imparcial e objetiva na publicação de fatos relacionados ao ENC/96 ou se procuram manipular a notícia a fim de influenciar a opinião dos leitores.

Um dos fatos, talvez até o mais incisivo, que causou polêmica com relação ao ENC/96 e, portanto, responsável por grande movimentação dos meios de comunicação de massa, inclusive o periódico em questão, foi o movimento da União Nacional dos Estudantes (UNE) contrário à instituição deste mecanismo específico de avaliação do ensino superior. Foram encontradas diversas matérias com relação ao "boicote da UNE", como foi denominado pelo jornal OESP, onde relatam atitudes desta entidade a fim de impedir a realização do exame. Durante a última quinzena de outubro de 1996 até o final do ano, o jornal publicou diversas matérias noticiosas com relação à determinadas medidas legais adotadas pela UNE e outras entidades estudantis. Algumas delas estão listadas abaixo

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 1 12 13 14 15 16 17 18

- Ação popular junto a Justiça Federal pedindo anulação do exame pelo fato da aplicação das provas terem sido legadas a instituições particulares;

As instituições responsáveis pela aplicação das provas foram a Cesgranrio, no Rio de Janeiro, e Fundação Carlos Chagas, em São Paulo. Segundo dirigentes da UNE, esta tarefa cabe as instituições públicas, pois decorre de lei específica do Ministério da Educação.

- Mandado de segurança junto ao Superior Tribunal de Justiça alegando que o ENC desrespeita o direito adquirido de receber o diploma ao término do curso;

Segundo determinação do Ministério da Educação, os alunos que não comparecem ao *provão* não recebem o diploma de final de curso. Esta vinculação do diploma à realização do exame foi muito criticada pela UNE, pois, segundo seu parecer, quem conclui os créditos e exigências de uma determinada instituição de ensino têm direito ao diploma.

- Representação no Supremo Tribunal Federal, alegando crime de responsabilidade contra o ministro Paulo Renato pelo alto custo do *provão* e questionamento se houve licitação com as instituições responsáveis pela aplicação das provas;
- Mandado se segurança coletivo junto ao Superior Tribunal de Justiça, em Brasília alegando que o ENC fere o princípio constitucional e legal da autonomia das universidades públicas [3]. .

Segundo dirigentes da UNE, as instituições públicas estão submetidas a uma "constante avaliação interna e externa", cabendo ao governo

[3] Estas questões foram noticiadas no dia 04/11/96, seção Geral.

"acompanhar seus resultados para a garantia do padrão de qualidade" [4]. Portanto, o tratamento dispensado às instituições públicas deve ser diferente ao aplicado às instituições particulares.

- Habeas-corpus junto a 12 ª Vara Federal de Brasília contra o ministério da Educação com relação ao impedimento dos alunos deixarem as salas antes de 1 hora e meia depois do início das provas;

Segundo o regulamento do ENC, os alunos estavam proibidos de sair das salas onde estavam sendo aplicadas as provas antes de 1 hora e meia do início dos testes. Para os dirigentes da UNE, esta medida estava criando "terrorismo" entre os alunos. [5]

- Mandado de segurança pedindo a suspensão do exame em todo o Estado do rio de Janeiro, com a alegação de que o ENC expõe publicamente classificação qualitativa das instituições de ensino superior, causando danos à reputação das mesmas.

Além disso, havia a alegação do *provão* constituir uma medida inconstitucional, pois não poderia ser aplicado no final do curso sem que o aluno tivesse conhecimento de sua existência no início do mesmo. [6]

Além destas medidas, a UNE e outras entidades estudantis também organizaram "piquetes" na frente das escolas para evitar a entrada, orientando os alunos para que apenas assinassem o comparecimento ao local do exame, mas que não respondessem as questões, entregando as provas em branco. Esta reação contrária ao exame esteve nas páginas do jornal OESP diversas vezes, onde pode ser observada, até por meio de editorial, sua total contrariedade com relação ao

---

[5] "Respostas discursivas só saem em dezembro", jornal *O Estado de S.Paulo*, 08/11/96, seção geral.

[6] "Entidades do Rio vão à Justiça", jornal *O Estado de S.Paulo*", 09/11/96, seção Geral

unesp

movimento. O editorial abaixo, publicado um dia após a realização das provas, demonstra claramente a posição adotada pelo jornal em questão:

> A UNE e outras entidades que pegaram carona na tentativa de boicote ao provão, como a CUT, foram as grandes derrotadas do episódio. A maioria dos formandos em direito, administração e Engenharia Civil compareceu aos locais dos exames de avaliação. Os estudantes em fim de curso rejeitaram a convocação da UNE para que faltassem aos exames ou que entregassem as provas em branco. E os únicos incidentes registrados foram provocados pelas 'lideranças' da UNE nos poucos lugares em que, incapazes de persuadir os estudantes, resolveram tumultuar os exames. O Sr. Lindbergh Farias, por exemplo, ex-presidente da UNE, esqueceu-se que está um pouco mais velho e é deputado federal e trocou pescoções com os seguranças do Colégio Pedro II, no Rio, até ser dominado. Outros dirigentes da UNE, menos notórios e, portanto, não tendo necessidade de aparecer no noticiário de maneira tão contundente, tentaram convencer os formandos a não fazer o provão com argumentos tolos, que os próprios estudantes repeliram".[7]
> (Anexo 5).

Desta forma, o jornal OESP manifestou sua discordância com relação ao movimento da UNE, ou que ele chamou de "boicote da UNE", mas o que se percebe neste editorial é uma crítica dirigida aos dirigentes desta e não ao movimento de uma maneira geral, pois os argumentos utilizados pelo jornal não fundamentam as razões da não aceitação do movimento. Refere-se aos dirigentes de maneira irônica, inclusive o termo lideranças está escrito entre aspas, evidenciando uma questão mais política do que propriamente educacional.

Segundo o manual de redação do jornal OESP, assim como foi colocado anteriormente, as matérias noticiosas devem ser objetivas para que não exerçam influência sobre a opinião dos leitores, pois a posição do periódico já vem expressa em seus editoriais. Mas, com relação ao movimento da UNE, percebe-se uma situação que difere das orientações da redação do jornal. Durante o ano de 1996 foram localizadas algumas notícias onde são colocados termos desnecessários a um texto informativo, que, por definição, devem se ater ao relato dos fatos.

---

[7] "O saldo do provão", Jornal *O Estado de S.Paulo*, 11/11/96, seção Notas e Informações.

Ao noticiar o balanço da aplicação das provas do dia 10/11, novamente o jornal refere-se ao movimento de maneira desnecessária a um texto noticioso: "Irritados e reclamando muito, 751 formandos se submeteram ontem ao provão na Bahia". [8] (Anexo 6) Para noticiar o comparecimento dos estudantes ao exame não havia necessidade da colocação acima.

Neste mesmo dia foram veiculadas algumas matérias noticiosas relatando o ocorrido no dia do exame, além da apresentação de dados preliminares quanto ao comparecimento dos alunos. A primeira matéria está assinada por Daniella Broitman onde o título do artigo coloca que: "Adesão de estudantes garante o sucesso do provão" [9] (Anexo 7), portanto trata-se de uma afirmação de que o movimento da UNE não obteve adesão dos estudantes.

No corpo do texto do artigo acima referido, a jornalista esclarece que "O Provão, realizado ontem em todo o País para avaliar os cursos de engenharia civil, administração e direito, transcorreu tranquilamente na maioria dos Estados, de acordo com o diretor do Departamento de Apoio Técnico à Avaliação dos Cursos do Ministério da Educação (MEC), Jocimar Archangelo". Portanto, a continuação do texto sugere que o "sucesso do provão", referido no título do artigo diz respeito a uma avaliação de Archangelo e não um fato constatado pelo levantamento final do número de alunos que realizaram o exame. Da maneira como foi colocado o título do artigo pode trazer uma interpretação errada ao leitor que lê o jornal superficialmente, prevalecendo a idéia inicial de que o sucesso do provão é um fato e não uma opinião isolada.

De acordo com o verbete "encampação" do MR do jornal OESP, o jornalista deve evitar passar ao leitor, como suas, opiniões ou conceitos expressos por outras pessoas. Desta forma, uma informação reproduzida no título deve estar com a indicação do autor. Ao citar alguns exemplos de títulos que "encampam" conceitos alheios, como "Dados da reserva cambial estão corretos/ O Brasil exportará mais este ano", o jornal esclarece que: "Em todos esses casos era

---

[8] "UNE realizou protestos em todo o país", jornal *O Estado de S.Paulo*, 11/11/96, seção Geral.

[9] BROITMAN, Daniella. "Adesão de estudantes garante sucesso do provão", jornal *O Estado de S.Paulo*, 11/11/96, seção Geral.

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 1 12 13 14 15 16 17 18

indispensável revelar quem dava as informações ou opiniões, para que o jornal não ficasse responsável por elas". [10]O que também não ocorreu com o título citado anteriormente, onde não ficou explícito quem avaliou o *provão* como um "sucesso", ou seja, quem forneceu esta informação ou opinião, o jornal ou o entrevistado Jocimar Archangelo?

Cabe a ressalva de que, segundo o manual de redação do jornal OESP, os editoriais representam a opinião do periódico, dispensando comentários no material noticioso, admitindo-se como exceções textos especiais assinados, onde o autor se manifesta, e matérias interpretativas onde o jornalista deve apresentar versões diferentes de um mesmo fato. Nenhum dos dois casos pode ser aplicado a este artigo, não há uma opinião e tampouco interpretações, mas a sugestão subjetiva de uma situação que até então não estava definida.

No mesmo dia foi encontrada outra matéria noticiosa, não assinada e localizada na primeira página, cujo título "Provão é considerado fácil e boicote não tem sucesso", declara novamente os resultados vitoriosos do provão: "O provão aplicado ontem pelo MEC aos formandos de engenharia, administração e direito teve adesão maciça em todo o País".[11] (Anexo 8) Nota-se que nas matérias citadas não há referência no título sobre a procedência destas colocações, ou seja, se a "presença maciça" é uma avaliação de um possível entrevistado ou está fundamentada na análise dos dados preliminares de comparecimento dos alunos aos locais de realização das provas. A forma como foi colocado passa ao leitor uma idéia de "vitória" da aplicação do exame em detrimento ao movimento promovido pela UNE.

Fato interessante ocorreu em outra matéria noticiosa, não assinada, publicada também um dia após o exame. Na sessão Geral, foi localizado um artigo cujo título relata uma outra visão sobre a aplicação das provas no dia anterior:

---

[10] Manual de Redação e Estilo, jornal *O Estado de S.Paulo*, p. 105.

[11] "Provão é considerado fácil e boicote não tem sucesso", jornal *O Estado de S.Paulo*, 11/11/96, Primeira Página.

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 1 12 13 14 15 16 17 18

"Avaliação fracassou por falta e exame em branco, diz presidente da UNE" [12]. (Anexo 9) Nota-se que aqui há um esclarecimento sobre quem está avaliando o possível "fracasso" do provão, ou seja, ao explicitar "diz o presidente da UNE", o jornalista deixa claro que esta é uma opinião pessoal, do presidente da UNE, e não um fato constatado. O que não ocorreu nos artigos citados anteriormente onde a forma como foram colocados podem dar margem a interpretações erradas em favor do "sucesso" do provão.

No mesmo dia uma outra matéria noticiosa, assinada por Sônia Cristina Silva, esclarece que "os percentuais de provas entregues em branco ainda estão sendo computados", portanto, não havia como saber, um dia após a realização das provas, se houve comparecimento maciço ao provão, ou melhor, se os alunos presentes responderam as questões do exame. O artigo segue com uma declaração do Ministro da Educação: " 'Seria impossível termos hoje (ontem) os percentuais das provas entregues em branco', disse o ministro. Ele acredita, contudo, que a maioria dos formandos entregou provas preenchidas"[13] (Anexo 10). Naquele momento havia apenas hipóteses quanto ao "sucesso do provão" ou a "adesão maciça em todo o país", pois não havia números que pudessem comprovar estatisticamente as afirmações citadas nos títulos dos artigos anteriores, mas a maneira como foram noticiados pressupunha uma situação definida em favor de resultados satisfatórios para este mecanismo específico de avaliação do ensino superior.

No dia 04 de dezembro foram divulgados os números finais de comparecimento ao ENC/96, onde foi constatado que 93,59% dos inscritos estavam presentes aos locais de realização das provas. Segundo a jornalista Sônia Cristina Silva, este resultado foi "comemorado" pelo ministro da educação: "Presença dos alunos foi classificada pelo ministro Paulo Renato como uma

---

[12] "Avaliação fracassou por falta e exame em branco, diz presidente da UNE", jornal *O Estado de S. Paulo*, Geral, 11/11/96.

[13] SILVA, Sonia Cristina. Para ministro, presença no provão foi de 90%, jornal *O Estado de S.Paulo*, Geral, 11/11/96.

vitória diante do boicote da UNE e uma prova de que os universitários entenderam a necessidade de avaliar os cursos".[14] (Anexo 11)

Este mesmo artigo esclarece que: "A pesquisa não informa o número de alunos que de fato respondeu às questões do exame. Pelos dados divulgados pelo ministro, apenas 3,88% das provas foram deixadas em branco. Mas esse percentual não inclui aqueles que não fizeram a prova, mas preencheram o questionário sócio-econômico" Este questionário, com questões sobre a infra-estrutura e corpo docente das instituições de ensino superior, foi respondido pelos graduandos no dia da realização das provas.

A matéria esclarece que uma mesma ficha de leitura óptica é usada para o questionário e para a prova, os graduandos que responderam as questões do questionário e não as do exame aparecem como se tivessem realizado o provão. Portanto, quem apenas respondeu ao questionário, mas não respondeu as questões do exame, constam entre os 93% dos presentes, mas, segundo a jornalista, "O Exame Nacional de Cursos (provão) foi realizado por 93,5% dos graduandos de administração, engenharia civil e direito". Portanto, estiveram presentes 93,5% de um total de 59.326 alunos inscritos, mas, neste momento, não havia como afirmar que o provão foi realizado por este percentual de estudantes, pois ainda era desconhecido o total dos alunos que realmente responderam as questões do ENC.

Após a análise do material noticioso, podemos constatar uma declarada contrariedade, por parte do jornal OESP, com relação ao movimento promovido pela UNE pela não aplicação das provas do ENC/96. A ênfase dada à questão não parece estar centrada no "sucesso" do provão e sim no "fracasso" da UNE. Foi possível observar que não se trata de um apoio incondicional ao provão, como será esclarecido adiante na análise dos editoriais, e sim uma crítica às ações da UNE, em especial seus dirigentes, e demais entidades que "causaram tumultos" no dia da realização do exame.

---

[14] SILVA, Sonia Cristina. "93% dos formandos compareceram ao provão". Jornal OESP, Geral, 05/12/96.

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 1 12 13 14 15 16 17 18

Pelo que foi relatado o jornal *O Estado de S.Paulo* não foi solidário ao movimento da UNE, mas não há como desconsiderar o fato de que o periódico possibilitou publicações contrárias à sua posição, pois foram localizadas diversas matérias onde representantes da UNE expunham suas justificativas ao movimento. Nas sessões "Espaço Aberto", onde são publicados artigos assinados; "Fórum dos Leitores" e "Fórum de Debates", onde os leitores opinam sobre determinada questão; também foram localizadas matérias de apoio ao movimento da UNE.

Efetuada a análise do material noticioso, o texto segue com o estudo dos editoriais do jornal OESP com relação ao ENC/96. Como já foi esclarecido, os editoriais expressam diretamente a opinião do veículo de comunicação, ou seja, como se posicionam frente a uma determinada questão ou acontecimento. Segundo o manual de redação do jornal OESP, esta é a única localidade do corpo gráfico onde o periódico pode manifestar sua opinião sobre determinada questão.

No primeiro editorial[15] (Anexo 12) localizado o texto procura traçar um panorama geral do significado do provão e as conseqüências positivas deste mecanismo específico de avaliação para o ensino superior: "A idéia de medir o nível de instrução que está sendo transmitido na sala de aula é boa. Afinal, do ensino depende o sucesso do país em tempos de concorrência tão acirrada. É uma forma clara de exibir os verdadeiros educadores e aqueles que só vêem no setor uma boa fonte de renda, sem a preocupação com a boa formação dos milhares de jovens profissionais que lançam ao mercado". Prossegue declarando que o provão possibilita um conhecimento das melhores escolas, fornecendo ao uma orientação em sua escolha em termos de qualidade e não por meio de campanhas publicitárias promovidas pelas instituições de ensino superior.

De acordo com o editorial citado acima, o ministro da educação já percebe uma movimentação nas instituições de ensino superior com o intuito de quebrar o que chama de "pacto da mediocridade", definido como um acordo que

---

[15] "Os objetivos do provão", Jornal *O Estado de S.Paulo*, Notas e Informações, 30/10/96.

já existe há muito tempo no meio universitário, ou seja, educadores fazem de conta que ensinam e os alunos que aprendem: "O Exame Nacional de Cursos vai, forçosamente quebrar o acordo em nome da qualidade do ensino e da capacidade profissional". Declara que o objetivo do governo não é avaliar ou punir o aluno e sim as instituições que não cumprem com seu papel de formar com "bom nível e responsabilidade", tanto que a nota será de conhecimento exclusivo do aluno e se não ficar satisfeito poderá refazer o exame nos anos posteriores.

Pelo exposto podemos supor que o jornal OESP se posiciona favoravelmente ao Exame Nacional de Cursos, mas este apoio não é incondicional e chega até ser contraditório em algumas passagens, pois, após tecer elogios a este mecanismo específico de avaliação, o editorialista finaliza o texto da seguinte forma: "O prejuízo não pode, de forma alguma, ser do aluno. Por isso, a vinculação da entrega do diploma à realização da prova, embora conste na lei que estabeleceu o exame, aparece como uma violência contra o universitário. O direito ao diploma é seu, se cumpriu todos os créditos e conquistou as notas necessárias para a aprovação. Não há por que negar esse seu direito por meio de ação não pedagógica".

A questão da vinculação da entrega do diploma à realização do provão constituía uma das justificativas da UNE para contestar a realização do exame, inclusive utilizando os mesmos argumentos, ou seja, que o diploma é direito do aluno, mas não foi observada nenhuma referência de apoio por parte do jornal, ao menos nesta questão cuja posição de ambos se assemelham.

Na passagem seguinte nota-se uma mudança na colocação das questões, pois anteriormente o editorialista declara que "a intenção demonstrada pelo governo não é avaliar e, consequentemente, punir o aluno mal conduzido à profissão escolhida", mas finaliza o texto colocando que o aluno não pode ser punido por uma responsabilidade que não é sua e sim do governo: "Muito menos se deve transferir para o aluno responsabilidade que é única e exclusivamente do governo. Ele não tem obrigação nenhuma de testar a escola, quem tem é o poder público. Se o jovem não recebeu a atenção devida durante os anos de

universidade não é ele que deve ser punido. É quem não cumpriu o dever de zelar pelo setor educacional".

O jornal parece ser favorável à realização do Exame Nacional de Cursos como um mecanismo de avaliação do ensino superior, mas contesta alguns aspectos da aplicação do exame, como a falta de debate com a sociedade antes da realização das provas, pois, segundo editorial[16] (Anexo 5), este procedimento poderia ter esclarecido aos estudantes que a entrega das provas em branco traria resultados negativos para seu currículo, pois sua atitude estaria contribuindo para o rebaixamento da instituição onde estudou no ranking geral das melhores. O editorialista também ressalta que o exame só tem sentido se for acompanhado de outros mecanismos que incluam atividades de pesquisa e ensino das universidades.

Ao esclarecer que o MEC pretende enviar questionários às instituições para obter dados quanto à titulação e carga horária de cada professor, o jornal, ao mesmo tempo em que reconhece a necessidade de outros mecanismos de avaliação vinculados aos resultados das provas do exame, faz uma crítica direta ao Ministério da Educação, esclarecendo que este procedimento já faz parte das atribuições do ministério, não constituindo uma tarefa específica à realização do Exame Nacional de Cursos:

> A ser verdadeira a informação, o grau de ignorância do MEC é surpreendente, já que o mínimo que poderia supor é que tais dados fizessem parte dos arquivos e do cotidiano de um ministério que conta com uma rede de delegacias e inspetorias em todo território nacional. Além disso, o extinto Conselho Federal de Educação mantinha uma burocracia, esta não extinta, para cuidar das condições de funcionamento das escolas superiores. Se o Ministério da Educação tem que fazer tudo de novo, a situação é grave. Se tem de fazer tudo pela primeira vez, a situação é gravíssima. Alguém terá cometido um crime contra a educação dos jovens deste país. [17]

---

[16] "O saldo do provão", jornal *O Estado de S.Paulo*, Notas e Informações, 11/11/96.

[17] Ibidem

Portanto, no material jornalístico selecionado durante o ano de 1996, tanto material noticioso como editoriais, podemos observar que o jornal OESP não demonstrou um apoio incondicional a realização do ENC, pois foram localizadas algumas ressalvas quanto à aplicação deste mecanismo específico de avaliação da graduação no país. O que não ocorreu com relação ao movimento da UNE pela não aplicação das provas do ENC/96, pois, como já foi demonstrado, observou-se uma total discordância, por parte do periódico, quanto às ações e medidas legais adotadas por esta entidade para impedir a realização do exame.

Ao proceder a análise dos editoriais publicados no ano de 1997, relativos ao *provão*, observou-se uma situação distinta da verificada anteriormente, ou seja, neste material não puderam ser localizadas as ressalvas citadas pelo jornal nos editoriais publicados em 1996. Neste novo momento podemos observar que a posição do jornal sofreu algumas alterações, pois de uma posição cautelosa onde se verificou certa contrariedade com relação a questões específicas da aplicação do provão, passou a considerar o provão como uma realidade necessária: "Essa política do Ministério da Educação oferece subsídios para pais e alunos julgarem as instituições de ensino, ao mesmo tempo em que desperta uma saudável concorrência entre essas instituições" [18](Anexo 13)

No mesmo editorial o jornal esclarece que "mais importantes do que os resultados das provas, no entanto, são os efeitos do 'provão' sobre as faculdades", onde algumas delas, especialmente as particulares, estão se empenhando para melhorar sua posição nos exames posteriores, pois "o ensino superior brasileiro só tem a ganhar com a criação de um ranking das faculdades".

Nos editoriais do ano de 1997 não foram localizadas críticas quanto à vinculação do diploma à realização do provão, como ocorreu no ENC/96. O jornal faz referência a esta questão, mas com outra abordagem, pois apesar de já ter usado este mesmo argumento, esclarece que como a nota obtida não interfere na entrega do diploma e sim o comparecimento, a UNE pretende "boicotar" o provão orientando os estudantes a entregar as provas em branco:

---

[18] "O provão surte efeitos", jornal *O Estado de S.Paulo*, Notas e informações, 24/12/97.

unesp

"prova em branco conta como nota zero. Por isso, nos poucos lugares onde os líderes estudantis são ouvidos ou conseguem impor sua vontade à força, o resultado da avaliação acaba distorcido , prejudicando alguns cursos bons". [19](Anexo 14)

Na leitura do material coletado foi possível perceber que quando o assunto é *provão*, certamente há referência a UNE, constatando mais uma vez a oposição do jornal ao movimento ou qualquer tema relacionado a esta entidade e, principalmente, seus dirigentes.

No mesmo editorial citado acima o jornal OESP esclarece que: "Os estudantes aprenderam a lição. Perceberam que o boicote prejudica a imagem não só dos cursos, mas também deles mesmos... Daí que o boicote só tende a minguar, ano após ano. O que mais se registrou, este ano, não foram boicotes espontâneos, mas atos de gangsterismos e selvageria de militantes estudantis dispostos a tudo para fazer valer as suas idéias"[20].

Em editorial de 1996, citado anteriormente, o jornal esclareceu que o *provão* só tem razão de ser se acompanhado por outros mecanismos de avaliação, ou seja, sua opinião era que somente as provas realizadas pelo exame não eram suficientes para qualificar ou não uma instituição de ensino superior. Em editorial de 1997 esta posição já não é assumida pelo jornal, pois:

> Resta entender por que supostas lideranças estudantis são contra o provão. Dizem que não se pode avaliar faculdades só pelas provas. Não se avalia. O governo está verificando também o coeficiente de professores pós-graduados, suas cargas horárias e demais condições de ensino". (Anexo 14)

Esta afirmação de que "dizem" foi a mesma usada pelo jornal anteriormente, mas agora atribuída às lideranças estudantis.

Uma outra questão colocada em 1996 diz respeito ao fato de que, segundo o jornal OESP em editorial do dia 30/10, não se pode punir o aluno por uma responsabilidade que não é sua e sim do governo, mas o editorial do dia

---

[19] "Os benefícios do provão", jornal *O Estado de S.Paulo*, Notas e Informações, 02/07/97.

[20] Ibidem

02/07 do ano seguinte declara que "... é apenas natural que se dê ênfase ao desempenho dos alunos. No frigir dos ovos é isso que conta. Os brasileiros de maneira geral, e os envolvidos com a educação em particular, não estão acostumados com cobranças e avaliações de desempenho. É natural que estranhem"[21]. O que anteriormente foi considerado um ato abusivo do Ministério da Educação, neste segundo momento da análise, o jornal OESP demonstrou uma aceitação com relação à avaliação dos estudantes.

Efetuada a análise do material jornalístico, selecionado para este estudo, foi possível constatar alguma discordância entre as orientações estabelecidas pelo seu Manual de Redação e o que pôde ser comprovado na prática, ou seja, com a análise das "entrelinhas" das publicações foi possível constatar uma certa subjetividade na condução das matérias, principalmente as noticiosas que, por definição, devem se restringir à exposição dos fatos. Observou-se que a relação estabelecida entre o jornal e o tema *provão* na maioria das vezes esteve relacionada ao movimento da UNE e, como já foi salientado, aos seus dirigentes.

Ao tratar das questões que envolveram a realização do ENC/96, o jornal enfatizou acontecimentos relacionados ao que foi designado como "boicote da UNE", noticiando o "sucesso do provão" antes mesmo de ter conhecimento da computação final não somente do número de estudantes que compareceram e assinaram a prova, mas dos que efetivamente responderam as questões do exame, que constitui o objetivo deste mecanismo de avaliação.

Seguindo a atual tendência de valorização da educação no sentido de aprimorar a mão de obra para atender as novas exigências do mercado, o jornal OESP demonstra ser favorável à instituição de mecanismos de avaliação para o campo educacional:

---

[21] Ibidem

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 1 12 13 14 15 16 17 18

> O ensino no Brasil começa a ser arrancado do marasmo em que vivia fazia muito tempo. O ensino fundamental foi eleito prioridade, o ensino médio é objeto de reforma e o ensino superior passou a ser submetido ao Exame Nacional de Cursos, o provão. Em todos os níveis o trabalho apenas começou. Ainda falta muito para 'enquadrar', para usar o termo da moda, os cursos superiores, adequando-os às realidades do mercado e exigindo qualidade".[22] (Anexo 15)

5.3 Considerações finais

A reestruturação econômica, tanto dos países líderes em desenvolvimento quanto das chamadas economias "emergentes', impõem novas determinações ao campo educacional, em especial ao ensino superior, conferindo-lhe novos papéis a serem desempenhados na nova ordem mundial. Em decorrência deste contexto, juntamente com a reestruturação econômica dos países inseridos no processo, ocorre uma reestruturação do universo do ensino superior, gerada por sua aproximação com o processo produtivo capitalista, sendo a qualidade do ensino um dos fatores determinantes para a inserção da economia brasileira no mercado competitivo internacional.

Pelo exposto, nota-se que a linha editorial do jornal considera esta adequação do ensino superior às novas determinações impostas pelo mercado de trabalho, como um dos componentes fundamentais para o desenvolvimento do país e sua inserção no mercado globalizado.

Neste novo contexto os meios de comunicação desempenham um importante papel no sentido de informar seu público leitor da importância e da necessidade da implementação de mecanismos de avaliação do campo educacional, especificamente deste nível de ensino, por estar diretamente relacionado ao mercado de trabalho.

Integrante da chamada "grande imprensa paulista", o jornal OESP possui uma grande quantidade de leitores em diversas partes do país, pois sua circulação abrange não somente a capital e interior de São Paulo, mas também

---

[22] "O ensino em reforma", jornal *O Estado de S.Paulo*, Notas e Informações, 04/08/97.

unesp

outros estados da União e exterior do país, como demonstram os dados da tabela abaixo:

Tabela 16 - Circulação do jornal OESP – Média de exemplares dias úteis e domingo – janeiro 2000

	Dias úteis	Domingo
Total Brasil	401.683	487.651
Capital (cidade de SP)	180.648	241.490
Grande São Paulo	218.410	286.192
Estado de São Paulo	373.181	464.869
Interior de São Paulo	154.771	168.677
Interior do país	28.136	32.288

Fonte; *O Estado de S.Paulo*, IVC – Instituto Verificar de Circulação.
Informação Jurada do Editor nº 31.741, Jun/00

Uma média de circulação do jornal OESP no exterior, de segunda a sábado, é de 365 exemplares, incluindo venda avulsa e assinaturas. A grande maioria dos exemplares destinados à circulação no país é de assinantes do jornal, representando uma média de 401.683 exemplares distribuídos diariamente, em detrimento a 31.675 proveniente de venda avulsa.

Nota-se que a quantidade de exemplares distribuídos não representa com exatidão a quantidade de leitores, pois o mesmo jornal pode circular entre três ou mais pessoas. Segundo a Agência Estado, a tiragem dos jornais ligados a este grupo, dentre eles o jornal *O Estado de S.Paulo*, totalizam 4 milhões e 500 mil exemplares diários, equivalente a 18 milhões de leitores por dia. Seguindo este raciocínio, certamente o número de leitores do jornal OESP é muito superior ao constatado pelos dados da tabela acima.

Com relação ao perfil do leitor do jornal OESP a tabela abaixo traz dados significativos quanto ao nível de renda, classe social e grau de instrução desta parcela da população que constitui seu público leitor:

Tabela 17 – Perfil do leitor do jornal *O Estado de S.Paulo* – 1999

Perfil do Leitor				
	2ª. a Domingo			
	Nº Leitores	%	População*	%
Total	1.251.000	100	9.457.000	100
Sexo				
Homens	674.000	54	4.482.000	47
Mulheres	577.000	46	4.976.000	53
Classe Social (Critério Brasil)				
Classe A	357.000	28	826.000	9
Classe B	639.000	51	3.385.000	36
Classe C	210.000	17	3.413.000	36
Classe D/E	45.000	4	1.834.000	19
Faixa Etária				
15/19 anos	120.000	10	1.117.000	12
20/29 anos	387.000	31	2.420.000	25
30/39 anos	310.000	25	2.355.000	25
40/49 anos	191.000	15	1.518.000	16
50 e + anos	243.000	19	2.047.000	22
Grau de Instrução				
Até Primário inc./completo	81.000	6	2.356.000	25
Ginasial inc./completo	201.000	16	2.598.000	27
Colegial inc./completo	445.000	36	2.826.000	30
Superior inc./completo	524.000	42	1.344.000	14
Renda Familiar Mensal				
Até 10 salários mínimos	294.000	23	4.573.000	49
De 10 a 20 salários mínimos	269.000	22	1.811.000	19
De 20 a 30 salários mínimos	194.000	16	698.000	7
Acima de 30 salários mínimos	228.000	18	535.000	6
Não sabe / não declarou	266.000	21	1.840.000	19

Fonte: XLI Estudos Marplan – Consolidado /99 – Grande São Paulo Processamento Especial SISEM Consumer) – Gerência de Mercado Publicitário
* Grande São Paulo

Pelos dados apresentados acima se nota que uma grande quantidade de leitores do jornal OESP estão numa classe social considerada mais elevada, representando cerca de 51% de um total de 1.251.000. Da mesma

forma, 31% dos leitores correspondem à faixa etária de 20 a 29 anos, representando uma idade aproximada para cursar o ensino superior.

Do total de leitores entrevistados, 42% apresentaram grau de instrução de nível superior, ou seja, 524.000 estudantes que estão que cursavam ou concluíram um curso superior. Em comparação aos demais níveis de ensino, verificam-se uma maior quantidade de leitores com graduação, exatamente a parcela da população cujos interesses estão relacionados com questões que envolvem este nível de ensino, em especial a instituição de um mecanismo específico de avaliação, o Exame Nacional de Cursos.

Com relação ao fornecimento de informações quanto ao *provão*, certamente este grupo de leitores pôde encontrar nas páginas do jornal uma variedade de publicações, pois, somente no dia 11/11/96, foram localizadas matérias relativas à realização do exame, como a pesquisa realizada pelo InformEstado com estudantes na saída dos locais das provas a fim de verificar o grau de dificuldade das questões abordadas pelo exame, convidou professores de diversas instituições a fim de realizar uma análise técnica das questões abordadas pelas provas dos cursos avaliados, como também especialistas em recursos humanos para avaliar o nível do ENC/96 e suas conseqüências práticas para o mercado de trabalho.

Mas há que considerar o fato de que os meios de comunicação não são simplesmente veículos de transmissão de informações, neutros e imparciais, mas essencialmente formadores de opinião pública. Desta forma, podemos afirmar que o jornal OESP, em especial, constitui um importante mecanismo de influência sobre a opinião de seu público leitor quanto às questões relacionadas à realização do *provão*.

Após a análise do material jornalístico foi possível constatar que o jornal OESP, num primeiro momento enfatizou a crítica ao movimento da UNE, pois na maioria das matérias relativas ao *provão* havia referência ao denominado "boicote da UNE", sugerindo uma maior preocupação do jornal em se opor ao movimento, em especial suas lideranças, do que propriamente ao exame. Obviamente há que considerar que neste período a oposição da UNE à realização

das provas constituía um tema polêmico, mas, como já foi demonstrada, esta crítica ao movimento não esteve expressa somente nos editoriais, onde o jornal assumiu objetivamente sua posição, como também pôde ser observada nas "entrelinhas" das matérias relacionadas ao *provão*.

Com relação ao Exame Nacional de Cursos, num primeiro momento o jornal, apesar de se mostrar favorável à aplicação deste mecanismo específico de avaliação do ensino superior, levantou algumas ressalvas quanto a determinados aspectos da questão, o que não foi observado nas publicações posteriores, onde não foram localizadas referências às críticas feitas pelos editoriais localizados no ano de 1996. Este fato sugere uma incoerência editorial do jornal OESP, pois foram observadas alterações em sua posição, mas não foram localizadas referências que esclarecem ao público leitor as razões desta mudança. Talvez esta mudança esteja relacionada à falta de debate com a sociedade antes da aplicação das provas, pois muitas questões ficaram confusas na época da realização do ENC/96. Com a posterior discussão e esclarecimentos relativos ao *provão*, o jornal pode ter revisto sua posição, pois nos anos posteriores ela praticamente não sofreu alterações.

Em editorial do ano de 1998, o jornal mantém sua posição de apoio à realização do provão, apesar de levantar alguns aspectos negativos relativos às instituições que adotaram medidas paliativas para tentar mascarar seu desempenho ruim nos resultados do provão a fim de atender à insatisfação dos alunos e uma cobrança dirigida ao Ministério da Educação que não seja condescendente com as instituições que não apresentaram bons resultados. O editorialista conclui o texto declarando que: "A soma dos resultados do 'Provão' com as apreciações das comissões de especialistas do MEC, em médio prazo e desde que continuadas, oferecerá um diagnóstico bastante fidedigno de nossos cursos. Em conjunto eles são peças essenciais da política de melhoria da qualidade da educação do País... O MEC deve aprimorar e dar seguimento a esse trabalho original e inovador de avaliação da universidade". [23](Anexo 16)

---

[23] "O provão se impõe", jornal *O Estado de S.Paulo*, Notas e Informações, 06/06/98.

Com relação ao ano de 1999, a posição de apoio ao provão também foi permeada por algumas ressalvas, como a mudança de alguns critérios de avaliação adotados pelo exame[24] (Anexo 17), mas essencialmente permanece o apoio do jornal a este mecanismo específico de avaliação do ensino superior, como demonstra o editorial que segue: "Segundo o ministro Paulo Renato, 'os alunos entenderam que o provão os beneficia'... Além disso, os resultados do provão são um dos critérios para exercício do direito de escolha do estudante, entre cursos e instituições. O que faltou ao ministro da Educação acrescentar é que o provão é um imenso benefício para o sistema nacional de ensino superior". [25](Anexo 18).

Obviamente, pela dimensão da questão, não há como afirmar que as reiteradas críticas ao movimento da UNE e, num segundo momento, o apoio à aplicação do *provão* foram responsáveis pelo "esvaziamento" do movimento, demonstrado tanto pelo aumento do comparecimento dos estudantes como pela redução do número de provas em branco dos ENCs posteriores. Mas certamente, como um veículo de comunicação capaz de não somente influenciar, mas basicamente formar opinião pública, o jornal *O Estado de S.Paulo* teve sua parcela de participação no crescimento da aceitação da sociedade, de uma maneira geral, pela instituição deste mecanismo específico de avaliação dos cursos de graduação no país.

---

[24] "Os critérios do provão", jornal *O Estado de S.Paulo*, Notas e Informações, 12/06/99.

[25] "O Provão provou que prova", jornal *O Estado de S.Paulo*, Notas e Informações, 04/07/99.

Capítulo 6 - O Jornal *Folha de S.Paulo*

> A polêmica sobre a qualidade das faculdades brasileiras, detonada por um teste de avaliação dos alunos, ainda não arranhou a imprensa brasileira. Deveria.
>
> Os jornalistas brasileiros foram guiados nas últimas três décadas pela agenda de Brasília, contaminada por constantes sobressaltos causados pela ausência de democracia, inflação, recessão ou corrupção.
>
> Se tivéssemos prestado mais atenção, as universidades não se deteriorariam com tanta rapidez e profundidade...
>
> Gilberto Dimenstein

Em 19 de fevereiro de 1921, Olival Costa e Pedro Cunha fundam o jornal "Folha da Noite", cuja impressão era feita nas instalações do jornal *O Estado de S.Paulo*. Quatro anos depois foi criada sua edição matutina, o jornal "Folha da Manhã". Em janeiro de 1931, quando surge a Empresa Folha da Manhã, a circulação dos jornais era de 80 mil exemplares. Em julho de 1949 foi criado o jornal "Folha de Tarde", que, em 1960, se funde ao jornais "Folha da Noite " e "Folha da Manhã " para dar origem ao jornal *Folha de S.Paulo*[1]. Em agosto de 1962, Otávio Frias de Oliveira e Carlos Caldeira Filho assumem o controle acionário da Empresa Folha da Manhã. Em 1992, Otávio Frias detêm a totalidade do controle acionário.

Desde sua fundação o jornal *Folha de S.Paulo* vem modernizando suas instalações e equipamentos gráficos, assumindo a liderança na imprensa diária com a maior circulação do país. No início da década de 90, a Folha tem a maior circulação paga aos domingos, com uma média de 522.215 exemplares. Os três jornais da Empresa Folha da Manhã, "Folha e S.Paulo", "Folha da Tarde", que voltou a circular em 1967, e *Notícias Populares* possuem uma circulação média diária de 560 mil exemplares. Com o maior parque gráfico

---

[1] [47] http://www.uol.com.br/folha/circulo/história_folhahtm

unesp

da América Latina, o jornal FSP também lidera a impressão de jornais, cerca de 80 mil toneladas de papel por ano.

O jornal *Folha de S.Paulo* teve participação decisiva em acontecimentos marcantes da história política do país, como no processo de redemocratização do país, onde o jornal ofereceu oportunidades para divulgação de textos de intelectuais e políticos por meio da seção "Tendências/Debates". Destacou-se durante o processo de impeachment de Fernando Collor de Mello, sendo o primeiro jornal brasileiro a pedir seu afastamento da presidência.

Com uma média de circulação diária de aproximadamente 500.000 exemplares, o jornal FSP foi um participante ativo da polêmica criada em torno do Exame Nacional de Cursos, possibilitando um grande número de publicações relativas a implementação deste mecanismo inédito de avaliação da graduação no país.

6.1 Análise quantitativa do material jornalístico

O jornal FSP realizou uma ampla cobertura do primeiro Exame Nacional de Cursos, aplicado em novembro de 1996, superando o número de publicações do jornal OESP, onde foram localizadas 81 matérias. O *provão*, denominação também usada pela Folha, foi tema de diversas publicações por parte do periódico, constituindo assunto de cadernos especiais, reportagens, entrevistas, artigos de colaboradores e colunistas, notícias informativas quanto aos locais de realização das provas e sobre o significado do exame. Com relação a esta última questão, no material selecionado foram localizadas matérias noticiosas que traziam esclarecimentos sobre o exame, como a publicada no dia 24/11, com o título "O que é o provão", respondendo questões como o que é, quem faz, se é obrigatório, argumentos favoráveis e contrários e efeitos no mercado de trabalho. Além desta foram encontradas outras cinco, como "Perguntas e respostas sobre o 'provão' " (09/11) e "Saiba o que é o 'provão' ", publicada com este mesmo título nos dias 02, 05, 07/11 e no dia 30 de novembro.

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 1 12 13 14 15 16 17 18

O material jornalístico localizado totaliza 223 artigos[2], mas alguns foram excluídos da análise, pois se referem a material noticioso como locais de realização das provas e documentos necessários, inviabilizando a verificação proposta, ou seja, a análise das "entrelinhas" do jornalismo praticado pelo jornal com referência ao ENC/96 . Portanto, deste total foram selecionados 191 artigos publicados pelo jornal FSP durante o ano de 1996, com a ressalva de que, assim como o jornal OESP, sua grande maioria concentra-se no mês da realização das provas, representando cerca de 68% do total, como demonstram os dados da tabela abaixo:

Tabela 18 - Distribuição do material jornalístico do jornal *Folha de S.Paulo* relativo ao ENC/96, segundo mês de publicação, ano de 1996.

mês	nº artigos	mês	nº artigos
abril	04	setembro	04
maio	02	outubro	37
junho	01	novembro	128
julho	03	dezembro	12
Total			191

Fonte: Jornal *Folha de S.Paulo*, ano de 1996

O fato da maioria dos artigos estar localizada no mês da realização do exame confirma a declaração anterior de que, de um modo geral, os meios de comunicação procuram orientar suas publicações para temas atuais que estejam causando polêmica, exatamente o que ocorreu no período da aplicação das provas, onde, com o movimento estudantil contrário à sua aplicação, houve muita discussão em torno da questão.

Da totalidade de artigos selecionados, a maioria pôde ser localizada na editoria "Cotidiano", conforme denominada pelo jornal, onde geralmente são colocadas questões que dizem respeito ao campo educacional,

2 Da mesma forma que análise efetuada com o jornal OESP, o texto refere-se ao termo "artigo" de maneira genérica, visto como uma unidade do material jornalístico, sem relação com as definições apresentadas no quarto capítulo.

unesp

representando cerca de 65% do total de 191 artigos. O restante do material jornalístico foi distribuído nas demais localidades, o que pode ser observado pela tabela abaixo:

Tabela 19 - Distribuição do material jornalístico do jornal FSP relativo ao ENC/96, segundo editoria, ano de 1996.

Editoria	nº artigos	Editoria	nº artigos
Cotidiano	125	Folhateen	02
Primeira Página	16	Mais	02
Painel do Leitor	13	Ilustrada	02
Opinião*	10	Mundo	02
Empregos	08	Editoriais	02
Brasil	08	Dinheiro	01
Total			191

Fonte: jornal *Folha de S.Paulo*
* Refere-se a artigos de colaboradores

Da mesma forma que o periódico analisado anteriormente, o jornal FSP publicou um número reduzido de editoriais, apenas três, mas por se tratar da opinião do veículo de comunicação, este número é suficiente para detectar a posição adotada pelo jornal em questão na cobertura do ENC/96. Com relação à localidade gráfica dos editoriais do jornal FSP, não podemos proceder a análise desenvolvida por Sérgio Mattos, pois estão localizados na página 1-2, e, segundo sua concepção, os "espaços nobres" são a capa, o alto das páginas e as páginas ímpares.(Mattos, 1997). Em alguns casos, quando há polêmica em torno de determinado tema, o jornal publica editoriais na capa, ou seja, página 1-1, como ocorreu com o editorial relativo ao ENC/96, "Provão, primeiro passo", publicado no dia 7/11.

Assim como a análise efetuada com o jornal OESP, não foi realizado um estudo aprofundado do material jornalístico relativo ao ENC/97, pois o objetivo da pesquisa consiste no levantamento da participação dos principais representantes da grande imprensa paulista na realização do ENC/96, mas a coleta do material justifica-se pela necessidade de observar o crescimento do número de publicações, de 81 em 1996 para 99 artigos publicados pelo jornal

OESP e de 191 em 1996 para 378 artigos em 1997 pelo jornal FSP, demonstrando que a polêmica em torno deste mecanismo específico de avaliação da graduação não se restringiu à sua primeira versão.

Com relação aos editoriais, durante o ano de 1997 também foi verificado um aumento no número de publicações, assim como uma melhor distribuição entre os meses: 13/03, 27/04, 02/05, 01/07 e 29/12. Como já foi colocado, os editoriais localizados no ano de 1996, com exceção do mês de fevereiro foram publicados no mês da realização das provas, em novembro.

Tabela 20 - Distribuição do material jornalístico do jornal FSP relativo ao ENC/97, segundo mês de publicação, ano de 1997.

Mês	nºartigos	Mês	nºartigos
Janeiro	03	Julho	43
Fevereiro	02	Agosto	07
Março	37	Setembro	10
Abril	90	Outubro	11
Maio	40	Novembro	16
Junho	77	Dezembro	42
Total			378

Fonte: jornal *Folha de S.Paulo*, 1997

Os dados acima demonstram, além de um aumento considerável no número de publicações, uma maior movimentação do periódico no mês de abril, pois no mês anterior foram divulgados os resultados do ENC/96, acentuando os artigos informativos, reportagens, artigos de colaboradores e colunistas, além da publicação de um Caderno Especial relativo ao tema. O grande número de publicações nos meses de maio, junho e julho justifica-se pela realização da segunda edição do provão em 29 de junho, cujos resultados, publicados em dezembro, novamente acarretou um aumento do número de artigos publicados. Apesar de haver um grande número de publicações próximo ao mês de realização do exame, observou-se uma situação distinta da verificada em 1996, onde 68% dos artigos estavam localizados no mês de novembro, quando foi realizada a primeira edição do exame.

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 1 12 13 14 15 16 17 18

Com relação à localidade no espaço gráfico do jornal, novamente foi verificado um grande número de artigos na Editoria Cotidiano, representando cerca de 62% do total do material jornalístico localizado.

6.2 Análise qualitativa do material jornalístico

Durante o ano de 1996 o jornal *Folha de S.Paulo* realizou uma ampla cobertura sobre a aplicação das primeiras provas deste mecanismo específico de avaliação dos cursos de graduação das instituições de ensino superior, o denominado *provão*. Após a análise do material jornalístico foi possível localizar diversas matérias relativas ao tema em diferentes "editorias" do jornal, como no o Caderno "Mais", em reportagens específicas sobre seu funcionamento, como locais de realização das provas; várias entrevistas com estudantes, que se posicionaram contra ou a favor da realização das provas; artigos de colaboradores, colunistas e, principalmente, editoriais.

A análise inicia-se com o material noticioso, ou seja, as matérias informativas onde o jornalista deve relatar os fatos procurando mostrar-se o mais objetivo possível. Pois, segundo o MR do referido jornal, não existe objetividade em jornalismo, mas este fato não o exime da imparcialidade. Como foi salientado com relação ao jornal OESP, a análise das "entrelinhas" de um texto jornalístico requer certa cautela, portanto algumas transcrições são necessárias a fim de fundamentar as conclusões sobre determinados artigos noticiosos.

Antes de prosseguir a análise do material jornalístico do periódico em questão convêm esclarecer alguns pontos. O primeiro diz respeito à distinção que o jornal estabelece entre jornalismo analítico e jornalismo opinativo. Segundo o MR da Folha:

> Os fatos contemporâneos cada vez mais exigem a análise do noticiário. A análise dá ao leitor a oportunidade de se aprofundar nos eventos, questões ou tendências. A análise do noticiário não deve ser confundida com a opinião ou o comentário, que devem estar circunscritos às colunas e aos artigos. A opinião é subjetiva e arbitrária e não precisa

> necessariamente comprovar o seu ponto de vista. Já a análise procura explicar o noticiário da maneira mais objetiva possível. e envolve uma série de procedimentos"[3].

Tais procedimentos podem ser resumidos em precisão na coleta de dados, consulta bibliográfica sobre o tema, entrevistas com as partes envolvidas, utilização de dados estatísticos para conferir credibilidade aos seus argumentos e "trabalhar com rigor técnico para que suas conclusões sejam conseqüências necessárias dos fatos que descreveu"[4]. Desta forma, apesar da notícia constituir o relato imparcial dos fatos, o jornal pode realizar uma análise desta notícia, onde o jornalista poderá expor seus argumentos, seguindo os procedimentos citados, e chegar a uma conclusão condizente aos fatos descritos. Como já foi esclarecido em capítulo anterior, a abordagem analítica dos fatos constitui uma tendência para o jornalismo impresso, especialmente para o jornal FSP, pois esta orientação consta em seu Projeto Editorial.

Na última colocação do verbete citado acima, o jornal declara que "As análises da Folha aparecem assinadas e em grifo". O termo "grifo" geralmente é definido como um traço sob uma palavra ou expressão com o objetivo de ressaltar seu valor, mas também pode ter o mesmo significado de "itálico", um tipo de letra inclinada para direita, que, segundo o MR da Folha, seria uma letra intermediária entre o redondo (em pé) e o manuscrito. O termo "itálico" também pode ser definido como grifo em homenagem ao seu criador, Francesco Griffo. Ainda segundo o MR do jornal citado "Em regra, na Folha, os textos que não trazem 'hard news' (texto opinativos, textos de apoio, análises, colunas de bastidores) aparecem nesse tipo de letra".

A questão a ser ressaltada consiste no fato de que as matérias jornalísticas assinadas, utilizadas nesta pesquisa, não estavam em grifo, entendido como traço, ou em itálico, com as letras inclinadas para direita, o que possibilita a conclusão de que não podem ser definidas como jornalismo

---

[3] http://www.uol.com.br/folha/arquivos/

[4] Idem

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 1 12 13 14 15 16 17 18

analítico, apesar do jornal priorizar esta tendência, e sim material noticioso, onde, por definição, o autor deve se ater ao máximo ao relato objetivo dos fatos.

A maioria das matérias selecionadas para esta exposição encontra-se na Editoria Cotidiano, tendo como origem a Reportagem Local. Como foi esclarecido no capítulo anterior, o MR do jornal FSP define reportagem como o relato de um fato importante em que o jornalista esteve presente ou que tenha apurado as informações a respeito: "A reportagem é o produto fundamental da atividade jornalística. Ela deve conter a descrição do fato a mais exata e objetiva possível, o relato das versões de todas as partes envolvidas no fato e, se possível, a opinião de especialistas". Portanto, o fato dos artigos citados neste trabalho terem como origem a reportagem local possibilita a conclusão de que este material corresponde à reportagem.

Outro ponto a ser ressaltado diz respeito às constantes citações de artigos do jornalista Fernando Rosseti, pois a leitura da totalidade do material coletado para esta análise possibilitou a verificação de que uma grande parte das publicações relativas ao campo educacional é de autoria do jornalista citado, como o processo de avaliação da CAPES (06/07/96) e aprovação da nova Lei de Diretrizes e Bases (18/12/96), entrevista com o ministro Paulo Renato Souza (04/11/96) e matérias realizadas no exterior, como o vale-educação em Nova York (03/07/96). Portanto, a análise dos artigos do jornalista Fernando Rosseti não significa que esta pesquisa limitou-se a avaliação da cobertura realizada pelo jornal FSP tendo como base o trabalho individual do jornalista, pois a utilização de seus artigos justifica-se pela impossibilidade de localizar material de outros profissionais que correspondessem aos critérios adotados pela pesquisa para proceder a análise das "entrelinhas" dos textos jornalísticos relativos ao ENC/96.

Tendo em vista a polêmica gerada pelo movimento da UNE contra a realização do provão, este tema tornou-se destaque no noticiário da época, pois o jornal publicou diversas matérias relativas às medidas legais adotadas pela entidade visando a não aplicação das provas, a campanha pela "prova em branco" e as manifestações dos estudantes no dia da realização do exame, principalmente no Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro. Durante a leitura do material jornalístico



foi possível detectar a discordância do periódico pelas atitudes contrárias à realização do exame, manifestada também por meio de editoriais, onde coloca que este exame: "Desencadeou toda sorte de resistências, seja de especialistas respeitáveis que insistem numa avaliação mais abrangente e menos traumática, seja do conhecido pacto de ineficiência que se instituiu na maioria das universidades: numa frase que ficou célebre, 'os alunos fingem que estudam, e os professores fingem que ensinam'. Convém distinguir com todo cuidado, a legitimidade dos diferentes argumentos contra o teste"[5]. (Anexo 19)

Apesar de não haver referência direta ao movimento da UNE, podemos considerar "especialistas respeitáveis" o grupo de educadores, reitores, diretores e outros que, reconhecendo a necessidade de avaliação do ensino superior, se opuseram exame pela forma como foi instituído, e os estudantes, filiados ou não a entidades estudantis, que manifestaram sua oposição à aplicação das provas. O conselho editorial também ressalta que convêm distinguir, dentre os diferentes argumentos contrários, aqueles que apresentam algum fundamento ou apenas querem manter inalterado o que ficou conhecido como "pacto da mediocridade" indicado pela frase acima.

Num segundo editorial foi localizada uma passagem com uma referência direta ao movimento da UNE, expondo claramente a posição da linha editorial do jornal quanto à resistência da entidade com relação à aplicação das provas: "Algumas cenas lamentáveis foram registradas, principalmente no Rio de Janeiro, onde protestos da UNE impediram que centenas de estudantes fizessem a prova, num ato de puro terrorismo corporativista"[6] (Anexo 20). Esta citação demonstra claramente a contrariedade do jornal FSP com relação ao movimento da UNE, mas não foi observado o mesmo enfoque dado pelo jornal OESP, onde havia uma maior preocupação em criticar o chamado "boicote" da UNE do que a instituição deste mecanismo específico de avaliação do ensino superior, ou seja,

---

[5] "Provão, o primeiro passo", jornal FSP, Editorial, p.1-2, 07/11/96.

[6] "Agora, ao trabalho", jornal FSP, Editorial, p.1-2, 12/11/96.

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 1 12 13 14 15 16 17 18

apoiar o *provão* para discordar da UNE e não discordar da UNE para apoiar o *provão*.

No material selecionado para a análise do jornal FSP não foram encontradas muitas referências ao "boicote" da UNE, pois os termos utilizados com maior freqüência foram "tumultos", "conflitos", "protestos" e "mobilização dos estudantes", inclusive nos títulos dos artigos, onde foi localizado um número muito reduzido do uso do termo "boicote": "Conflitos atrapalham provão do MEC" e "Tumulto impede alunos de fazer prova no Rio", ambos publicados pelo jornal FSP no dia 11/11.

A colocação anterior não significa que o jornal FSP desenvolveu uma cobertura absolutamente isenta ao relatar os acontecimentos ligados à aplicação das provas do ENC/96, até porque o próprio MR do jornal deixa claro que não existe objetividade no trabalho jornalístico. A questão é que, neste periódico, não foi detectada a mesma ênfase na crítica ao movimento da UNE encontrada no material jornalístico do jornal OESP, como, por exemplo, os títulos dos artigos do jornal ao noticiar o comparecimento dos estudantes ao ENC/96: "Adesão de estudantes garante sucesso do provão" e "Provão é considerado fácil e boicote não tem sucesso" (11/11). No material do jornal FSP não foi localizada nenhuma referência ao termo "sucesso" do provão, tanto em títulos como nos textos jornalísticos.

Durante a leitura do material selecionado, foram localizadas passagens onde os jornalistas adotaram atitudes opostas às orientações do MR, como, por exemplo, a matéria assinada pelo jornalista Luis Perez na Editoria Empregos,[7] (Anexo 21) onde utiliza termos desnecessários ao texto noticioso: "O Exame Nacional de Cursos, famoso provão do MEC (Ministério da Educação) está ganhando status de um novo critério na hora de avaliar candidatos a emprego". Neste caso, o jornalista considera o *provão* um exame "famoso", mas não houve referência quanto às razões que o levaram a esta conclusão, ou seja, ficou "famoso" em que sentido, por causar polêmica quanto à forma como

[7] PEREZ, Luis. Provão pode virar critério para seleção, jornal FSP, Editoria Empregos, Reportagem Local, p. 8-1, 24//11/96.

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 1 12 13 14 15 16 17 18

foi instituído ou pela resistência da UNE? Além de representar uma colocação desnecessária, pois o MR orienta que o jornalista "evite também palavras que emprestem tom preciosista ou exagerado ao texto"[8] , não prossegue a análise a fim de que o leitor, que não tenha conhecimento da questão, possa entender o motivo do exame ser considerado "famoso".

Ainda sobre o artigo citado acima, ao argumentar sobre a possibilidade da nota obtida no exame ser utilizada como classificatória no mercado de trabalho, o jornalista coloca que " Só de ouvir esses argumentos, estudantes que são contra o provão tem frio na espinha". Ao relatar a posição indiferente de algumas empresas com relação a esta questão, o jornalista declara que "algumas nem dão bola para a nota do aluno" (Anexo 21). As expressões "frio na espinha" e "dar bola" são denominadas pelo MR como cacoetes de linguagem, onde, segundo suas orientações, devem ser evitados " expressões pobres de baixo valor informativo e portanto dispensáveis em textos noticiosos" , como também dispensar "modismos ou chavões que vulgarizam o texto jornalístico"[9]. O que não pôde ser constatado no artigo assinado pelo jornalista Luís Perez

Também localizada na Editoria Cotidiano, uma matéria assinada pelo jornalista Fernando Rosseti[10] (Anexo 22), declara que a militância da UNE "virou coisa de profissional", pois " nenhum dos seis principais dirigentes da entidade frequenta o curso universitário ao qual está matriculado". A crítica foi dirigida aos dirigentes da entidade que, embora estando matriculados em instituições de ensino superior, dedicam-se integralmente às atividades políticas em detrimento da formação educacional, pois, segundo o jornalista em questão, "hoje, para os diretores da entidade, o problema não é tanto estudar, mas garantir suas vagas na universidade enquanto passam a maior parte do tempo fora dela".

---

[8] http://www.uol.com.br/folha/arquivos/

[9] Idem

[10] ROSSETI, Fernando. Militância da UNE é profissionalizada, *Folha de S.Paulo* , Editoria Cotidiano, 17/11/96, p. 3-8.

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 1 12 13 14 15 16 17 18

Caso esta matéria estivesse, além de assinada, em grifo, poderia ser facilmente classificada como uma análise da notícia, o que não foi verificado.

Ao tratar do questionário aplicado aos alunos no dia da realização do ENC/96, o jornalista Fernando Rosseti relata que: "O Ministério da Educação aproveitou o provão para fazer um perfil sóciocultural dos alunos de cada curso, que pode trazer informações tão interessantes quanto o exame específico para avaliar a aprendizagem dos estudantes"[11]. (Anexo 23). Nesta passagem podemos observar que além de utilizar um termo desnecessário ao texto noticioso, pois o MR orienta seus jornalistas para que evitem exageros, o restante do artigo não esclarece as razões da classificação de "tão interessantes", pois, apesar de relatar informações detalhadas das questões abordadas pelo questionário, não conclui a exposição no sentido de esclarecer ao leitor as razões desta observação, inviabilizando a colocação do termo citado acima.

Neste mesmo artigo, ao tratar das questões que a seu ver são comuns a qualquer trabalho censitário, como estado civil e renda familiar, o jornalista ressalta que "É o tipo de questão que as universidades vêm fazendo também em seus vestibulares (só que no período de inscrição) para saber o tipo de alunado com que trabalham e poder desenvolver programas específicos para essa população". Nota-se que para o entendimento do leitor não havia necessidade da colocação "só que", pois sua supressão não altera o significado da notícia, possibilitando a conclusão de que foi colocada como uma crítica ao fato do Ministério da Educação, por meio do *provão*, levantar estas questões no final do curso, inviabilizando projetos que pudessem favorecer os formandos.

Na Editoria Cotidiano foi localizado um outro artigo assinado pelo jornalista Fernando Rosseti onde ressalta que universidades concorridas como a Universidade de São Paulo (USP), Universidade de Campinas (Unicamp), Universidade Estadual Paulista (UNESP), Universidade federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade de Brasília (UNB) e Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC), são contra a instituição do *provão* como mecanismo de

---

[11] ROSSETI, Fernando. Exame faz perfil sóciocultural de alunos", *Folha de S.Paulo*, Editoria Cotidiano, p. 3-8, 11/11/96.

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 1 12 13 14 15 16 17 18

avaliação da graduação. O jornalista inicia a matéria com a seguinte questão: "Seria medo de que cursos considerados bons possam tirar notas ruins? Todos negam" [12](Anexo 24). Prossegue a exposição com uma declaração do pró-reitor de graduação da USP, onde este esclarece que não se trata de "medo" dos resultados das provas, mas que este mecanismo pode ser falho e não medir corretamente o desempenho da instituição. Logo após este esclarecimento o jornalista reafirma: "De fato, o temor generalizado é que o exame, inusitado, possa prejudicar a imagem dessas instituições". Ou seja, apesar do entrevistado esclarecer que não se trata de "medo" do exame, o jornalista utiliza a colocação "de fato" para atribuir veracidade ao que parece ser uma avaliação pessoal da questão.

Ainda neste artigo o jornalista coloca que "outro medo" diz respeito ao fato da imagem destas instituições depender do ranking criado pelo *provão*. Mais uma vez o termo é utilizado para esclarecer a posição do Ministério da Educação: "Mas o MEC (Ministério da Educação), que introduziu este ano o 'provão' na legislação brasileira, acha que a resistência, se não é por puro medo, provoca um debate que pode simplesmente paralisar as iniciativas de avaliação".

Segundo a redação do referido artigo, o problema dos alunos, com relação ao *provão* reside no fato de que passam quatro ou cinco anos em uma instituição "Aí aparece um exame que mostra que sua escola não ensina o que deveria. E seu valor despenca no mercado de trabalho". Com relação à oposição da UNE quanto à aplicação das primeiras provas, o autor do artigo coloca que : "A UNE (União Nacional dos Estudantes), que estava meio apagada desde o impeachment de Fernando Collor, em 1992, assumiu a liderança contra o provão. Há semanas, seus dirigentes, a maior parte do PC do B, partido de oposição ao PSDB de Fernando Henrique Cardoso, vem trabalhando em todo o país para convencer os estudantes a entregar a prova em branco". Nesta última transcrição há dois pontos a ser destacados, o primeiro diz respeito à colocação da UNE

---

[12] ROSSETI, Fernando. Melhores universidades rejeitam provão, *Folha de S.Paulo*, Ed. Cotidiano, 10/11/96, p. 3/2.

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 1 12 13 14 15 16 17 18

estar "meio apagada", demonstrando, além de uma certa ironia, o uso de termos impróprios ao texto noticioso. O segundo ponto está relacionado ao fato do autor do artigo ter destacado que a filiação partidária dos dirigentes da entidade representa uma oposição ao partido do governo, evidenciando uma tentativa de reverter a discussão do campo educacional para questões políticas.

Para finalizar a análise do artigo citado, convêm salientar o fato de que se este artigo de Fernando Rosseti estivesse em grifo poderia ser facilmente classificado como a prática de um jornalismo analítico, onde o jornalista apresenta argumentos e conclusões, mas tendo como origem a Reportagem Local e com estilo de letra redondo (em pé), não poderemos classificá-lo como tal, possibilitando a conclusão de que se trata de uma matéria informativa.

A questão da objetividade na redação de um texto jornalístico certamente constitui uma questão polêmica, sujeita a diversas interpretações. No caso do jornal FSP esta questão foi esclarecida pelo MR, onde coloca que não há objetividade no campo jornalístico, mas com a ressalva de que este fato não exime o jornalista de ser o mais objetivo possível. O MR também esclarece que o momento atual demanda uma análise do noticiário, onde o jornalista pode proceder a exposição apresentando argumentos e conclusões, desde que correspondam à determinadas normas técnicas de redação, como o caso do "grifo" citado anteriormente . Esta demanda pelo jornalismo analítico também pode ser verificada no Projeto Editorial de 1997, onde o jornal esclarece que: "A transição de um texto estritamente informativo, tolhido por normas pouco flexíveis, para um outro padrão textual que admita um componente de análise e certa liberdade estilística é conseqüência da evolução que estamos procurando identificar".[13]

Portanto, após a análise do material jornalístico do jornal FSP, podemos observar que ao proceder a cobertura do ENC/96, o jornal esteve mais próximo às orientações do Projeto Editorial do que propriamente do Manual de Redação, pois os artigos selecionados para este estudo não correspondem às

---

[13] Projeto Editorial de 1997, jornal *Folha de S.Paulo*, http://www.uol.com.br/folha/arquivos

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 1 12 13 14 15 16 17 18

normas técnicas citadas no manual e sim a um texto jornalístico mais flexível, como o proposto pelo Projeto Editorial. Fato de certa forma previsível, pois a publicação deste Projeto Editorial em dezembro de 1997 consolidou o que já estava sendo discutido em anos anteriores, precisamente o que já estava sendo praticado no ano da realização do ENC/96.

Efetuada a análise do material noticioso, o texto segue com o estudo dos editoriais do jornal FSP com relação ao ENC/96. Como já foi esclarecido pela análise do MR, o editorial deste jornal: "Deve apresentar com concisão a questão de que vai tratar, desenvolver os argumentos que o jornal defende, refutar as opiniões opostas e concluir condensando a posição adotada pela Folha".[14] Portanto, por meio dos editoriais o jornal FSP manifesta sua posição com relação a um determinado tema.

O primeiro editorial selecionado para a análise[15] (Anexo 25), publicado em fevereiro de 1996, esclarece que, tendo em vista as deficiências da educação publica e privada do país, qualquer iniciativa de melhoria, ainda que em longo prazo, vem em boa hora. Mas, ao mesmo tempo em que valoriza a realização do exame, a linha editorial do jornal coloca algumas ressalvas, pois, a seu ver, deve-se anular as autorizações das instituições de ensino privadas que não atingirem conceitos satisfatórios assim como a adoção de medidas visando o controle da qualidade do ensino oferecida pela rede oficial, pois, "do contrário, não dará o necessário exemplo aos que deseja punir". Nota-se que neste primeiro editorial, apesar de considerar uma iniciativa pontual, a linha editorial do jornal ressalta a necessidade da utilização dos resultados para aplicação de medidas efetivas, como o descredenciamento de instituições que não apresentarem desempenho satisfatório nos exames. Esta postura também pôde ser verificada em editorial publicado logo após a realização do ENC/96, demonstrando uma certa coerência da linha editorial do jornal com relação à aplicação dos resultados:

---

[14] Manual de Redação da Folha, http://www.uol.com.br/folha/arquivos/

[15] "Avaliando o ensino", jornal *Folha de S.Paulo*, Editorial, p. 1-2, 16/02/96.

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 1 12 13 14 15 16 17 18

> "Os resultados do teste terão grande importância, mas não encerrarão verdades absolutas sobre a realidade atual do sistema. Serão, como tem insistido esta Folha, informações de grande utilidade para o que deve ser o início de uma avaliação constante... O governo terá ainda de se empenhar para que os resultados do provão sejam reunidos e analisados sem delonga a fim de servir como referência confiável para eventuais mudanças no sistema universitário".[16] (Anexo 20)

Em editorial de primeira página [17] (Anexo 19), publicado três dias antes da realização do exame, o jornal inicia a exposição com a colocação de que há um consenso quanto às deficiências do sistema educacional brasileiro, assim como nas críticas abstratas dos discursos sobre o tema Mas, segundo a posição do jornal FSP: "... eis que surge uma iniciativa, o chamado provão. Não é a panacéia para os problemas educacionais do país, até porque diz respeito apenas às universidades. Mas é um primeiro passo no rumo de uma imprescindível avaliação do ensino superior, a fim de identificar e corrigir suas falhas". Em conformidade ao colocado no MR, a Folha procura publicar matérias que estejam em discordância com sua linha editorial, como na Editoria Painel do Leitor, um espaço reservado às contribuições, críticas e elogios dos leitores do jornal. Com relação ao título do editorial, "Provão, primeiro passo", o leitor esclarece que uma avaliação da qualidade das universidades se realiza a cada etapa do processo, pois, a seu ver: "Medir a qualidade no fim do processo, e constatar tardiamente sua ineficiência, é assinar o atestado da própria... Se querem nos convencer e aos estudantes, mostrem por que chegaram à conclusão de que esse é, realmente, o melhor 'primeiro passo' " [18](Anexo 26).

Segundo a concepção do jornal, as universidades devem passar por processos avaliativos da mesma maneira que outros setores da sociedade, com a ressalva de que "aspectos criticáveis" do exame podem ser corrigidos sem afetar sua aplicação, pois "o exame deve ser visto como um ponto de partida". A leitura deste editorial reafirma a posição do jornal pela instituição do *provão*, pois além

---

[16] "Agora, ao trabalho", jornal *Folha de S.Paulo*, Editorial, p. 1-2, 12/11/96.

[17] "Provão, primeiro passo", jornal *Folha de S.Paulo*, Editorial, p.1-1, 7/11/96

[18] *"Provão"*, jornal *Folha de S.Paulo*, Editoria Opinião, Seção Painel do Leitor, 25/11/96, p. 1-3

unesp

do debate suscitado por sua primeira edição ser positivo, "o processo a ser desencadeado pelo provão interessa, porém a todos que tem consciência da importância da educação para o desenvolvimento do país e para gerar empregos qualificados".

Além do apoio à realização do *provão*, este artigo faz referência a outro tema polêmico relativo a questão da avaliação das universidades, a divulgação pelo jornal FSP, no início de 1988, da chamada "lista dos improdutivos da USP", nome dado pelo jornal à "Relação de Docentes sem Produção Científica em 85/86", elaborada pela reitoria da Universidade de São Paulo (USP) e que de alguma forma chegou ao conhecimento da Folha. A publicação desta relação propiciou um amplo debate em torno do aspecto quantitativo da avaliação dos docentes do ensino superior, especialmente os docentes da USP que tiveram seu nome incluído na lista.

No período entre 21 de fevereiro a 10 de março o jornal publicou diversas matérias relativas à questão, como reportagens e entrevistas com o reitor da USP, a posição dos docentes da instituição, incluídos ou não na lista, entrevistas com alunos e editoriais onde a Folha, ao mesmo tempo em que defende sua iniciativa, faz críticas aos defeitos metodológicos da lista e à Associação dos Docentes da USP (ADUSP). Em editorial do dia 24 de fevereiro, intitulado "O valor dos improdutivos", o jornal faz referência à entidade da seguinte forma: "... Em seu primarismo político, em sua paranóia persecutória, em sua pobreza de argumentos, os responsáveis pela entidade preferem ver na divulgação do documento da reitoria uma inexistente participação do jornal em uma 'campanha articulada nacionalmente contra o ensino público e gratuito' ". (CATANI, 1999)

O jornal salienta ainda os aspectos positivos do debate causado pela publicação da relação como também se mostra solidário aos docentes que foram prejudicados pelos "defeitos metodológicos da lista". Nota-se que o jornal considera a ineficiência na elaboração da lista como a responsável pelos transtornos causados e não a publicação intempestiva de uma lista de docentes

conceituados e considerados improdutivos por um processo de avaliação quantitativa de produção científica.

No editorial "Provão, primeiro passo", citado anteriormente, o jornal volta a mencionar a "lista dos improdutivos" e, ao que tudo indica, mantendo a posição de defesa quanto à iniciativa da publicação: "Infelizmente, reações corporativistas irrompem quando alguma tentativa de avaliação objetiva se esboça, o que ocorre até mesmo entre as mais conceituadas instituições. É eloqüente o episódio da chamada 'lista dos improdutivos'da USP — divulgada por esta Folha no início de 1988 —, que veio mostrar quantos percalços e mal-entendidos surgem a cada iniciativa deste tipo". Portanto, tanto em 1988 como em 1996, não foi verificada nenhuma menção do jornal com relação à atitude precipitada em tornar público uma lista que reconhecidamente continha erros em sua elaboração, revertendo a questão para possíveis resistências por parte dos docentes em realizar um processo avaliativo.

No terceiro editorial localizado, intitulado "Agora, ao trabalho",[19] (Anexo 20) o jornal FSP procura fazer um balanço da aplicação das provas da primeira edição do *provão*, realizado dois dias antes: "Apesar de protestos de entidades do setor, o Exame Nacional de Cursos, o chamado provão, realizou-se no último domingo com comparecimento bastante satisfatório. A presença de cerca de 90% (dados preliminares) dos que deveriam fazer o exame superou previsões do governo e mostrou que , se a proposta recebeu críticas, também houve um voto de confiança". Nesta citação há dois pontos a serem considerados: Primeiro, a linha editorial do jornal FSP realizou uma análise de certa forma mais cautelosa se comparada ao jornal OESP, pois, em editorial publicado logo após a realização do exame (O saldo do provão, 11/1196) este último relata que: "A UNE e outras entidades que pegaram carona na tentativa de boicote ao provão, como a CUT, foram as grandes derrotadas do episódio. A maioria dos formandos em Direito, Administração e Engenharia Civil compareceu aos locais dos exames de avaliação". A abordagem realizada pela

[19] "Agora, ao trabalho", jornal Folha de São Paulo, Editoria Opinião, p. 1-2, 12/11/96.

unesp

Folha declara que 90% de comparecimento aos locais de exame são dados preliminares e não como foi colocado pelo jornal OESP, onde se verifica uma afirmação de que a maioria esteve presente.

Uma segunda observação diz respeito à colocação do jornal FSP quanto ao "voto de confiança" dos alunos pelo comparecimento ao exame. Segundo § 3° do artigo 3° da lei 9.131 de novembro de 1995, que institui exames regulares de avaliação do ensino superior, a realização do exame é condição prévia para obtenção do diploma, portanto não se trata de voto de confiança, até porque a própria Folha faz referência a obrigatoriedade da realização do exame: "O alto comparecimento, favorecido em grande parte pela lei aprovada no Congresso que tornou a prova obrigatória...". O restante do editorial ressalta a importância dos resultados do provão para apontar as deficiências e prioridades do ensino superior, mas salienta que não pode haver demora entre a coleta das informações e a promoção das mudanças necessárias, caso contrário "o exame de domingo poderá ser corroído pela ação do tempo".

Durante a leitura dos editoriais localizados no ano de 1997, foi possível observar que a linha editorial do jornal, com relação à instituição do provão, permaneceu inalterada, pois foram localizadas diversas passagens onde o jornal enaltece os benefícios da aplicação deste mecanismo de avaliação:

> De início, os resultados do provão já cumprem a importante função de identificar as maiores deficiências do setor. Essa simples constatação já deverá causar sobre as instituições particulares uma pressão para que aprimorem seus métodos visando atingir padrões mínimos de qualidade... [20](Anexo 27)

> Iniciativa meritória do governo federal, o provão permite, em boa hora, pontuar distorções do ensino no Brasil...[21] (Anexo 28)

> A introdução do sistema de avaliação em todos os níveis é um imperativo para todos aqueles que desejam ver aprimorar-se a qualidade do ensino brasileiro, requisito básico para a formação de um país mais justo. [22](Anexo 29)

---

[20] "Fábricas de diplomas", jornal *Folha de S.Paulo*", Editorial, p. 1-2, 13/3/97

[21] "Resultados do provão", jornal *Folha de S.Paulo*, p.1-2, 27/04/97.

[22] "O provão", jornal *Folha de S.Paulo*, Editorial, 02/05/97.

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 1 12 13 14 15 16 17 18

> Já o provão, ao mesmo tempo em que revela a baixa qualidade do ensino em diversas universidades, indica que os processos de avaliação discente e docente terão de melhorar em precisão e abrangência. [23] (Anexo 30)

Da mesma forma que não houve discordância quanto à posição anterior do jornal com relação à instituição do provão, a linha editorial manteve as ressalvas quanto à efetiva aplicação dos resultados das provas, pois, segundo seu parecer, a demora ou até mesmo a ausência de punições às instituições que não apresentaram desempenho satisfatório nos consecutivos exames, poderá descaracterizar o provão como um mecanismo efetivo de avaliação, não apenas para apresentar as deficiências do ensino superior, mas essencialmente, promover mudanças. No editorial do dia 13/03, o jornal coloca que: "Com base nos dados que reuniu, é de esperar que o governo aja rapidamente para reverter o quadro atual", em 27/04 declara que apesar do provão constituir uma "iniciativa meritória... é preciso que seus importantes diagnósticos dêem ensejo a ações imediatas, voltadas à rápida terapêutica dos males revelados".

Com relação ao movimento da UNE, se em 1996 este tema não recebeu destaque no material jornalístico, nos editoriais de 1997, apesar de ser localizada a primeira referência ao termo "boicote", foi observada apenas uma passagem sobre a questão: "A realização do segundo provão universitário, no último fim-de-semana, foi já bem menos polêmica que a do primeiro. Os boicotes aos exames se reduziram. Houve mesmo alunos que exigiram na justiça o direito de fazer a prova".[24] (Anexo 31)

Portanto, após a análise do material jornalístico do jornal FSP com relação à aplicação do Exame Nacional de Cursos como um mecanismo de avaliação do ensino superior, foi possível observar um certo equilíbrio entre a crítica e o apoio ao *provão*, excetuando a oposição ao movimento da UNE que,

---

[23] "Educação como prioridade", jornal *Folha de S.Paulo*, Editorial, p.1-2, 29/12/97.

[24] "O provão 2", jornal *Folha de S.Paulo*", Editorial, p.1-2, 01/07/97

embora não tenha sido detectada a mesma ênfase que a observada no material do jornal OESP, pôde ser facilmente constatada.

Em alguns artigos do material noticioso foram localizados argumentos contrários a aspectos isolados do exame, como a questão da aplicação do questionário sócio-econômico no final do curso. Assim como considerações que viabilizam este mecanismo de avaliação, como a questão do "medo" de algumas instituições em proceder à avaliação, ambos do jornalista Fernando Rosseti. Da mesma forma, a leitura dos editoriais possibilitou a constatação da aceitação do exame como mecanismo de avaliação, mas com a ressalva de que seus resultados tenham aplicação efetiva.

A posição do jornal FSP, observada no material noticioso, pode ser melhor entendida se comparada à do jornal OESP, pois na postura da Folha não foi observada a mesma ênfase na crítica ao movimento da UNE, o que não ocorreu com o jornal OESP. Como já foi esclarecido no capítulo anterior, neste periódico havia uma preocupação em apoiar o *provão* para criticar a UNE e como a Folha não se empenhou neste sentido, houve espaço para considerações contrárias a alguns aspectos do provão.

6.3 Considerações finais

Como foi colocado no início deste trabalho, a restruturação econômica à nível mundial impôs novas determinações ao campo educacional, não somente ao ensino superior como também aos demais níveis. Neste contexto a qualidade de ensino tornou-se um imperativo para o desenvolvimento do país. Da mesma forma, processos avaliativos surgem como mecanismos capazes de não somente apontar deficiências, mas essencialmente instrumentos capazes de promover mudanças no sistema educacional brasileiro.

Participante ativo deste processo, o jornal *Folha de S.Paulo*, que se coloca como um jornal líder em circulação: " a Folha firmou-se no mercado como um jornal de qualidade e credibilidade, conquistando a liderança absoluta

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 1 12 13 14 15 16 17 18

em circulação"[25], possibilitou o acesso de milhares de leitores aos temas relacionados ao polêmico Exame Nacional de Cursos, conforme demonstram os dados da tabela abaixo:

Tabela 21 – Distribuição Geográfica da circulação do jornal *Folha de S.Paulo*, abril/2000.

Circulação Total			
2ª a Domingo			
		nº de leitores	%
Total		1.714.000	100
	Domingo	Segunda*	Terça/Sábado*
Sul	5	8	8
Centro-Oeste	2	3	4
Norte	1	1	1
Nordeste	1	1	3
Sudeste	91	86	85

Fonte: IVC de abril de 2000 – Circulação Total
* Norte –1%

Dos 91% de exemplares distribuídos de segunda a domingo na região sudeste a maioria são para assinantes, 70%, e o restante vendido em bancas. Dos exemplares que circulam na segunda e de terça a sábado a grande maioria são para assinantes 91%, em detrimento à venda avulsa, apenas 9%. Há que se considerar que a grande quantidade de exemplares distribuídos não representam com exatidão a quantidade de leitores do jornal , pois um exemplar pode circular entre duas ou mais pessoas, como coloca o MR do jornal FSP: "Leitor primário é aquele que compra o jornal. Leitor secundário é aquele que tem acesso ao jornal, embora não tenha o hábito de comprá-lo". [26]

Quanto ao perfil do leitor do jornal *Folha de S.Paulo*, a tabela abaixo indica alguns dados quanto ao sexo, classe social, faixa etária e renda familiar mensal:

---

[25] Perfil Básico jornal *Folha de S.Paulo*, pesquisa realizada pela Marplan Brasil no período de janeiro a março de 2000, Grande São Paulo, 27/06/2000.

[26] Manual de Redação da Folha, http://www.uol.com.br/folha/arquivos/

unesp

Tabela 22 – Perfil do Leitor do jornal *Folha de S.Paulo*, junho/2000

Perfil do Leitor				
2ª. a Domingo				
Total	Nº Leitores 1.714.000	% 100	População* 10.775.000	% 100
Sexo				
Homens	737.020	43	5.172.000	48
Mulheres	976.980	57	5.603.000	52
Classe Social (Critério Brasil)				
Classe A	479.920	28	1.185.250	11
Classe B	737.020	43	3.663.500	34
Classe C	411.360	24	3.771.250	35
Classe D/E	68.560	4	2.262.750	21
Faixa Etária				
10/14 anos	102.840	6	1.293.000	12
15/19 anos	188.540	11	1.077.500	10
20/29 anos	531.340	31	2.370.500	22
30/39 anos	359.940	21	2.370.500	22
40/49 anos	291.380	17	1.508.50	14
50 e + anos	239.960	14	2.047.250	19
Renda Familiar Mensal				
Até 10 salários mínimos	497.060	29	5.279.750	49
De 10 a 30 salários mínimos	565.620	33	2.586.000	24
Acima de 30 salários mínimos	239.960	14	538.750	5
Não sabe / não declarou	411.360	24	2.370.500	22

Fonte: Estudos Marplan - 1º trimestre 2000
* Grande São Paulo

Nota-se que uma grande quantidade de leitores, cerca de 43%, estão em uma classe social considerada elevada, ou seja, 737.020 de um total de 1.714.000. Da mesma forma, 31% do total de leitores correspondem a faixa etária de 20 a 29 anos, compreendendo 531.340 mil pessoas em idade aproximada para cursar o ensino superior, ou seja, a parcela de leitores que possuem interesse na questão da avaliação deste nível de ensino.

Com relação à divulgação de acontecimentos e temas relacionados ao provão, este percentual de leitores teve acesso a uma grande quantidade de

matérias publicadas pelo jornal *Folha de S.Paulo*, como reportagens, entrevistas com o ministro da educação, Paulo Renato Souza, estudantes, docentes e especialistas da área; artigos informativos quanto aos locais de realização das provas; artigos de colunistas ou colaboradores e de leitores, assim como colocado pelo MR da Folha, algumas vezes contrários à linha editorial do jornal.

Mas, como já foi esclarecido, o papel dos meios de comunicação de massa, especialmente a imprensa escrita, não se restringe a um instrumento transmissor de informações, neutro e imparcial com relação aos fatos, mas essencialmente um órgão formador de opinião pública, capaz de influenciar decisões e intervir em debates públicos. Como demonstra o verbete "Formação de Opinião" do MR do jornal FSP: "O jornal é, por excelência, um órgão formador de opinião. Sua força se mede pela capacidade de intervir no debate público e, apoiado em fatos e informações exatas e comprovadas, mudar convicções e hábitos. Mede-se ainda pelo número de exemplares que vende. O jornal também é formado pela opinião pública, que o influencia e pressiona.". Da mesma forma que o jornal é formado pela opinião pública também é responsável por sua formação, influenciando e, em alguns casos, pressionando.

De acordo com os resultados obtidos pela análise do material jornalístico do jornal FSP foi possível constatar que desde o início do ano de 1996, ano da realização da primeira edição do ENC, o jornal manteve uma posição de defesa da instituição deste mecanismo específico de avaliação dos cursos de graduação no país, ressaltando algumas questões que, a seu ver, poderiam ser melhoradas em edições posteriores e a imediata aplicação dos resultados das provas para efetivação de mudanças neste nível de ensino. A postura do jornal pode ser definida como um certo equilíbrio entre algumas críticas, ainda que fundamentadas, e o apoio ao *provão*.

A linha editorial do jornal mantêm-se inalterada nos anos posteriores, como demonstra editorial publicado em junho de 1998, cujo título já demonstra certa valorização do exame: " Os méritos do provão"[27] (Anexo 32),

---

[27] "Os méritos do provão", jornal *Folha de S.Paulo*, Editorial, p. 1-2, 09/06/98.

unesp

onde aponta os aspectos positivos do exame como a preocupação das instituições de ensino superior, especialmente as privadas, em se qualificar e dos alunos em exigir qualidade das escolas que frequentam. Segundo a concepção do jornal um aspecto negativo diz respeito as manifestações de organizações estudantis que se opõem à realização do exame " ... hoje felizmente minoritários". Apesar de reconhecer que os resultados das provas são insuficientes para avaliar uma instituição de ensino superior, conclui que "... é verdade que não se elabora um sistema de avaliação da noite para o dia. É inegável que o exame presta o serviço público de indicar quais são as escolas caça-níqueis". Mantêm as ressalvas observadas antes mesmo da realização do ENC/96, salientando a necessidade de aplicação efetiva dos resultados, pois "agora é preciso aperfeiçoar os testes, tornar a avaliação mais ampla e, tendo em mãos os resultados de três anos, pressionar ou punir as instituições que obstinam na falta de qualidade".

Com relação ao ano de 1999, a linha editorial do jornal FSP reitera a importância da realização do provão como um mecanismo de avaliação do ensino superior e aponta alguns "mecanismos de maquiagem das deficiências de cursos"[28] (Anexo 33) praticados por algumas instituições de ensino, como a escolha dos melhores alunos para realizar a prova, a fim de obter um bom conceito, embora parcial; e escolas que "estariam titulando seus professores de afogadilho, sem o devido rigor acadêmico ...". Ressalta ainda que "iniciativas dessa espécie podem estar prejudicando um meritório sistema de avaliação do ensino superior brasileiro".

Seguindo a postura já demonstrada em editoriais dos anos anteriores, a Folha ressalta a necessidade da efetivação de medidas capazes de promover mudanças a curto prazo nas instituições de ensino superior, pois o aspectos negativos do provão "... impõem que o MEC empenhe mais esforços no gerenciamento de suas iniciativas de melhoria do ensino superior. Não apenas ampliando a fiscalização e punindo instituições quenão ajam exatamente de boa-fé, mas aprimorando o próprio provão, a fim de não transformá-lo numa espeçie

---

[28] "Nova ameaça ao provão", jornal *Folha de S.Paulo*, Editorial, p. 1-2, 04/05/99.

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 1 12 13 14 15 16 17 18

de vestibular extemporâneo ... Para que não percam os esforços realizados até agora, são necessários vigilância e empenho redobrados do MEC".

Devido a complexidade do polêmico Exame Nacional de Cursos não podemos afirmar que o jornal FSP, como um veículo de comunicação formador de opinião pública, foi o responsável pelo crescimento da aceitação dos estudantes e do meio acadêmico nas edições posteriores do provão, mas também não há como negar que os milhares de leitores do jornal, tanto primários como secundários, receberam influência positiva deste periódico com relação à aplicação dos sucessivos exames, pois, segundo o material jornalístico analisado, manteve coerência em sua linha editorial no que diz respeito à instituição deste instrumento de avaliação dos cursos de graduação no país.

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 1 12 13 14 15 16 17 18

Conclusão

Como um reflexo do mundo globalizado a educação, em especial o ensino superior, vem passando por transformações. No atual contexto de reestruturação capitalista surgem novas tendências e determinações, em alguns casos transformações em curso, para as instituições de ensino superior, cujas metamorfoses do processo produtivo incidem diretamente na estrutura organizacional e funções deste nível de ensino.

Integrados neste contexto e participantes ativos da vida política, econômica e social do país, os meios de comunicação de massa trazem ao conhecimento de leitores, expectadores ou ouvintes, informações quanto aos principais acontecimentos e diversas interpretações quanto a temas polêmicos. Mas, como colocado anteriormente, os meios de comunicação não constituem apenas veículos de informação neutros e imparciais com relação à cobertura dos fatos e divulgação de notícias e sim instrumentos de manipulação de interesses e de intervenção na vida social.

Com relação à aplicação do Exame Nacional de Cursos como mecanismo de avaliação do ensino superior, a análise da totalidade do material jornalístico selecionado possibilitou a averiguação de que os jornais em questão, salvo algumas ressalvas, mantiveram-se favoráveis a sua instituição, posição praticamente inalterada nos ENCs posteriores. Mas as posições adotadas pelos jornais não se restringem apenas aos editoriais, espaço destinado ao posicionamento do corpo editorial do jornal, mas podem ser observadas também no material noticioso, onde, por definição, deve se restringir à exposição dos fatos.

A análise das "entrelinhas" de um texto noticioso permite a observação de que a opinião do jornal pode estar subentendida em um título com exageros, comentários sutis do jornalista com relação à determinada questão ou até mesmo em uma ampla cobertura com relação a determinados fatos, como a realizada pelo jornal OESP com relação ao movimento da UNE, onde pôde ser

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 1 12 13 14 15 16 17 18

verificada uma tentativa de influenciar a opinião pública no sentido de uma oposição à manifestação dos estudantes. Da mesma forma, o desinteresse com que conduzem os acontecimentos também pode demonstrar um posicionamento do jornal, como o ocorrido com a cobertura do movimento estudantil realizada pelo jornal FSP, onde não pôde ser observada a mesma ênfase atribuída pelo periódico citado anteriormente. Esta limitação pode ser entendida como uma maneira de não atribuir importância ao fato. São posições contrárias ao movimento da UNE, mas que se manifestaram de forma diferenciada, ou seja, a primeira pela crítica aberta e a segunda pelo desinteresse pelo fato.

Numa tentativa de sistematizar as posições adotadas pelos jornais em questão quanto aos temas abordados nos capítulos iniciais, a exposição seguinte demonstra que as opiniões publicadas em editoriais praticamente se assemelham, apresentando em alguns casos abordagens diferenciadas.

Com relação à política econômica desenvolvida pelo Governo Federal, com base no programa neoliberal de governo, foi verificado que ambos demonstram uma certa simpatia pelas medidas adotadas pelo governo visando à inserção do país no mercado mundial, ainda que o jornal FSP cobre resultados no sentido de "resgatar a dívida social" e "atacar a herança secular do subdesenvolvimento", o que não foi verificado no editorial publicado pelo jornal OESP. A importância da educação para o desenvolvimento econômico do país e sua inserção no mercado competitivo mundial também foi salientada pelos jornais em questão, onde demonstraram posições semelhantes com relação ao tema.

No material jornalístico relativo ao papel da educação na adequação da mão de obra às transformações do mercado de trabalho, os jornais em questão reconhecem sua importância para o desenvolvimento econômico do país, como retrata editorial do jornal FSP, onde coloca que "a qualificação da mão-de-obra é indispensável à sua integração num mercado mundial globalizado". Da mesma forma, o segundo periódico analisado, reconhece que as transformações no mercado de mercado, advindas da " *globalização* acelerada da economia", exigem um profissional com uma ampla formação educacional.



Com relação à instituição do FIES como uma forma de financiamento da educação superior para estudantes carentes, os jornais selecionados para análise demonstraram contrariedade com relação a aspectos distintos da questão, ou seja, o jornal OESP manifestou algumas críticas quanto à forma de seleção dos candidatos, que, a seu ver, acarretou uma redução do número de estudantes beneficiados pelo financiamento. A abordagem do jornal FSP voltou-se a questão da qualidade da educação que esta sendo oferecida, ou seja, segundo sua concepção, a questão não está centrada na forma de financiamento e sim no produto que está sendo financiado.

A polêmica gerada em torno da gratuidade das instituições públicas de educação superior também foi tema de editorial do jornal FSP, onde se colocou claramente favorável à cobrança de mensalidades nestas instituições de ensino. No material jornalístico do jornal OESP não foi localizado editorial sobre esta questão.

Dentre as novas determinações para o sistema educacional, geradas pela reestruturação econômica a nível mundial, destaca-se um amplo processo avaliativo dos diferentes níveis de ensino, pois neste contexto a qualidade da educação tornou-se um imperativo para o desenvolvimento econômico do país. Desta forma, o Exame Nacional de Cursos surge como um instrumento específico de avaliação dos cursos de graduação, gerando grande polêmica quanto à forma como foi instituído e, consequentemente, constituindo tema de diversas matérias jornalísticas dos jornais *O Estado de S.Paulo*e *Folha de S.Paulo*, onde, não somente por meio de editoriais como também pelo material noticioso, posicionaram-se quanto à instituição deste instrumento de avaliação do ensino superior do país.

Com relação ao jornal OESP, a análise do material jornalístico possibilitou a verificação de que houve uma crítica acirrada com relação ao movimento da UNE, ou seja, havia um grande interesse do jornal em atacar o movimento. Como colocado anteriormente, a questão pareceu estar centrada em apoiar o *provão* para discordar da UNE e não criticar a UNE para apoiar a instituição do exame.

unesp

Quanto à linha editorial do jornal, foi verificado que num primeiro momento o jornal, apesar de se mostrar favorável à aplicação deste mecanismo específico de avaliação do ensino superior, levantou algumas ressalvas quanto a determinados aspectos da questão, o que não foi observado nas publicações posteriores, onde não foram localizadas referências às críticas feitas pelos editoriais localizados no ano de 1996. Este fato sugere uma incoerência editorial do jornal OESP, pois foram observadas alterações em sua posição, mas não foram localizadas referências que esclarecessem ao público leitor as razões desta mudança.

De acordo com os resultados obtidos pela análise do material jornalístico do jornal FSP foi possível constatar que desde o início do ano de 1996, ano da realização da primeira edição do ENC, o jornal manteve uma posição de defesa da instituição deste mecanismo específico de avaliação dos cursos de graduação no país, ressaltando algumas questões que, a seu ver, poderiam ser melhoradas em edições posteriores e a imediata aplicação dos resultados das provas para efetivação de mudanças neste nível de ensino.

A cobrança por resultados parece ser uma característica dos editoriais do jornal FSP, pois pela análise do material jornalístico relativo aos temas abordados nos capítulos iniciais foi possível constatar que em alguns casos o jornal associa o apoio a uma determinada questão à efetivação de mudanças. O que também pôde ser observado nos editoriais relativos ao ENC/98 e ENC/99, onde foi constatada coerência na linha editorial do jornal em aceitar a instituição do exame desde que seus resultados tenham consequências práticas na efetivação de mudanças para este nível de ensino.

A análise dos dados relativos a aplicação das quatro primeiras edições do Exame Nacional de Cursos possibilita a verificação de que houve um aumento considerável no número de inscritos para os exames posteriores à sua primeira versão em 1996:



Tabela 23 – Variação do número de inscritos: ENC96/97/98/99

Inscritos	Variação do número de inscritos (%)
1996 - 59.343	96/97 - 58,9
1997 - 94.296	97/98 - 50,7
1998 - 142.107	96/98 - 139,5
1999 - 170.253	96/99 – 188

Fonte: Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais

Há que considerar que este aumento considerável no número de inscritos nos exames posteriores deve-se ao aumento no número de cursos avaliados, pois em 1996 foram avaliados apenas três cursos, subindo para seis em 1997, dez em 1998 e 13 em 1999. Portanto, apenas a exposição destes dados não possibilita a afirmação de que houve uma diminuição da resistência ao provão por parte dos estudantes. Para tanto se faz necessária à análise dos dados relativos à diminuição das provas em branco com relação ao número de inscritos nos ENCs posteriores ao de 1996, onde foi verificada a polêmica gerada pelo movimento da UNE contrário à instituição deste mecanismo de avaliação da graduação no país.

Tabela 24 – Número de provas em branco com relação ao número de inscritos/presentes: ENC96/97/98/99:

	Inscritos	Presentes	Provas em branco (%)
1996	59.343	55.537	11,7
1997	94.296	85.576	2,21
1998	142.107	126.823	2,20
1999	170.253	163.981	1,38

Fonte: Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais

Estes dados demonstram uma maior aceitação dos estudantes com relação aos ENCs posteriores à primeira edição, onde se verificou o maior número de provas entregues em branco como uma forma de protesto à realização do exame.

unesp

As diversas matérias jornalísticas dos jornais *O Estado de S.Paulo* e *Folha de S.Paulo*, favoráveis à instituição deste mecanismo específico de avaliação do ensino superior, certamente exerceram grande influência sobre seu público leitor, que somados atingem cerca 900.000 exemplares distribuídos diariamente. Mas durante a análise do material coletado foi possível verificar outros fatores que devem ser apontados como causas do crescimento da aceitação do *provão*, não somente por parte dos estudantes como também pelo meio acadêmico e a sociedade de um modo geral: posterior esclarecimento quanto ao funcionamento do provão e de outros indicativos de avaliação das instituições e não somente o desempenho individual do aluno, como era entendido na época da realização da primeira versão do exame em 1996.

A imprensa também noticiou o fato da nota obtida nas provas ser de conhecimento exclusivo do aluno, pois havia um temor de que poderia prejudicá-lo no mercado de trabalho. Da mesma forma em que houve esclarecimento de que ao entregar a prova em branco o aluno estaria prejudicando o conceito da instituição de ensino da qual faz parte, pois um diploma de conclusão de curso de uma instituição com baixo desempenho no *provão* poderia exercer influência negativa no mercado de trabalho.

Portanto, devido à complexidade do tema não há como afirmar que os jornais *O Estado de S.Paulo* e *Folha de S.Paulo* foram os responsáveis pelo crescimento da aceitação da sociedade de um modo geral da instituição do Exame Nacional de Cursos como um mecanismo de avaliação dos cursos de graduação do país. Mas certamente não há como negar que milhares de leitores, tanto primários como secundários, receberam influência positiva destes veículos de comunicação, como formadores de opinião pública, com relação ao aumento do número de alunos que não somente compareceram aos locais de realização das provas , mas que efetivamente responderam as questões.

As sucessivas edições do Exame Nacional de Cursos, além de suscitar um debate pontual sobre os problemas das instituições de ensino superior no país, constituindo tema polêmico nos principais meios de comunicação, levantou dados significativos quanto à situação deste nível de ensino. Mas, como



bem retrata o jornal FSP em seus editoriais, o *provão* não pode se restringir apenas ao conhecimento das deficiências de nossas universidades, mas acima de tudo, por meio da efetiva aplicação dos resultados das provas, promover mudanças neste nível de ensino.

No atual contexto, a elevação da qualidade do ensino superior como dos demais níveis de ensino, constitui um desafio não somente para as autoridades governamentais, mas para a sociedade de um modo geral e especialmente, pelo poder de persuasão que possuem, dos meios de comunicação de massa do país.



BIBLIOGRAFIA

AGORA AO TRABALHO. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 12 nov. 1996, Editorial, P. 1/2

ALVES, Giovanni. Trabalho e mundialização do capital; a nova degradação do trabalho na era da *globalização*. São Paulo, Ed. Praxis, 1999.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In Pós-neoliberalismo: As políticas sociais e o Estado democrático. São Paulo, Ed. Paz e Terra, 1996 p. 9-37

ANTUNES, Ricardo. Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo, Ed. Cortez, 1999

APPLE, Michael. W. O que os pós-modernistas esquecem: capital cultural e conhecimento oficial. In Neoliberalismo, qualidade total e educação, Petrópolis, Ed.Vozes, 1994.

AVALIAÇÃO FRACASSOU POR FALTA E EXAME EM BRANCO , diz presidente da UNE. São Paulo, *O Estado de S.Paulo*, 11 nov. 1996, Seção Geral.

AVALIANDO O ENSINO. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 16 fev. 1996, Editorial, p. 1/2

BANCO MUNDIAL - Prioridades y Strategias para la Educación. 1995.

OS BENEFÍCIOS DO *PROVÃO*. *O Estado de S.Paulo*, São Paulo, 2 jul. 1997, Seção Notas e Informações, p. 1/3.

BIANCHETTI, Roberto G. Modelo neoliberal e políticas educacionais. São Paulo, Cortez, 1996.

BIONDI, Aloysio. O Brasil privatizado; um balanço do desmonte do Estado. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 1999.

BOSI, Ecléa. Cultura de massa e cultura popular. Ed.Vozes, Rio de Janeiro, 1996.

BROITMAN, Daniella. Adesão de estudantes garante sucesso do provão, *O Estado de S.Paulo,* São Paulo, 11 nov 1996, Seção Geral.

CARCANHOLO, M. D. Neoliberalismo e o Consenso de Washington: a verdadeira concepção de desenvolvimento do governo FHC. In Neoliberalismo: a tragédia do nosso tempo, São Paulo, Ed. Cortez, 1998, p. 15-35

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 1 12 13 14 15 16 17 18

CARCANHOLO, R. A. A *globalização*, o neoliberalismo e a síndrome da imunidade auto-atríbuída. In Neoliberalismo: a tragédia de nosso tempo. São Paulo, Cortez, 1988. P. 77-97

CASTEL, Robert. As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário. Rio de Janeiro, Ed. Vozes, 1998.

CATANI, A.M., GUTIERREZ, L.G., FERRER, W.M.H. O jornal *Folha de S.Paulo* e a "lista dos improdutivos" da USP. In DOURADO, L. F. e CATANI, A.M. Universidade Pública: políticas e identidade institucional. Campinas, Ed. Autores Associados, 1999. (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo, volume 70, p. 75-87).

CAVALCANTI, Filho (Org). Informação e poder, Rio de Janeiro, Ed. Record, 1994.

CHESNAIS, François. A mundialização do capital. São Paulo, Ed. Xamã, 1996.

COGGLIOLA, Osvaldo. O Manifesto Comunista. São Paulo, Ed.Boitempo, 1998

CRÉDITO SEM EDUCAÇÃO. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, Editorial, 9 nov. 1999, p. 1/2.

OS CRITÉRIOS DO *PROVÃO*. *O Estado de S.Paulo*, São Paulo, 12 jun. 1999, Seção Notas e Informações, p. 1/3.

CUNHA, L. A. Nova reforma do ensino superior: a lógica reconstruída. In Cadernos de Pesquisa, Fundação Carlos Chagas, Ed. Cortez, julho de 1997, nº 101.

DELORS, Jacques. Educação: Um tesouro a descobrir. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. São Paulo, Ed. Cortez, 1998.

DIAS, Ana Rosa Ferreira. O discurso da violência; as marcas da oralidade no jornalismo popular. São Paulo, Ed. Cortez, 1996.

DI FRANCO, C. A . Jornalismo, ética e qualidade. Rio de janeiro, Ed. Vozes, 1995.

DOWBOR, Ladislau (org). Desafios da *globalização*. Petrópolis, Vozes, 1997.

DUPAS, Gilberto. Economia global e exclusão social: pobreza, emprego, Estado e o futuro do capitalismo. São Paulo, Paz e Terra, 1999.

DUPAS, Gilberto. *O Estado de S.Paulo*, São Paulo, 6 jun 1999, Seção Política, p. A/11.

DURHAN, Eunice Ribeiro. A política para o ensino superior brasileiro ante o desafio do novo século. In Catani, Afrânio Mendes (org.). Novas perspectivas nas políticas de educação superior na América Latina no limiar do século XXI. Campinas, Ed. Autores Associados, 1998.

EDUCAÇÃO COMO PRIORIDADE. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 29 dez.1997, Editorial, p. 1/2.

O ENSINO EM REFORMA. *O Estado de S.Paulo*, São Paulo, 4 agosto 1997, Seção Notas e Informações, p.1/3.

ENSINO PAGO É UMA QUESTÃO POLÊMICA NO PAÍS. *O Estado de S.Paulo* , São Paulo, 26 jun. 1998, Seção Geral.

ENSINO RUIM E ELITISTA. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 7 maio 1997, Editorial, p. 1/2.

ENTIDADES DO RIO VÃO À JUSTIÇA. *O Estado de S.Paulo*, São Paulo, 9 nov. 1996, Seção Geral.

EXAME NACIONAL DE CURSOS, Um instrumento de avaliação para a melhoria da qualidade do ensino de graduação. Documento Básico, Brasília, setembro de 1996

FÁBRICAS DE DIPLOMAS. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 13 março 1997, Editorial, p. 1/2.

O FARDO DA EXCLUSÃO. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 15 jul. 1997, Editorial p. 1/2

FARIAS, Evilásio. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 5 jul. 1999, Caderno de Economia, p. B2.

FECESP - Federação dos Empregados no Comércio do Estado de São Paulo, ANO VIII, nº 113 - MARÇO/98.

FERREIRA, Sérgio Henrique. Carta de Maringá, Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, 1998.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Os delírios da razão; crise do capital e metamorfose conceitual no campo educacional. In GENTILI, Pablo (org.) Pedagogia da exclusão: crítica ao neoliberalismo em educação. Petrópolis, Vozes, 1997 p. 77-108.

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17 18

GAIO, André Moysés. Reações das instituições militares ao processo de globalização. In Dowbor, L. Desafios da *globalização*. Rio de Janeiro, Ed. Vozes, 1998.

GENTILI, Pablo e SADER, Emir. Pós-neoliberalismo: As políticas sociais e o Estado Democrático. São Paulo, Ed. Paz e Terra, 1996.

GENTILI, Pablo. Pedagogia da exclusão: crítica ao neoliberalismo em educação. Rio de Janeiro, Vozes, 1995.

A *GLOBALIZAÇÃO* E O JOGO DO PODER. *O Estado de S.Paulo*, São Paulo, 21 dez. 1996, Editorial, p.1/3.

GOLDENSTEIN, G. T. do jornalismo político à industria cultural. São Paulo, Ed. Summus, 1987.

GONÇALVES, Reinaldo. *globalização* e desnacionalização. São Paulo, Ed. Paz e Terra, 1999.

GUADILLA, Carmem Garcia. Identificação das mudanças no discurso sobre a universidade latino americana. In PAIVA, Vanilda e WARDE, Miriam riam Jorge. Dilemas do Ensino superior na América Latina, Campinas, Ed. Papirus, 1994.

IANNI, Otávio. A sociedade global. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1997.

Instituto Gutenberg, boletim Nº 8, Março-Abril de 1996

OS INGLESES NOS MOSTRAM O CAMINHO. *O Estado de S.Paulo*, São Paulo, 18 agosto 1997, Notas e Informações, p. 1/3.

JORNAL DOS JORNAIS, a Revista da Imprensa. São Paulo, Ed. Jornal dos Jornais, ano 1, número 5, agosto de 1999.

JOSÉ, Emiliano. Imprensa e poder; ligações perigosas. São Paulo, Hucitec, 1996.

A LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO. *O Estado de S.Paulo*, São Paulo, 23 dez. 1996, Notas e Informações, p. 1/3.

MANTEGA, Guido. Determinantes e Evolução Recente das Desigualdades no Brasil. Edição Brasileira do Observatório da Cidadania, 1998.

MANUAL DE REDAÇÃO DA FOLHA, http://www.uol.com.br/folha/arquivos/

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 1 12 13 14 15 16 17 18

MARRACH, Sonia. Texto introdutório in Conciliação, neoliberalismo e Educação. São Paulo, ANNABLUME, Fundação UNESP, 1996, p.7-25

MARTINEZ, Paulo. Mercosul; a intimidade do sonho. São Paulo, FTD, 1997.

MARTINS, Eduardo. Manual de Redação e Estilo ; *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, Publicação S.A O Estado de S.Paulo, 1997.

MATTOS, Sérgio. Mídia impressa e mídia eletrônica. Revista Brasileira de Jornalismo, ano III, número 04, maio/agosto 1997.

MELLO, Guiomar Namo de. Cidadania e competitividade: desafios educacionais do terceiro milênio. São Paulo, Cortez, 1997.

OS MÉRITOS DO *PROVÃO*. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 9 jun. 1998, Editorial p. 1/2

NOVA AMEAÇA AO *PROVÃO*. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 4 maio 1999, Editorial, P. 1/2.

A NOVA LEI DO ENSINO. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 21 dez. 1996, Edito-Rial, p. 1/2.

O NOVO CRÉDITO EDUCATIVO. *O Estado de S.Paulo*, São Paulo, 8 agosto 1999, Notas e Informações, p. 1/3.

OS OBJETIVOS DO *PROVÃO*. *O Estado de S.Paulo*, São Paulo, 30 out.1996, Seção Notas e Informações, p. 1/3.

OFFE, Claus. Desemprego é prioridade da social-democracia. Jornal O Estado de S.Paulo, Sessão Política, p. A-11, 06/06/99.

ORTIZ, Renato. A moderna tradição brasileira: cultura brasileira e indústria cultural. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1998.

PAIVA, V. e WARDE, M.J. Os dilemas do ensino superior na América Latina. São Paulo, Ed. Papirus, 1994.

PEREIRA, Bresser. Jornal *O Estado de S. Paulo*, 10 de jan.1999, Seção Geral.

PEREZ, Luis. Provão pode virar critério para seleção. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 24 nov. 1996, Editoria Emprego, Reportagem Local, p. 8/1.

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 1 12 13 14 15 16 17 18

Perfil Básico jornal *Folha de S.Paulo*, pesquisa realizada pela Marplan Brasil no periodo de janeiro a março de 2000, Grande São Paulo, 27/06/2000.

PESARO, Floriano. Financiamento Estudantil: financiando o futuro de bons alunos. Ministério da Educação, 1999.

PROJETO EDITORIAL 1997, Caos da informação exige jornalismo mais seletivo, qualificado e didático, jornal *Folha de S.Paulo*, http://www.uol.com.br/folha/arquivos/

PROVÃO. Folha de S.Paulo, São Paulo, 25 nov. 1996, Editoria Opinião, Seção Painel do Leitor, p. 1/3.

O *PROVÃO. Folha de S.Paulo*, São Paulo, 2 maio 1997, Editorial, p.1/2.

PROVÃO É CONSIDERADO FÁCIL E BOICOTE NÃO TEM SUCESSO. *O Estado de S.Paulo*, São Paulo, 11 nov 1996, Primeira Página.

O *PROVÃO* 2. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 1 jul. 1997, Editorial, p.1/2.

PROVÃO, O PRIMEIRO PASSO. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 7 nov. 1996, Editorial, p. 1/2.

O *PROVÃO* PROVOU QUE PROVA. *O Estado de S.Paulo*, São Paulo, 4 jul. 1999, Seção Notas e Informações, p. 1/3.

O *PROVÃO* SE IMPÕE. *O Estado de S.Paulo*, São Paulo, 6 jun. 1998, Seção Notas e Informações, p. 1/3.

AS REFORMAS E O DESAFIO DA *GLOBALIZAÇÃO. Estado de S.Paulo*, São Paulo, 2 jul. 199, Seção Notas e Informações, p. 1/3.

RELATÓRIO SÍNTESE 1997, Exame Nacional de Cursos, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, Brasília, 1997.

RELATÓRIO SÍNTESE 1998, Exame Nacional de Cursos, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, Brasília, 1998.

RESPOSTAS DISCURSIVAS SÓ SAEM EM DEZEMBRO. *O Estado de S.Paulo*, São Paulo, 8 nov. 1996, Seção Geral.

RESULTADOS DO PROVÃO. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 27 abril 1997, Editorial, p. 1/2.

REVISTA DO PROVÃO. A universidade rumo ao século XXI. Brasília, ano III, número 1, 1998.

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 1 12 13 14 15 16 17 18

REVISTA DO PROVÃO. A universidade rumo ao século XXI. Brasília, ano III, número 2, 1998.

REVISTA DO PROVÃO. A universidade rumo ao século XXI. Brasília, ano III, número 3, 1998.

RICUPERO, Rubens. Sai dessa!. Jornal *Folha de S.Paulo*, Caderno Dinheiro, Seção Opinião Econômica, p. 2-2, 11/07/99.

ROSSETI, Fernando. Militância da UNE é profissionalizada, *Folha de S.Paulo* , São Paulo, 17 nov. 1996, Editoria Cotidiano, p. 3/8.

_____ Exame faz perfil sóciocultural de alunos", *Folha de S.Paulo,* São Paulo, 11 nov. 1996, Editoria Cotidiano, p.3/8.

_____ Melhores universidades rejeitam provão, *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 10 nov. 1996, Editoria Cotidiano, p. 3/2.

O SALDO DO PROVÃO. *O Estado de S.Paulo*, São Paulo, 11 nov. 1996, Seção Notas e Informações, p. 1/3.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Retrato em branco e negro; jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX. São Paulo, Companhia das Letras, 1987.

SGUISSARDI, Valdemar. Para avaliar propostas de avaliação do ensino superior In Avaliação Universitária em questão; reformas do Estado e da educação superior. Campinas, Ed. Autores Associados, 1997, p. 41-70

SILVA, Carlos Eduardo Lins. Sociedade global tira poder de pressão dos sindicatos. Jornal *Folha de S.Paulo*, p. 3, Especial Trabalho - ano 2000, 30/05/99.

SILVA, Franklin Leopoldo. Conciliação, neoliberalismo e educação. São Paulo, ANNABLUME, Fundação UNESP, 1996.

SILVA JÜNIOR, João dos Reis. Tendências do ensino superior diante da atual reestruturação do processo produtivo. In CATANI, Afrânio Men-Mendes Universidade na América Latina: tendências e perspectivas. São Paulo, Cortez, 1996, p. 11-33

SILVA, Sonia Cristina. Para ministro, presença no provão foi de 90%. O Estado de S.Paulo, 11 nov. 1996, Seção Geral.

_____ 93% dos formandos compareceram ao provão. O Estado de S.Paulo, São Paulo, 5 dez. 1996, Seção Geral.

SILVA, Tomaz Tadeu. Neoliberalismo, qualidade total e educação. Petrópolis, Ed. Vozes, 1994.

SOUZA, Paulo Renato Políticas e fatos, sem propaganda. MEC – Ministério da Educação e Cultura - 1998.

TAVARES, M. C. e FIORI, J. L. (orgs). Poder e dinheiro: uma economia política da *globalização*. Rio de janeiro, ed. Vozes, 1998.

TAVARES, M.C. e FIORI, J.L. Desajuste global e modernização conservadora São Paulo, Ed. Paz e Terra, 1996.

TORRES, Carlos Alberto. Estado, privatização e política educacional; elementos para uma crítica do neoliberalismo. In Pedagogia da exclusão: crítica ao neoliberalismo em educação Petrópolis, Vozez, 1995.

TORRES, Rosa Maria. Melhorar a qualidade da educação básica? As estratégias do Banco Mundial. In O Banco Mundial e as políticas educacionais. São Paulo. Ed. Cortez, 1996, p. 125-193

UNE realizou protestos em todo o país, *O Estado de S.Paulo*, São Paulo, 11 nov. 1996, Seção Geral.

VESSURI, Hebe M. C. Acadêmicos empresários. - porque e como alguns professores escolhem trabalhar com o setor produtivo a partir do meio acadêmico. In PAIVA, Vanilda e WARDE, Miriam Jorge. Dilemas do ensino superior na América Latina. Campinas, Ed. Papirus, 1994.

VIEIRA, Liszt. Cidadania e *globalização*. Rio de Janeiro, Ed. Record, 1997

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17

Anexos

Anexo 1 – Moisés Rabinovici, editor-chefe do Portão Estadão, e-mail recebido 20/09/2000.

De: rabino@agestado.com.br <rabino@agestado.com.br>
Para: Walkiria Ferrer <walkiria_f@uol.com.br>
Data: Quarta-feira, 20 de Setembro de 2000 09:11
Assunto: Re: email correto

Bom dia, Walkiria. Vá em frente com sua tese, e boa sorte. Muito nos satisfaz ser sua fonte de pesquisas. Não entendi direito o que você quis dizer com "responsabilidade pelo conteúdo" do portal. Em jornalismo on-line todos os somos, responsáveis pelo que é veiculado. Fica um abraço e o convite para que nos escreva de novo se deparar com alguma dificuldade.
moisés rabinovici
editor-chefe do Portal Estadao.

"Walkiria Ferrer" <walkiria_f@uol.com.br>

To: <rabino@agestado.com.br>
cc:
Subject: email correto

20/09/00 09:03

Anexo 2 – Floriano Pesaro, Diretor do FIES, e-mail recebido 08/09/1999.

De: FIES <FIES@sesu.mec.gov.br>
Para: 'Walkiria Martinez Heinrich Ferrer' <catu>
Data: Quarta-feira, 8 de Setembro de 1999 15:54
Assunto: RE: Recursos do FIES

Cara Walkiria,

> Envio-lhe, em anexo, informações sobre o novo programa de
> financiamento estudantil do Governo Federal. Você poderá obter mais
> informações em nosso site na internet, www.mec.gov.br.
>
> Atenciosamente,
>
> Floriano Pesaro
> Diretor do FIES
Ministério da Educação
www.mec.gov.br

<<FIES>>
> ----------
> De: Walkiria Martinez Heinrich Ferrer[SMTP:catu@mii.zaz.com.br]
> Enviada: sábado, 21 de agosto de 1999 15:23
> Para: fies@sesu.mec.gov.br
> Assunto: Recursos do FIES
>
> Sou doutoranda em educação pela Unesp/Marília e preciso de
> informações mais precisas quanto aos recursos destinados ao FIES e sua
> fontes de financiamento. Ainda, se possível, dados estatísticos quanto ao
> aumento de recursos e facilidade nas formas de pagamento em comparação ao
> extinto CREDUC. Estas informações são de extrema importância ao
> desenvolvimento de minha tese e ficarei muito grata se puder ter um
> retorno.
>
> Agradeço antecipadamente
> Walkiria M.H.Ferrer
>

Anexo 3 – Adriana Amaral, ACS/CNPq, e-mail recebido 24/08/1999.

De: Adriana Amaral <aborges@cnpq.br>
Para: catu <catu>
Data: Terça-feira, 24 de Agosto de 1999 14:47
Assunto: REsposta

Prezada Walkiria,

Mestrado:

	Nº de bolsas	Investimento (R$ mil)
96 -	9617,5	105.414
97 -	7764,1	83.753
98 -	6255,5	55.838

Doutorado:

	nº de bolsas	Investimento (R$ mil)
96 -	4583,8	73.098
97 -	5032,5	78.386
98 -	5205,3	75.809

Previsão para 1999

Mestrado

nº de bolsas	Investimento (R$)
5938	54.093.000

Doutorado

nº de bolsas	Investimento (R$ mil)
5875	96.824.700

Esclarecemos, ainda, que a política do CNPq tem sido de formar pesquisadores e por isso tem estimulado a concessão de bolsas de Doutorado, tendo havido, portanto, uma redução do número de bolsas de Mestrado. Em compensação, de acordo com nossos dados, a modalidade de bolsa Doutora tem aumentado cerca de 10 a 15% ao ano.

Atenciosamente,
Adriana Amaral - ACS/CNPq

Anexo 4 – Eduardo Martins, jornal *O Estado de S.Paulo*, e-mail recebido 21/09/2000.

De: Eduardo Martins <emartins@estado.com.br>
Para: Walkiria Ferrer <walkiria_f@uol.com.br>
Data: Quinta-feira, 21 de Setembro de 2000 16:56
Assunto: "Estado"

Prezada Walkiria:

O verbete "Opinião", do "Manual" do "Estado", expõe claramente a posição do jornal sobre esse assunto.

Por exemplo, está dito que o texto noticioso deve ser essencialmente informativo. O verbete explica ainda que, para interpretar os fatos, o jornal tem editorialistas, articulistas, críticos, comentaristas, correspondentes e outros que, em textos assinados, poderão expor suas opiniões, nem sempre coincidentes com as do "Estado".

O verbete conclui com a observação de que, "em casos excepcionais", reportagens mais amplas e delicadas poderão incluir algum tipo de interpretação. É obrigatório, porém, que sejam submetidas à Direção da Redação.

Ou seja, textos noticiosos poderão eventualmente apresentar algum grau de interpretação ou comentário, dependendo da orientação da Direção de Redação. Mas, repito, são casos excepcionais e não a norma.

O jornal hoje assina quase todas as reportagens e notícias de uma certa extensão ou dificuldade de apuração, mas a assinatura pura e simples não autoriza o autor do texto a se desviar do relato objetivo dos fatos.

Para o jornal, portanto, evitar a mistura de informação com interpretação continua sendo um princípio a seguir.

Passei para o setor de Relações Públicas da Redação (d. Marta) o seu pedido de esclarecimento sobre as três repórteres (se eram contratadas em 1996). A empresa tem normas internas a respeito desse tipo de pedido de informações.

Atenciosamente,

Eduardo Martins.

Anexo 5 – "O saldo do provão", jornal OESP, 11/11/96.

O saldo do provão

A UNE e outras entidades que pegaram carona na tentativa de boicote ao provão, como a CUT, foram as grandes derrotadas do episódio. A maioria dos formandos em Direito, Administração e Engenharia Civil compareceu aos locais dos exames de avaliação. Os estudantes em fim de curso rejeitaram a convocação da UNE para que faltassem aos exames ou entregassem as provas em branco. E os únicos incidentes registrados foram provocados pelas "lideranças" da UNE nos poucos lugares em que, incapazes de persuadir os estudantes, resolveram tumultuar os exames. O sr. Lindbergh Farias, por exemplo, ex-presidente da UNE, esqueceu-se de que está um pouco mais velho e é deputado federal e trocou pescoções com os seguranças do Colégio Pedro II, no Rio, até ser dominado. Outros dirigentes da UNE, menos notórios e, portanto, não tendo necessidade de aparecer no noticiário de maneira tão contundente, tentaram convencer os formandos a não fazer o provão com argumentos tolos, que os próprios estudantes repeliram.

O governo não foi derrotado, mas também não foi o grande vencedor. Manteve-se firme na disposição de começar a avaliação da Universidade pelo provão, mas ainda não se sabe se o porcentual de provas em branco será suficiente para alterar significativamente o resultado do teste. Por outro lado, mais uma vez, perdeu a batalha da comunicação. O Ministério da Educação utilizou, muito tarde, o argumento correto de que a prova em branco teria um peso negativo para a avaliação da escola. Em outras palavras, o formando que entregasse a prova limpa estaria contrariando os próprios interesses, já que sua atitude contribuiria para o rebaixamento, no ranking geral, da faculdade onde estudou.

Na avaliação geral do episódio, saíram-se bem as escolas particulares. Pelos primeiros números, nelas o comparecimento foi elevado e a proporção de provas em branco foi menor que a registrada nas universidades públicas. Os dados preliminares reforçam, mais uma vez, as diferenças que parecem existir entre o ensino gratuito e o ensino pago: as faculdades públicas têm a fama de ser melhores, mas seus alunos revelam menor preocupação com a vida profissional; e as faculdades particulares, com reputação de menor apuro acadêmico, incutiriam em seus alunos atitudes mais positivas diante da concorrência profissional que os espera depois da formatura.

O fato é que o Ministério da Educação já prepara modificações para os exames de avaliação do próximo ano. Cogita, por exemplo, de pedir aos alunos que se inscrevam para o provão no ato da matrícula no último ano do curso. Estaria implícito nessa idéia que o provão deixaria de ser obrigatório. Se assim fosse, alterar-se- ia a natureza da avaliação, ainda que em benefício do princípio de que o peso maior da fiscalização do desempenho das universidades não deve recair sobre os alunos.

O provão, de fato, só tem sentido se for acompanhado de outros métodos de avaliação das atividades de ensino e pesquisa das universidades. O MEC anuncia que enviará às universidades, até o final deste mês, questionário sobre a titulação e carga horária de cada professor. Além disso, fará o recredenciamento de cada escola superior em períodos de cinco anos. Conforme o desempenho da escola, o recredenciamento poderá ser negado.

A ser verdadeira a informação, o grau de ignorância do MEC é surpreendente, já que o mínimo que se poderia supor é que tais dados fizessem parte dos arquivos e do cotidiano de um ministério que conta com uma rede de delegacias e inspetorias em todo o território nacional. Além disso, o extinto Conselho Federal de Educação mantinha uma burocracia, esta não extinta, para cuidar das condições de funcionamento das escolas superiores. Se o Ministério da Educação tem de fazer tudo de novo, a situação é grave. Se tem de fazer tudo pela primeira vez, a situação é gravíssima. Alguém terá cometido um crime contra a educação dos jovens deste país.

http://www.estado.com.br/jornal/96/11/11/NOT3TER.HTM



Anexo 6 – "Une realizou protestos em todo o país", jornal OESP, 10/11/96.

UNE realizou protestos em todo o País

A distribuição de panfletos contra o provão não impediu que a avaliação realizada ontem, em *Campinas*, transcorresse em clima de tranqüilidade. Desde de manhã, representantes de entidades estudantis contrárias ao provão iniciaram panfletagem na porta das escolas.

Apesar da tentativa da UNE de colocar piquetes na frente das escolas para convencer os estudantes a entregar as provas em branco, não incidente nas 40 escolas de *Porto Alegre* onde foi realizado o provão. Os 3.237 formandos de direito, engenharia civil e administração do Estado compareceram e entregaram as provas conforme a orientação do Ministério da Educação.

Menos de 10% dos 250 formandos dos cursos de direito, administração e engenharia civil da Universidade Federal de Alagoas (Ufal) e do Centro de Ensino Superior de Maceió (Cesmac) fizeram o provão. Para o presidente do Diretório Central dos Estudantes da Ufal, Gilberto Coutinho, a campanha Entregue em Branco o Provão foi vitoriosa em Alagoas. "Os estudantes aderiram à campanha e 90% entregaram a prova em branco", disse Coutinho, em *Maceió*.

Irritados e reclamando muito, 751 formandos se submeteram ontem ao provão na Bahia. Representantes da UNE e do DCE da Universidade Federal da Bahia (UFBA) promoveram manifestações na frente dos dois colégios onde as provas foram realizadas em *Salvador*.

Apesar da campanha da UNE contra o provão, em *Goiânia*, a maioria dos 1.275 estudantes fizeram o exame, mas os alunos não esconderam a insatisfação com a determinação do Ministério de Educação (MEC).

http://www.estado.com.br/jornal/96/11/10/BRA.HTM

Anexo 7 – "Adesão de estudantes garante sucesso do provão", jornal OESP, 10/11/96.

Adesão de estudantes garante sucesso do provão

Na maioria das cidades não houve incidentes, mas no Rio ocorreram tumultos

DANIELA BROITMAN

Oprovão, realizado ontem em todo o País para avaliar os cursos de engenharia civil, administração e direito, transcorreu tranqüilamente na maioria dos Estados, de acordo com o diretor do Departamento de Apoio Técnico à Avaliação dos Cursos do Ministério da Educação (MEC), Jocimar Archangelo. Houve protestos em várias cidades, mas apenas no Rio, onde um fiscal foi parar no hospital, o tumulto foi mais grave. Manifestantes da União Nacional de Estudantes (UNE) invadiram alguns colégios e conseguiram até pegar o exame. No Colégio Pedro II de São Cristóvão, houve ameaça de bomba, mas foi feita uma varredura no local e nada foi encontrado.

Foram cadastrados 55.629 candidatos para o provão, sendo 26.362 (47%) de São Paulo. Eles estão matriculados em 234 cursos, instalados em 97 cidades paulistas. São 54 cursos de direito (28 cidades), 148 de administração (46 cidades) e 32 de engenharia civil (23 cidades). Em todo o Brasil, serão avaliados 627 cursos em 411 cidades.

Críticas

- O MEC recriminou a atitude da UNE, mas já esperava pelo "estardalhaço", de acordo com a secretária de Formação e Avaliação do MEC, Maria Helena Guimarães Castro. Ela também fez questão de deixar claro que "o provão é um instrumento de avaliação de aprendizagem e não do ensino, como alguns órgãos de imprensa têm publicado".

De modo geral, o comparecimento ao provão foi maciço em todo o País. No exame de direito, a ausência de candidatos foi pequena. Na Capital, por exemplo, apenas 2,4% não compareceram. No Interior, o índice foi ainda mais baixo (2,1%).

Os alunos que chegaram até meia hora após o início da prova conseguiram entrar. Os que entregaram o exame antes de uma hora e meia puderam sair da sala, mas não foi permitido levar o teste, já que a maior preocupação do MEC era em relação ao sigilo.

Apesar do forte calor em São Paulo, a universitária Emy Kitajato, das Faculdades Metropolitanas Unidas (FMU), carregava uma pilha de livros,

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 1 12 13 14 15 16 17 18

liberados para consulta durante o provão. "Creio que o exame é válido, mas o número de questões, talvez, seja insuficiente para avaliar o ensino", afirmou.

Nos colégios onde candidatos de direito fizeram o exame, nenhum aluno deixou de fazer a prova por falta de documentos. A identificação foi feita por meio de impressões digitais, mesmo para os que tinham o RG. "O estudante teve de autenticar digitalmente sua prova", disse o diretor-presidente da fundação, Rubens Murillo Marques. "É um processo de rotina, feito também em concursos públicos, que serve para moralizar e dar segurança aos alunos." Dessa maneira, Marques acredita que as fraudes foram evitadas.

Já a Cesgranrio não contou com a identificação digital. Para evitar ausência por falta de documentos, o MEC recomendou aos colégios que não tinham esse método pedir emprestado às escolas onde a prova de direito estava sendo realizada.

Mais informações sobre o provão nas páginas 12 e 13; veja também no caderno Extra a resolução das provas de direito e administração

http://www.estado.com.br/jornal/96/11/10/ABRY10.HTM

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 1 12 13 14 15 16 17 18

Anexo 8- "provão é considerado fácil e boicote não tem sucesso", jornal OESP, 11/11/96.

Provão é considerado fácil e boicote não tem sucesso

O provão aplicado ontem pelo MEC aos formandos de engenharia, administração e direito teve adesão maciça em todo o País. Na Capital, cerca de 98% fizeram o exame de direito. A maioria não teve dificuldades na prova. Segundo pesquisa InformEstado, só 2,6% consideraram as questões complicadas. Apesar do movimento contra o provão, liderado pela UNE, o dia foi calmo nas cidades. Apenas no Rio houve tumulto e agressões. Uma fiscal foi internada na UTI.Páginas A11 e A13

Caderno Especial traz as respostas dos exames de direito e administração.

http://www.estado.com.br/jornal/96/11/10/PROV10P.HTM

Anexo 9 – "Avaliação fracassou por falta e exame em branco, diz presidente da UNE", jornal OESP, 11/11/96.

Avaliação fracassou por falta e exame em branco, diz presidente da UNE

Liderança da entidade participará de reunião no MEC para pedir substituição do provão

Opresidente da União Nacional dos Estudantes (UNE), Orlando Silva Júnior, propôs a anulação do provão, alegando quebra de sigilo no Rio e falta de organização. "Houve locais onde faltaram provas, onde alunos não tinham onde ficar", disse. Para ele, a experiência de domingo foi fracassada. "Prova disso é o número de faltosos: cerca de 11 mil (20%), fora aqueles que entregaram o exame em branco."

Silva Júnior disse que a UNE não havia feito campanha para que os estudantes faltassem, mas apenas para que não respondessem às perguntas. "Foi uma derrota do governo", afirmou Silva. O presidente pretende reunir-se quarta-feira com representantes do MEC, em Brasília, para sugerir outras formas de avaliação do ensino superior.

Desorganização

- "Depois das irregularidades ocorridas no domingo, com tanta desorganização, achamos que só resta ao ministro anular o exame", disse no *Rio* o vice-presidente da UNE, Bento José Ferreira. Ele afirmou que o fato mais grave foi o vazamento do conteúdo das provas de Engenharia Civil e Administração feitas no Colégio Pedro II, de São Cristóvão, Zona Norte.

"Diretores da UNE estavam com as provas 15 minutos antes do horário previsto para o início do provão", declarou Bento. "Independentemente da forma como conseguiram, isso significa falta de organização." Segundo Bento, o MEC tinha de garantir a segurança e o sigilo das provas até que elas fossem entregues aos estudantes.

O presidente da UNE afirmou que a campanha contra o provão vai continuar. No Judiciário, há três ações pedindo a anulação do provão. As ações tiveram pedido de liminar negados, mas não foram julgadas no mérito. A outra frente está no Congresso Nacional, com requerimento do deputado do PDT-BA Sérgio Carneiro para extinguir o provão.

Dados sobre a adesão à campanha para entregar a prova em branco estão incompletos. Boletim parcial, divulgado pela UNE, informa que a adesão foi de 55% dos alunos de direito da USP, 90% da engenharia civil e 40% dos de administração.

Na Universidade Federal de Minas Gerais, a adesão foi de 40% nos três cursos. Em Salvador, segundo informa o boletim, 81% dos estudantes deixaram a prova em branco. O resultado, na avaliação do presidente da UNE, era previsto: "Havia uma insatisfação geral."

http://www.estado.com.br/jornal/96/11/11/UNE11.HTM

Anexo 10 – "Para ministro, presença no provão foi de 90%", jornal OESP, 11/11/96.

Para ministro, presença no provão foi de 90%

Fundação Carlos Chagas registrou só 35 testes em branco na capital de São Paulo

SÔNIA CRISTINA SILVA

BRASÍLIA - São Paulo apresentou baixos índices de ausência de formandos no primeiro provão, realizado no domingo. Na Capital, apenas 9% dos alunos de administração faltaram. No Interior, o porcentual foi de 6%. No curso de engenharia civil, os porcentuais de abstenção foram de 8% na Capital e 7% no Interior. "Acreditamos que o porcentual médio de comparecimento no País ultrapassará 90%", afirmou o ministro da Educação, Paulo Renato Souza.

Os porcentuais de provas entregues em branco ainda estão sendo computados. A Fundação Carlos Chagas liberou apenas dados da capital paulista em relação aos exames do curso de direito. Dentre os 3.360 formandos da Capital, apenas 35 apresentaram as provas em branco. Em 17 cidades do Interior, somente quatro provas foram entregues nessas condições. As provas foram realizadas em 210 cidades, alcançando 55.629 alunos de 627 cursos.

"Seria impossível termos hoje (ontem) os porcentuais das provas entregues em branco", disse o ministro. Ele acredita, contudo, que a maioria dos formandos entregou provas preenchidas. Há casos, entretanto, como Alagoas, onde alunos de engenharia civil obtiveram liminar para garantir a entrega das provas em branco, ou no colégio Pedro II, em São Cristóvão (RJ), onde 800 alunos não fizeram a prova.

Caso o porcentual de provas inválidas (em branco) seja alto, o curso não será avaliado neste quesito, informou o ministro Paulo Renato Souza. Isso não impedirá a avaliação com base nos demais indicadores, como a qualificação dos professores e infra-estrutura das instituições. "Se o número de provas em branco for alto, o curso será avaliado pelo indicador provão só no próximo ano", explicou o ministro. Para ele, não é prejudicial o porcentual de 35,2% de formandos de engenharia de São Paulo que teriam deixado o exame em branco, segundo o InformEstado.

Correção

- O superintendente da Fundação Carlos Chagas, Ricardo Iglesias, informou ontem que o resultado completo do provão será enviado ao MEC em janeiro. Assim que a fundação receber todas as provas será iniciada a avaliação, dividida em duas partes. As questões de múltipla escolha serão avaliadas por leitura óptica. Concomitantemente, a banca examinadora realizará a correção das questões dissertativas. O custo da realização do provão não foi informado por Iglesias.

http://www.estado.com.br/jornal/96/11/11/ABE11.HTM

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 1 12 13 14 15 16 17 18

Anexo 11- "93% compareceram ao provão", jornal OESP, 05/12/96.

93% dos formandos compareceram ao provão

Presença dos alunos foi classificada pelo ministro Paulo Renato como uma vitória diante do boicote da UNE e uma prova de que os universitários entenderam a necessidade de avaliar os cursos

SÔNIA CRISTINA SILVA

BRASÍLIA - O Exame Nacional de Cursos (provão) foi realizado por 93,59% dos graduandos de administração, engenharia civil e direito. O resultado foi comemorado ontem pelo ministro da Educação, Paulo Renato Souza. A pesquisa não informa o número de alunos que de fato respondeu às questões do exame. Pelos dados divulgados pelo ministro, apenas 3,88% das provas foram deixadas em branco. Mas esse porcentual não inclui aqueles que não fizeram a prova, mas preencheram o questionário socioeconômico.

No dia do provão, 11 de novembro, os graduandos responderam a um questionário em que opinaram sobre a infra-estrutura (bibliotecas, laboratórios) de sua universidade e do corpo docente. De acordo com o coordenador do exame, Jocimar Archangelo, uma mesma ficha de leitura óptica é usada para o questionário e para a prova, ou seja, quem apenas respondeu ao questionário aparece como se tivesse feito também o exame.

Para a avaliação do curso, serão preparados relatórios individuais sobre o questionário e sobre as provas, que serão cruzados. Assim, um curso com boa infra-estrutura pode ter uma queda da média se seus alunos não fizeram o teste e, portanto, tiraram nota zero. "Vamos colocar a nota informando que a média foi comprometida pela não realização do exame", disse Archangelo, acrescentando que os cursos serão avaliados por quatro anos.

Nos Estados onde são altos os porcentuais de cartões em branco - questionário e provas não preenchidos - não haverá avaliação do curso no que se refere ao provão. Em Alagoas, por exemplo, possivelmente não ocorrerá avaliação nos três cursos. O índice de cartões em branco no Estado em direito foi de 75,63%. Em administração, de 84,38%, e, em engenharia civil, chegou a 100%. Também em engenharia civil tiveram índices negativos o Piauí (73,33%), Rio (60%) e Goiás (86,52%). Em São Paulo, o porcentual de cartões em branco em administração foi de apenas 0,20%, em direito de 0,26%. Em engenharia subiu para 5,04%.

A presença maciça dos alunos (93,59% de um total de 59.326) foi classificada pelo ministro como uma vitória diante do boicote preparado pela União Nacional dos Estudantes, além de uma demonstração de que os universitários entendem a necessidade da avaliação. "Esperava até 80% de presença", afirmou Paulo Renato, que já prepara para os dias 16 e 17 um debate sobre autonomia universitária e avaliação. As comissões especiais de avaliação visitarão primeiro os cursos que estiverem em pior situação. Até março serão divulgados os resultados da avaliação.

http://www.estado.com.br/jornal/96/12/05/PROVA05.HTM



Anexo 12 – "Os objetivos do provão", jornal OESP, 30/10/96.

Os objetivos do provão

Mais de 50 mil formandos dos cursos de Administração, Direito e Engenharia Civil participarão, no dia 10, do Exame Nacional de Cursos, criado pelo Ministério da Educação para avaliar o ensino superior brasileiro. A idéia de medir o nível de instrução que está sendo transmitido nas salas de aula das universidades é boa. Afinal, do ensino depende o sucesso do País em tempos de concorrência tão acirrada. É uma forma clara de exibir os verdadeiros educadores e aqueles que só vêem no setor uma boa fonte de renda, sem a preocupação com a boa formação dos milhares de jovens profissionais que lançam ao mercado. Os resultados do exame vão, assim, incentivar uma boa concorrência entre as escolas de ensino superior e darão aos vestibulandos, principalmente, a chance de escolher a universidade em que vão estudar baseados em dados reais e não apenas motivados pela melhor campanha publicitária.

O ministro da Educação, Paulo Renato Souza, entende que a partir da publicação da Lei 9.131, aprovada em novembro de 1995, já foi possível notar uma movimentação nos meios universitários capaz de quebrar o que chama de "pacto da mediocridade". Entende-se por isso o acordo que há muito imperou entre educadores e alunos em que os primeiros fazem de conta que ensinam, os segundos, que aprendem; os primeiros garantem o diploma e os segundos, a pouca exigência. O Exame Nacional de Cursos vai, forçosamente, quebrar o acordo em nome da qualidade do ensino e da capacidade profissional.

A intenção demonstrada pelo governo não é avaliar e, conseqüentemente, punir o aluno mal conduzido à profissão escolhida, mas revelar as escolas que não estão cumprindo a verdadeira função de formar com bom nível e responsabilidade. Tanto que, como o ministério promete, a nota da avaliação será de conhecimento apenas do aluno que, no caso de se sentir capaz de um desempenho melhor, vai poder refazer o exame no ano seguinte.

Uma das preocupações dos educadores é que as universidades passem a dirigir seus cursos visando apenas à avaliação final. Como o exame é único para todo o País, a maior parte das suas questões será fundamentada nas disciplinas básicas que compõem o currículo mínimo nacional. São disciplinas normalmente teóricas, pouco exigidas no exercício diário das profissões. Teme-se que as aulas práticas, os projetos experimentais e os estágios, vistos normalmente como peças fundamentais para a atualização dos alunos junto ao mercado de trabalho, sejam ignorados. O ministro Paulo Renato Souza garante que outros itens, além do Exame Nacional de Cursos, serão levados em conta na avaliação das universidades. Espera-se que isso realmente ocorra.

O prejuízo não pode, de forma alguma, ser do aluno. Por isso, a vinculação da entrega do diploma à realização da prova, embora conste na lei que estabeleceu o exame, aparece como uma violência contra o universitário. O direito ao diploma é seu, se cumpriu todos os créditos e conquistou as notas necessárias para a aprovação. Não há por que negar esse seu direito por meio de ação não-pedagógica. Muito menos se deve transferir para o aluno responsabilidade que é única e exclusivamente do governo. Ele não tem obrigação nenhuma de testar a escola; quem tem é o poder público. Se o jovem não recebeu a atenção devida durante os anos de universidade não é ele que deve ser punido. É quem não cumpriu o dever de zelar pelo setor educacional.

http://www.estado.com.br/jornal/96/10/30/NOT2QUI.HTM



Anexo 13- "O provão surte efeitos", jornal OESP, 24/12/96.

O `provão' surte efeitos

Àprimeira vista, os resultados do Exame Nacional de Cursos deste ano não parecem nada animadores. Nos cursos avaliados pela segunda vez, os alunos alcançaram médias mais baixas do que no ano passado. É o caso dos cursos de Direito, cuja média caiu de 5,62 para 4,10, e de Engenharia Civil, de 2,45 para 1,83. A escala vai de 0 a 10. Os alunos cujos cursos foram avaliados pela primeira vez também não tiveram um bom desempenho: Odontologia teve média de 4,92, Medicina Veterinária, 4,07, e Engenharia Química, 2,71, acompanhando o mau resultado da Engenharia Civil. Entretanto, segundo o MEC, há uma explicação para isso: as provas foram mais difíceis este ano.

Mais importantes do que os resultados das provas, no entanto, são os efeitos do *provão* sobre as faculdades. Algumas delas foram prejudicadas pelo boicote promovido pela UNE, que levou muitos estudantes a entregar provas em branco, que entraram na composição das médias como nota 0. A USP e a Unicamp, por exemplo, foram redimidas pela divulgação dos resultados dos outros itens que compõem a avaliação do MEC: grau de titulação e nível de dedicação dos professores, volume de publicações e de pesquisas, adequação dos métodos pedagógicos, nível de proximidade com o mercado de trabalho, qualidade de laboratórios, bibliotecas e assim por diante.

Outras faculdades, sobretudo particulares, reagiram à classificação tomando providências para melhorar sua posição no próximo ano. Estão contratando professores titulados e ampliando o nível de dedicação dos já existentes, ao mesmo tempo em que procuram melhorar as condições de ensino. Algumas delas já estão colhendo frutos.

Assim, o Exame Nacional de Cursos impôs-se como uma realidade e esvaziou iniciativas de boicote dos alunos, que inicialmente prejudicaram os próprios cursos e, portanto, o valor de seus diplomas no mercado de trabalho. O ensino superior brasileiro só tem a ganhar com a criação de um *ranking* das faculdades. Além disso, o Exame Nacional de Cursos oferece ao MEC um instrumento de detecção de cursos conhecidos como fábricas de diplomas. Os cursos que obtêm médias baixas no provão são os primeiros a serem visitados por especialistas do Ministério, que procuram identificar os problemas que possam eventualmente estar comprometendo a qualidade do ensino - e fazer recomendações. Se, por três anos consecutivos, esses cursos tiverem conceitos D ou E, e se os especialistas verificarem que as providências não foram tomadas, eles podem ser descredenciados. Da mesma forma, as faculdades que tiverem bons resultados consecutivos serão premiadas com concessões para abertura de vagas e criação de novos cursos.

Essa política do Ministério da Educação oferece subsídios para pais e alunos julgarem as instituições de ensino, ao mesmo tempo em que desperta uma saudável concorrência entre essas instituições. Não há por que ser diferente. Os contribuintes, com seus impostos, e os alunos de faculdades privadas, com suas mensalidades, pagam para ter o ensino superior. É dever do Estado oferecer os meios para que ele seja conhecido e avaliado, e descredenciar os maus prestadores desse serviço.

http://www.estado.com.br/jornal/97/12/24/news221.html

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 1 12 13 14 15 16 17 18

Anexo 14 - "Os benefícios do provão", jornal OESP, 02/07/97.

Os benefícios do provão

Oêxito do Exame Nacional de Cursos deste ano é uma boa notícia por diversos motivos. Em primeiro lugar, pela utilidade em si do provão, como instrumento de avaliação dos cursos universitários. O que se espera é que o provão encerre um longo ciclo de suporte incondicional às universidades federais e de credenciamento irrestrito de faculdades particulares, sem mecanismos efetivos de prestação de contas do serviço oferecido. Além disso, o comparecimento em massa e o número exíguo de provas em branco são a derrota de uma liderança estudantil sectária, histérica e indiferente aos interesses dos alunos.

Segundo balanço preliminar do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), a ausência de formandos no exame caiu de 7%, no ano passado, para cerca de 5% este ano. A proporção de provas entregues em branco, que foi de 3,8% no ano passado, diminuiu para 2,5%. Sem comparecer ao provão, os formandos não recebem o diploma e têm de esperar um ano para recebê-lo. A nota obtida não influi na entrega do diploma, mas apenas o comparecimento. Com isso, as chamadas lideranças estudantis propõem que os alunos entreguem as provas em branco como forma de boicotar a avaliação dos cursos. Prova em branco conta como nota zero. Por isso, nos poucos lugares onde os líderes estudantis são ouvidos ou conseguem impor sua vontade à força, o resultado da avaliação acaba distorcido, prejudicando alguns cursos bons. Foi o caso de cursos da Politécnica da USP e o de engenharia civil da Unicamp, no ano passado.

Os estudantes aprenderam a lição. Perceberam que o boicote prejudica a imagem não só dos cursos, mas também deles mesmos, novos profissionais que enfrentarão o mercado de trabalho munidos de diplomas daquelas faculdades. Daí que o boicote só tenda a minguar, ano após ano. O que mais se registrou, este ano, não foram boicotes espontâneos, mas atos de gangsterismo e selvageria de militantes estudantis dispostos a tudo para fazer valer as suas idéias. No Rio de Janeiro, em Belo Horizonte, Brasília e Vitória da Conquista, pequenos grupos enfrentaram os seguranças e invadiram as escolas, para roubar provas, agredir os que participavam e paralisar temporariamente os trabalhos. Foram casos isolados, como demonstra o alto índice de comparecimento e preenchimento das provas.

Resta entender por que supostas lideranças estudantis são contra o provão. Dizem que não se pode avaliar faculdades só pelas provas. Não se avalia. O governo está verificando também o coeficiente de professores pós-graduados, suas cargas horárias e demais condições de ensino. Mas é apenas natural que se dê ênfase ao desempenho dos alunos. No frigir dos ovos, é isso o que conta. Os brasileiros de maneira geral, e os envolvidos com a educação em particular, não estão acostumados com cobranças e avaliações de desempenho. É natural que estranhem. Mas é do interesse dos estudantes e do País como um todo que o ensino seja avaliado e que se faça um ranking dos cursos superiores. A qualidade do ensino não pode ser segredo para ninguém. A divulgação dos resultados permite avaliar o que anda errado com certos cursos e suscita uma concorrência salutar entre as faculdades.

http://www.estado.com.br/jornal/97/07/02/news016.html

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 1 12 13 14 15 16 17 18

Anexo 15 – "O ensino em reforma", jornal OESP, 04/08/97.

O ensino em reforma

Oensino no Brasil começa finalmente a ser arrancado do marasmo em que vivia fazia muito tempo. O ensino fundamental foi eleito prioridade, o ensino médio é objeto de reforma e o ensino superior passou a ser submetido ao Exame Nacional de Cursos, o provão. Em todos os níveis, o trabalho apenas começou. Ainda falta muito para "enquadrar", para usar o termo da moda, os cursos superiores, adequando-os às realidades do mercado e exigindo deles qualidade.

Nova portaria do MEC vai nessa direção, ao exigir que as instituições de ensino superior divulguem informações detalhadas sobre os seus cursos, incluindo o número e a qualificação dos professores, seu desempenho em forma de trabalhos publicados e participação em programas de capacitação, bem como a descrição das bibliotecas e laboratórios, gastos com pesquisas, mensalidades, índices de evasão de alunos e trancamento de matrículas, tempo médio de conclusão dos cursos, etc. Tudo isso será reunido em catálogo publicado anualmente, como se fosse uma coleção de radiografias das universidades públicas e privadas e faculdades isoladas.

O MEC já vem coletando dados das faculdades, envolvendo o nível de qualificação acadêmica dos professores, sua carga horária, qualidade de bibliotecas e laboratórios, e cruzando essas informações com o desempenho dos alunos no provão. As tabelas resultantes têm permitido avaliações interessantes sobre a inter-relação entre a titulação dos professores, a infra-estrutura das escolas e o produto final, que é o nível de conhecimento dos formandos. Novas regras de credenciamento e de recredenciamento dos cursos condicionam a validade de seu diploma ao preenchimento de parâmetros. Os cursos criados a partir do ano passado terão a permissão revista a cada cinco anos. Outra portaria, a ser publicada em duas semanas, definirá o prazo de recredenciamento dos cursos antigos. Agora, o que se espera é que os catálogos com as informações fornecidas pelas faculdades complementem um quadro que permita aos jovens uma escolha mais consciente desta ou daquela escola.

Ao percorrer as gôndolas de um supermercado, por exemplo, o consumidor tem à sua disposição uma ampla gama de informações sobre os produtos, como volume, peso líquido, data de validade, composição, ingredientes, uso, indicações e até contra-indicações - e calorias, se for o caso. Tudo isso permite-lhe tomar a decisão de comprar ou não. Para decidir entre uma escola e outra, nenhum estudante tem informação semelhante. Quando se trata dos cursos superiores, que é o caso que nos preocupa, a falta de informações é mais grave. Esses cursos, para serem bons, têm de reunir uma combinação de qualidades, das quais o candidato a uma vaga não pode suspeitar, olhando



apenas para a ficha de inscrição e eventuais anúncios promocionais. Não se entra numa faculdade como quem entra num supermercado para comprar um produto perecível que viu anunciado. A entrada na faculdade representa um comprometimento de longo prazo, uma escolha decisiva na vida. Por isso, os cursos superiores não podem permanecer protegidos pela falta de informação, como se fossem inquestionáveis.

Alguém poderá argumentar que o público "sabe" quais faculdades são boas. Ora, essa é uma matéria séria demais para ficar ao sabor de reputações construídas com boas estratégias de marketing, etc. Além de ser um assunto de interesse individual, envolvendo o direito do estudante como consumidor, afeta diretamente os interesses do País, pela qualidade dos profissionais lançados no mercado de trabalho e pela capacidade da mão-de-obra nacional de agregar valor, de criar e assimilar tecnologia, de pensar e de decidir acertadamente.

O governo está certo ao começar a montar um ranking das faculdades brasileiras, que possibilite escolhas conscientes por parte dos estudantes e estimule uma saudável concorrência, como nos países desenvolvidos. Afinal, seria o caso de perguntar: quem tem medo do ranking? Em vez de se voltar esterilmente contra ele, reitores e professores dedicados devem contribuir para a elaboração dos critérios que permitam a classificação das escolas superiores.

http://www.estado.estadao.com.br/jornal/97/08/04/news061.html



Anexo 16 – "O provão se impõe", jornal OESP, 06/06/98.

O *provão* se impõe

Serenado o protesto inicial, o Exame Nacional de Cursos, o chamado *provão*, começa a ganhar estabilidade, a ser melhor aceito no meio docente e a preocupar os dirigentes das escolas. Há reação, ainda, nas áreas que só agora serão avaliadas, como as faculdades de Jornalismo. Porém, nos cursos julgados há mais tempo - como Direito, Administração e Engenharia -, o impacto do *provão* é avassalador.

As faculdades particulares, salvo exceções, tiveram desempenho muito ruim nas primeiras edições do teste. Isso gerou duas reações entre os estudantes: da parte dos candidatos a vagas nessas escolas, sedimentou a dúvida sobre a qualidade das instituições escolhidas; da parte dos atuais alunos, confirmou, com dados do MEC, as enormes deficiências de algumas faculdades. Para muitos diretórios acadêmicos, o desempenho sofrível no *provão* serviu como um novo e poderoso argumento de mobilização do alunado e de sensibilização dos dirigentes escolares para a necessidade de mudanças.

Da perspectiva das escolas, a publicidade negativa, decorrente da divulgação das avaliações pela imprensa, deu início a um importante leque de reformas. Revisões curriculares, contratação de professores titulados, implantação de programas de capacitação, formulação de projetos pedagógicos antes sequer imaginados e, até mesmo, a montagem de bibliotecas completas começaram a modificar o padrão dos cursos que receberam conceitos negativos.

A reação das universidades foi salutar e começa a produzir resultados positivos. Isso não quer dizer que o *provão*, por si só, seja suficiente para desencadear o conjunto das reformas necessárias nas escolas. Primeiramente, porque muitas mudanças foram cosméticas e paliativas. O que se viu foi uma tentativa de responder, desordenadamente, à insatisfação dos alunos. Em segundo lugar, verificou-se, em alguns institutos de ensino superior, um ridículo empenho na criação de "cursinhos intensivos" de preparação para o *provão*! O risco, nesse ponto, é altíssimo. Transfere-se para a universidade o que há de pior na mentalidade dos supletivos e dos vestibulares.

Em vez da formação humanística, da recepção de um corpo teórico rico e da habilitação crítica para o enfrentamento do mercado de trabalho, a reação das universidades ao *provão* pode desaguar num ensino vulgar e insignificante.

É claro que, se não for acompanhado por outros critérios qualitativos de

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 1 12 13 14 15 16 17 18

avaliação, o *provão* não contribuirá muito para o aprimoramento dos cursos superiores. Por isso, o MEC criou comissões de especialistas para visitar as universidades e aquilatar a produção e titulação dos docentes, as grades curriculares, a infra-estrutura, os projetos pedagógicos, os serviços de extensão universitária, os laboratórios e os estágios monitorados, com parâmetros razoavelmente objetivos e fixados por destacados docentes das respectivas áreas.

A prática das avaliações como instrumento para a tomada de decisões e a implementação de medidas para a melhora do ensino estão consagradas pela nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. A Constituição de 1988 assegura o ensino livre à iniciativa privada. Mas, dentre os princípios básicos que orientam a Educação, a Carta Magna destaca a garantia de padrão de Qualidade, a autorização e a avaliação dos cursos pelo Poder Público. Daí a importância do Exame Nacional de Cursos e da ampla divulgação de suas razões, objetivos e resultados. Fundamental, também, é o comparecimento dos estudantes e a seriedade na formulação, aplicação e resposta aos testes.

A soma dos resultados do *provão* com as apreciações das comissões de especialistas do MEC, a médio prazo e desde que continuada, oferecerá um diagnóstico bastante fidedigno de nossos cursos. Em conjunto, eles são peças essenciais da política de melhoria da qualidade da educação do País, como destaca o Relatório-Síntese 1997 do Exame Nacional de Cursos, recentemente publicado pelo Ministério da Educação. O MEC deve aprimorar e dar seguimento a esse trabalho original e inovador de avaliação da universidade. Entretanto, depois de concedido um prazo para a superação das deficiências, o MEC não poderá ser condescendente no recredenciamento das instituições relapsas. Não é possível, após tantas avaliações, que conhecidos centros de estelionato universitário continuem atuando impunemente. Depois de tantas avaliações, não é mais possível ter faculdades que são estelionatos intelectuais.

http://www.estado.estadao.com.br/jornal/98/06/06/news019.html



Anexo 17 – "Os critérios do provão", jornal OESP, 12/06/99.

Os critérios do Provão

O Conselho Nacional de Educação propôs a reclassificação de todas as instituições de ensino superior do País. Atualmente, elas são avaliadas por dois critérios distintos: a produção científica dos docentes e os resultados que os alunos obtêm no Exame Nacional de Cursos, o Provão. O fraco desempenho dos professores no campo das pesquisas poderá provocar, por exemplo, o rebaixamento de uma instituição da categoria de "universidade" para a de "centro universitário", o que lhe dificultará a criação de novos cursos. A nota obtida no Provão, na prática, é um julgamento da Qualidade de ensino oferecido por esta ou aquela instituição. Por isso, os critérios desse exame exigem constante atualização e um sério debate por parte da comunidade acadêmica e da própria sociedade.

No próximo domingo, mais de 173 mil alunos graduandos serão avaliados na Quarta edição do exame. A ausência de apenas 2% dos alunos no último Provão indica que a firme decisão do Ministério da Educação – condicionando a entrega do diploma à presença no exame - surtiu efeito. A avaliação – qualquer que seja ela, profissional ou acadêmica - é sempre processo penoso para todos. Nenhuma atividade, porém, pode dispensá-la e não há argumento sério para justificar a exclusão do ensino universitário de um processo avaliativo.

Alguns critérios, no entanto, precisam ser mais bem pensados. Decidir arbitrariamente que apenas 12% das instituições podem receber classificação A (a melhor) – independentemente de quantas delas tenham conseguido classificar-se como excelentes - é erro que deve ser corrigido. Pelo mesmo critério, só 18% das escolas examinadas podem ser incluídas na categoria B, 40% na C, 18% na D, e as restantes na E, ou seja, na pior classificação. Essa "camisa-de-força" estatística é injusta com o desempenho dos alunos e com a qualidade das universidades.

A fixação desse critério é preocupante porque o MEC pretende descredenciar os cursos que obtiverem D e E nos exames, colocando sob risco menor os de nível C. A ameaça do descredenciamento não identifica quem investiu na qualidade do ensino e, por exemplo, progrediu de um exame para outro de E para D, de quem permaneceu no último degrau da escala.

A avaliação de currículos, cargas horárias e até mesmo titulação de professores também não pode ser colocada no mesmo nível que a avaliação das instalações físicas. Investimentos arquitetônicos grandiosos, construídos como atração de clientela, próximos a estações de transportes de massa, não podem ter o mesmo peso que a avaliação de uma séria política de contratação de professores que privilegie a qualificação acadêmica. As especificidades dos cursos também precisam ser respeitadas: a formação de um médico, por exemplo, exige prática e não só estudos teóricos. É difícil aceitar a avaliação de escolas de Medicina exclusivamente por prova escrita medindo conhecimento teórico.

Há outro problema, que é a introdução de um certo preconceito no Provão, perceptível na diminuição do peso atribuído à matemática nos exames destinados aos cursos de Economia.

Todas essas falhas devem ser sanadas. O fato de o mercado de trabalho começar a aceitar o resultado do Provão como critério de seleção profissional é o melhor sinal de que a sociedade aprovou o processo de avaliação do ensino superior. O ministério deve, portanto, cuidar de seu aperfeiçoamento. O exame julga a qualidade de ensino oferecida e portanto seus critérios exigem equilíbrio

http://www.estado.estadao.com.br/jornal/99/06/12/news045.html

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 1 12 13 14 15 16 17 18

Anexo 18 – "O provão provou que prova", jornal OESP, 04/07/99.

O Provão provou que prova

O Provão não prova nada, dizia uma faixa estendida por estudantes de Medicina, Quando da última realização do Exame Nacional de Cursos, em junho, à frente de um dos locais de prova. A propaganda, no gênero "não vi e não gostei", não deixava prever grande receptividade. Mesmo assim, porém, dificilmente se poderia admitir viesse ela a exibir tão pífio resultado no próprio terreiro em que escolhera cantar: apenas 0,15% dos estudantes de Medicina rejeitaram a avaliação, entregando em branco a prova. Esse porcentual representa pouco mais de um décimo do índice nacional de provas em branco - 1,4% do total. E é o mais baixo, dentre todos os cursos examinados, exceção feita aos de Odontologia, que ficaram em 0,06%. Em resumo, os alunos aceitam maciçamente o Provão; e tiram, por ocasião de sua realização, uma conclusão extra, altamente significativa. A de que há, na chamada comunidade acadêmica, um mandarinato: o daqueles que repudiam Qualquer avaliação, salvo a da própria auto-suficiência ou a de seus pares. Que se previna, pois, quem quiser seguir uma carreira pautada pelo mérito.

Há muitas maneiras de se avaliar um curso superior e o Provão é uma delas, sem pretensão a ser a única ou a preponderante. O que não se pode é rejeitá-lo por princípio, sem estar recusando um dos enfoques necessários do ensino superior, aquele do usuário. No entanto, raras vezes se terá visto no País uma trama tão bem urdida contra uma iniciativa governamental, como na primeira edição do Provão, em 1996. Ela reuniu reitores ilustres, vozes conhecidas da Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (Andes) e dirigentes da União Nacional dos Estudantes (UNE). Estes chegaram a despachar para os principais locais de realização das provas brigadas fascistóides, na intenção de, no mínimo, tumultuá-las. E se deram ao trabalho de fazer imprimir, com dinheiro sabe-se lá de quem, e de distribuir um panfleto em cores, reunindo opiniões contrárias. Só que desprezaram qualquer acerto com os diretamente envolvidos. Ou, certos de que seria malhar em ferro frio, foram em frente de má-fé, empolgados apenas com seu discurso em circuito fechado. Não conseguiram mais que 11,7% de provas entregues em branco.

De então para cá, o boicote entrou em queda livre: foi de 2,2% em 1997 e 1998; e de 1,4%, este ano. Paralelamente e em proporção inversa, vem crescendo seja o número de cursos submetidos à avaliação, seja o comparecimento dos candidatos. Dos 6.950 cursos universitários em funcionamento no País, 601 já passaram por três vezes pelo Provão. Quanto ao comparecimento de alunos, ele é expressivo, em Termos relativos e absolutos: compareceram este ano 94,5% dos inscritos, ou seja, um total de 163,9 mil formandos; destes, 98,6% responderam às questões da prova.

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 1 12 13 14 15 16 17 18

Segundo o ministro Paulo Renato Souza, "os alunos entenderam que o Provão os beneficia". De fato, ele incentiva o senso de exigência que o aluno deve sempre nutrir com relação a um ensino superior que de forma alguma lhe é oferecido de mão beijada, seja nas instituições particulares, seja sobretudo nas instituições públicas. Além disso, os resultados do Provão são um dos critérios para exercício do direito de escolha do estudante, entre cursos e instituições. O que faltou ao ministro da Educação acrescentar é que o Provão é um imenso benefício para o sistema nacional de ensino superior.

Este precisa ser constantemente avaliado, em suas duas pontas, a da origem da produção e a dos resultados. Quanto à primeira, é relativamente fácil levantar os fatores mais pertinentes – a qualificação do corpo docente, a infra-estrutura física de bibliotecas, laboratórios e outras instalações, a estrutura curricular e a organização do trabalho em linhas de pesquisa. Quanto à segunda, porém, como encontrar, sem o exame de final de curso, um indicador objetivo da qualidade do ensino, através de uma medida de rendimento dos alunos? Como encontrar, em nível de graduação, indicadores com função análoga à dos exames de teses e dissertações, em nível de pós-graduação?

A universidade, como Qualquer instituição, tem que se safar da lei da inércia, buscando a sintonia com a vida. Isso a levará à avaliação externa reiterada: à inicial, para o credenciamento; e às periódicas, para o recredenciamento. Os que pregaram o boicote ao Provão fizeram seu discurso de má-fé em círculo fechado

http://www.estado.estadao.com.br/jornal/99/07/04/news050.html

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 1 12 13 14 15 16 17 18

Anexo 19 – "Provão o primeiro passo", jornal FSP, 07/11/96.

PROVÃO, O PRIMEIRO PASSO

07/11/96

Editoria: PRIMEIRA PÁGINA Página: 1-1
Edição: Nacional Nov 7, 1996
Vinheta/Chapéu: EDITORIAL

PROVÃO, O PRIMEIRO PASSO

São conhecidas as carências e as iniquidades do sistema educacional brasileiro. Parece haver consenso quanto ao diagnóstico básico _desníveis flagrantes na qualidade do ensino, distribuição perversa dos recursos da sociedade, pouca atenção à escola básica_ e unanimidade nos discursos sobre o tema, quando se limitam à crítica abstrata.

Mas eis que surge uma iniciativa, o chamado provão. Não é a panacéia para os problemas educacionais do país, até porque diz respeito apenas às universidades. Mas é um primeiro passo no rumo de uma imprescindível avaliação do ensino superior, a fim de identificar e corrigir suas falhas. Trata-se de convocar os estudantes prestes a concluir o curso, nas faculdades públicas e particulares, para que respondam a um teste que não tem o objetivo de reprová-los.

Todos os setores da sociedade _empresas, trabalhadores, poder público, imprensa etc._ estão sob permanente avaliação. Não há motivo para ser diferente em relação às universidades. Se o provão é criticável sob vários aspectos específicos, o que pode e deve ser corrigido nas futuras edições, ele tem o grande mérito de introduzir no meio universitário uma avaliação uniforme do trabalho realizado, que permitirá lançar alguma luz sobre a eficácia de cada instituição.

O exame deve ser visto apenas como um ponto de partida. Têm razão seus adversários de boa-fé quando ressaltam que a complexidade do sistema universitário exige avaliações amplas e complementares, em que não apenas o aluno, no momento do rovão, mas a infra-estrutura das faculdades seja considerada. Caso contrário, esse esforço preliminar não atingirá seu objetivo: uma radiografia isenta e completa.

O provão é uma proposta pontual. A própria celeuma que está provocando é positiva, ao trazer para o primeiro plano um debate que se arrasta há décadas. Desencadeou toda sorte de resistências, seja de especialistas respeitáveis que insistem numa avaliação mais abrangente e menos traumática, seja do conhecido pacto de ineficiência que se instituiu na maioria das universidades: numa frase que ficou célebre, "os alunos fingem que estudam, e os professores fingem que ensinam". Convém distinguir, com todo o cuidado, a legitimidade dos diferentes argumentos contra o teste.

O processo a ser desencadeado pelo provão interessa, porém, a todos os que têm consciência da importância da educação para o desenvolvimento do país e para gerar empregos qualificados. Infelizmente, reações corporativistas irrompem quando alguma tentativa de avaliação objetiva se esboça, o que ocorre até mesmo entre as mais conceituadas instituições. É eloquente o episódio da chamada "lista dos improdutivos" da USP _divulgada por esta Folha no início de 1988_, que veio mostrar quantos percalços e mal-entendidos surgem a cada iniciativa pioneira desse tipo.

Abre-se agora uma oportunidade de conhecer e melhorar o sistema universitário como um todo. Determinado por lei, o provão é um desafio para a universidade, que precisa, resguardando o que lhe é específico, adequar-se a um mundo mais competitivo. Que o ensino superior passe nessa prova.

http://www.uol.com.br/folha/arquivos/



Anexo 20 – "Agora ao trabalho", jornal FSP, 12/11/96.

AGORA, AO TRABALHO

12/11/96

Editoria: OPINIÃO Página: 1-2
Edição: Nacional Nov 12, 1996
Assuntos Principais: EDUCAÇÃO; ENSINO SUPERIOR; AVALIAÇÃO; EXAME NACIONAL DE CURSOS

AGORA, AO TRABALHO
Apesar de protestos de entidades do setor, o Exame Nacional de Cursos, o chamado provão, realizou-se no último domingo com um comparecimento bastante satisfatório. A presença de cerca de 90% (dados ainda preliminares) dos que deveriam fazer o exame superou previsões do governo e mostrou que, se a proposta recebeu críticas, também houve um voto de confiança.
Algumas cenas lamentáveis foram registradas, principalmente no Rio de Janeiro, onde protestos da UNE impediram que centenas de estudantes fizessem a prova, num ato de puro terrorismo corporativista.
O alto comparecimento, favorecido em grande parte pela lei aprovada no Congresso que tornou a prova obrigatória, deverá servir como estímulo _além de fator de cobrança_ para que o governo amplie seus horizontes e estabeleça gradualmente uma ampla avaliação que considere as particularidades do ensino superior.
Os resultados do teste terão grande importância, mas não encerrarão verdades absolutas sobre a realidade atual do sistema. Serão, como tem insistido esta Folha, informações de grande utilidade para o que deve ser o início de uma avaliação constante, que venha a considerar diferentes momentos dos cursos de nível superior e seus vários aspectos _qualidade não só dos alunos, mas também dos professores, de laboratórios, da pesquisa e dos currículos.
O governo terá ainda de se empenhar para que os resultados do provão sejam reunidos e analisados sem delonga a fim de servir como referência confiável para eventuais mudanças no sistema universitário.
Ao mesmo tempo, deve intensificar o Saeb (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica), previsto para o 1º e o 2º graus. O provão _assim como o Saeb_ deve contribuir para a avaliação do presente e assim permitir que se melhore o futuro. Se houver grande distância entre a aplicação da prova e a definição de novas prioridades, o exame de domingo poderá ser corroído pela ação do tempo.

http://www.uol.com.br/folha/arquivos/

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 1 12 13 14 15 16 17 18

Anexo 21 – "Provão pode virar critério para seleção", jornal FSP, 24/11/96.

Provão pode virar critério para seleção

24/11/96
Autor: LUÍS PEREZ
Origem do texto: Da Reportagem Local
Editoria: EMPREGOS Página: 8-1
Edição: Paulistana Nov 24, 1996
Legenda Foto: Cristiane Ibrahim, Márcio Campos e Gabriela Malta, estudantes de engenharia civil da USP, que defendem a entrega do provão em branco
Crédito Foto: Leonardo Colosso/Folha Imagem
Observações: COM SUB-RETRANCAS
Vinheta/Chapéu: MERCADO
Assuntos Principais: EDUCAÇÃO; ENSINO SUPERIOR; AVALIAÇÃO; EXAME NACIONAL DE CURSOS; MERCADO DE TRABALHO; SELEÇÃO
Opiniões se dividem

Provão pode virar critério para seleção
LUÍS PEREZ
da Reportagem Local
O Exame Nacional de Cursos, famoso provão do MEC (Ministério da Educação), está ganhando status de um novo critério na hora de avaliar candidatos a emprego.
"Vai ser excelente para o mercado. Será mais um filtro para identificar os melhores", afirma Isaias Feigenson, 52, sócio da área de consultoria de RH (recursos humanos) da KPMG Peat Marwick.
Especialistas avaliam que é bem possível que estudantes com bom desempenho incluam espontaneamente o resultado no currículo.
Isso, segundo eles, provocaria uma reação em cadeia, fazendo com que outros fizessem o mesmo e que as empresas preferissem estudantes que divulguem a nota.
Só de ouvir esses argumentos, estudantes que são contra o provão têm frio na espinha.
"Entreguei a prova em branco e, se alguém perguntar, vou dizer que fiz isso porque não concordo com ela", diz Gabriela Malta, 23, formanda de engenharia civil da USP (Universidade de São Paulo).
"Nenhuma empresa decente vai usar o provão na seleção", diz Cristiane Ibrahim, 23, que também se forma em civil na USP.
Isso acontece em termos. As empresas, embora sem posição definida, já mostram disposição em saber como o estudante foi.
"Lógico que quem for bem tem o direito de mostrar, mas não acho que as empresas vão usar essa nota como único critério de seleção", diz Márcio Viegas Campos, 22, diretor do Centro de Engenharia Civil da USP, que fará a prova em 97.
"Não vai ser um fator preponderante, mas pode desempatar uma disputa", afirma Mauro Bueno, 43, da Bueno Advogados.
"Quando as avaliações das universidades forem divulgadas, vou orientar os selecionadores para eliminar currículos de algumas."
Na prática, as empresas já dão preferência às "faculdades de primeira linha", como as estaduais e alguns cursos particulares _administração na FGV (Fundação Getúlio Vargas), por exemplo.
Algumas nem dão bola para a nota do aluno. "Para a gente, é irrelevante", diz Lígia Leite, 43, gerente de operações de RH da IBM.
Na opinião dela, quando o resultado da avaliação dos cursos sair, pode fazer diferença. "Nós procuramos pessoas direto nas faculdades, não individualmente."
http://www.uol.com.br/folha/arquivos/

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 1 12 13 14 15 16 17 18

Anexo 22 – "Militância da Une é profissionalizada", jornal FSP, 17/11/96.

Militância na UNE é "profissionalizada"

17/11/96

Autor: FERNANDO ROSSETTI*
Origem do texto: Da Reportagem Local
Editoria: COTIDIANO Página: 3-8
Edição: Nacional Nov 17, 1996
Legenda Foto: O deputado e ex-presidente da Une Lindberg Farias; Orlando Silva Júnior, presidente da União Nacional dos Estudantes
Crédito Foto: Sergio Lima/Folha Imagem; Helcio Toth - 18.out.96/Folha Imagem
Observações: COM SUB-RETRANCAS
Vinheta/Chapéu: EDUCAÇÃO
Assuntos Principais: EDUCAÇÃO; MOVIMENTO ESTUDANTIL

Militância na UNE é "profissionalizada"
FERNANDO ROSSETTI*
da Reportagem Local

A militância na UNE (União Nacional dos Estudantes) virou coisa de profissional. Nenhum dos seis principais dirigentes da entidade frequenta o curso universitário ao qual está matriculado.
Prestes a completar 60 anos, a UNE surgiu em oposição à ditadura de Getúlio Vargas em 1937, atuou clandestinamente no regime militar, de 1964 a 1978, e voltou a ter presença importante com as manifestações pelo impeachment de Fernando Collor em 1991 e 1992.
No último domingo, estragou a festa do Ministério da Educação, com uma manifestação um tanto violenta contra o provão, que deixou de fora do Colégio Dom Pedro 2º, no Rio, 45% dos 1.990 alunos que lá fariam o exame.
Nesses quase 60 anos, uma das mudanças mais definitivas na profissionalização dos dirigentes ocorreu já nos anos 90.
Foi a criação das carteirinhas estudantis, que garantem meia entrada em eventos culturais, e têm parte de sua arrecadação voltada não apenas para a UNE, como para associações estaduais, municipais e das próprias faculdades.
Com isso, os partidos que tradicionalmente disputavam a entidade pela visibilidade política que ela oferece, passaram a disputar também recursos que bancam as campanhas e viagens dos militantes.
Desde a reconstrução da UNE, em 1979, o PC do B tem sido o partido mais hábil nessa disputa.
O presidente da UNE no processo de impeachment, Lindberg Farias, até disse que voltaria a estudar. Mas foi eleito deputado federal (PC do B) e desistiu.
Hoje, para os diretores da entidade, o problema não é tanto estudar, mas garantir suas vagas na universidade enquanto passam a maior parte do tempo fora dela.
O presidente, Orlando Silva Júnior, está afastado há quatro anos de seu curso de direito _um dos avaliados pelo provão_ na Universidade Católica de Salvador.
Mas tem a vaga garantida por uma determinação do estatuto da instituição, que considera exceção estudantes "exercendo um mandato de serviço coletivo".
O mesmo não ocorre com o vice-presidente, Bento Ferreira, que deve ser jubilado _perder a vaga_ no ano que vem (leia abaixo).
http://www.uol.com.br/folha/arquivos/

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 1 12 13 14 15 16 17 18

Anexo 23 – "Exame faz perfil sóciocultural de alunos", jornal FSP, 11.11.96.

Exame faz perfil sociocultural de alunos

11/11/96
Autor: FERNANDO ROSSETTI
Origem do texto: Da Reportagem Local
Editoria: COTIDIANO Página: 3-8
Edição: Nacional Nov 11, 1996
Arte: QUADRO: QUESTIONÁRIO SOCIOCULTURAL
Observações: COM SUB-RETRANCAS
Vinheta/Chapéu: PROVÃO 2
Assuntos Principais: MEC; PROVÃO /EXAME NACIONAL DE CURSOS/; AVALIAÇÃO; EDUCAÇÃO; ENSINO SUPERIOR; PERFIL; ESTUDANTE
Estudantes responderam 42 questões sobre dados como estado civil, renda, formação e opinião sobre cursos
Exame faz perfil sociocultural de alunos
da Reportagem Local
O Ministério da Educação aproveitou o provão para fazer um perfil sociocultural dos alunos de cada curso, que pode trazer informações tão interessantes quanto o exame específico para avaliar a aprendizagem dos estudantes.
Os estudantes dos três cursos avaliados _administração, direito e engenharia civil_ responderam a um questionário idêntico de 42 questões (todas múltipla escolha) para fazer esse perfil sociocultural (leia íntegra abaixo).
A primeira das 42 questões é fruto de acordo entre o MEC estudantes: é onde se assinala se se quer ou não receber documento com o resultado no provão. É esse documento que a UNE diz que vai ser exigido por empregadores.
As 14 perguntas seguintes são comuns em qualquer trabalho censitário: colhem informações sobre estado civil, renda familiar, formação dos pais, se trabalha ou não, livros lidos no último ano, onde cursou o 2º grau, entre outras.
É o tipo de questão que as universidades vêm fazendo também em seus vestibulares (só que no período de inscrição) para saber o tipo de alunado com que trabalham e poder desenvolver programas específicos para essa população.
As questões de número 16 a 28 são sobre o curso de graduação, propriamente dito. São as perguntas que devem ser usadas pelo MEC para checar se as informações fornecidas pelas faculdades são verdadeiras.
Por exemplo: número de alunos por sala de aula, acesso a microcomputadores ou bibliotecas, existência de orientação psicológica e atendimento médico.
São itens que são avaliados para o credenciamento de uma faculdade, só que, em geral, sem a possibilidade de verificação da veracidade das informações fornecidas.
Da questão 29 à 40 há uma espécie de pesquisa de opinião do aluno sobre os professores e o curso. Por exemplo: "Adota prática didática compatível?", ou "manifesta empenho, assiduidade e pontualidade?". E, ainda, o curso deu "capacidade de tomar iniciativa?"
A última parte (questões 41 e 42) é sobre as perspectivas do aluno após a conclusão do curso.
Tópicos emergentes
A prova de administração trouxe ainda seis questões (de múltipla escolha) com título "Tópicos Emergentes". Procura averiguar se os alunos estão entrando em contato com alguns dos conceitos mais em voga atualmente: *globalização*, ética, qualidade, meio ambiente e tecnologia.
A prova de direito trouxe 13 questões adicionais no perfil sociocultural, nove delas sobre a forma como o aluno apresenta seu trabalho (provas, seminários etc.) e quatro mais específicas da opinião do aluno sobre o curso.
(FERNANDO ROSSETTI)
http://www.uol.com.br/folha/arquivos/

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 1 12 13 14 15 16 17 18

Anexo 24 – "Melhores universidades rejeitam o provão", jornal FSP, 10/11/96.

Melhores universidades rejeitam provão

10/11/96
Autor: FERNANDO ROSSETTI
Origem do texto: Da Reportagem Local
Editoria: COTIDIANO Página: 3-2
Edição: Nacional Nov 10, 1996
Arte: QUADRO: SAIBA O QUE É O EXAME NACIONAL DE CURSOS
Primeira: Chamada
Observações: COM SUB-RETRANCAS
Vinheta/Chapéu: EDUCAÇÃO 1
Assuntos Principais: EDUCAÇÃO; ENSINO SUPERIOR; AVALIAÇÃO; EXAME NACIONAL DE CURSOS; UNIVERSIDADE

Temor entre reitores e alunos é que o Exame Nacional de Cursos possa prejudicar imagem das instituições

Melhores universidades rejeitam provão
FERNANDO ROSSETTI
da Reportagem Local
USP, Unicamp e Unesp; UFRJ, UnB e PUC de São Paulo. Praticamente todas as universidades mais concorridas do país em vestibulares são contra o Exame Nacional de Cursos, o provão, realizado hoje pela primeira vez. Seria medo de que cursos considerados bons possam tirar notas ruins?
Todos negam. "Medo não existe. A nossa apreensão é que o instrumento de avaliação possa ser falho e não medir o que se pensa que está medindo", afirma o pró-reitor de Graduação da USP (Universidade de São Paulo), Carlos Alberto Barbosa Dantas, 60.
De fato, o temor generalizado é que o exame, inusitado, possa prejudicar a imagem dessas universidades.
Outro medo é que, como o provão só avalia os alunos do último ano, a imagem dessas instituições passa a depender exclusivamente desse indicador, que será apresentado na forma de ranking.
"A universidade pública brasileira tem um papel muito importante na área de saúde, no desenvolvimento regional. Como reduzir seu trabalho a uma prova?", diz o presidente da Andifes (que reúne reitores das universidades federais), Odilon do Canto, 51.
Paralisia
Mas o MEC (Ministério da Educação), que introduziu este ano o provão na legislação brasileira, acha que a resistência, se não é por puro medo, provoca um debate que pode simplesmente paralisar as iniciativas de avaliação.
"No Brasil existe uma dificuldade em se falar de avaliação. As pessoas dizem que não têm medo, mas aí não concordam com o formato do exame, com o jeito como está sendo conduzido, com a comissão que formulou as perguntas... É sempre paralisante", declara o coordenador do provão pelo MEC, Jocimar Archangelo, 58.
"Estamos carecas de saber que uma prova não abrange a complexidade do trabalho acadêmico."
Os alunos, por sua vez, vêem outro problema. Estão lá, estudando em uma faculdade há quatro ou cinco anos. Aí aparece um exame que mostra que sua escola não ensina o que deveria. E seu valor despenca no mercado de trabalho.
A UNE (União Nacional dos Estudantes), que estava meio apagada desde o impeachment de Fernando Collor, em 1992, assumiu a liderança contra o provão.
Há semanas, seus dirigentes _a maior parte do PC do B, partido de oposição ao PSDB de Fernando Henrique Cardoso_ vem trabalhando em todo o país para convencer os estudantes a entregar a prova em branco.
Universal



Essa polarização provocada pelo provão _que conseguiu pôr do mesmo lado da disputa inimigos históricos, como reitores e entidades estudantis_ revela, mais do que uma característica nacional, um problema universal.

"Como você se sentiria se viesse alguém e falasse que, a partir de agora, você vai ser avaliado por pessoas que não conhece e que essa avaliação vai ser usada para melhorar o seu trabalho?", pergunta o secretário-geral da Conferência de Reitores Europeus, Andris Barblan, 53, de Genebra, Suíça.

Barblan _cuja entidade reúne 520 universidades, quatro vezes o número das existentes no Brasil_ enfrenta na Europa problemas semelhantes aos que MEC vem encontrando.

"Nosso processo ainda é muito lento. Você tem que convencer as pessoas, as universidades, de que é seu próprio interesse ser avaliado", afirma.

Diversidade

A variedade de métodos de avaliação universitária existentes no mundo é que explica melhor a polêmica atual em torno do tema: cada instituição, cada reitor, cada docente têm opiniões próprias sobre como deveriam ser avaliados.

"É complicado montar uma avaliação", diz o professor de economia da Universidade Federal de Minas Gerais Jacques Schwartzman, 51, diretor do Instituto de Pesquisas Econômicas e Administrativas de Belo Horizonte.

Schwartzman produziu no primeiro semestre deste ano um ranking dos cursos de graduação de Minas Gerais nas áreas de ciências contábeis, ciências econômicas e administração, a partir de um processo de avaliação muito elaborado. "Mesmo no trabalho que fiz, levanto uma série de restrições."

"Mas é só fazendo que se começa a ter resultados e se pode aprimorar a avaliação", defende. "O negócio é esse. Ter várias avaliações e ver qual a credibilidade que elas atingem. Deixa o MEC fazer a dele que a gente faz a nossa."

http://www.uol.com.br/folha/arquivos/



Anexo 25 – "Avaliando o ensino", jornal FSP, 16/02/96.

Avaliando o ensino
16/02/96

Editoria: OPINIÃO Página: 1-2
Edição: Nacional Feb 16, 1996
Seção: EDITORIAL
Assuntos Principais: EDUCAÇÃO; AVALIAÇÃO; QUALIDADE

Avaliando o ensino
Tamanho é o atual déficit educacional brasileiro que qualquer instrumento capaz de combater, ainda que a longo prazo, as mazelas do ensino nos setores público e privado estará sempre chegando em boa hora para o país.
O Ministério da Educação aplicará, no fim deste ano, os primeiros exames voltados à avaliação do ensino oferecido pelos cursos de graduação. Por enquanto, serão examinados apenas os alunos que estiverem se formando em engenharia civil, direito e administração de empresas. Com o tempo, segundo a proposta, a avaliação se estenderia a outras áreas. Aliás, uma iniciativa semelhante já está sendo anunciada para a rede pública de 1º grau no Estado de São Paulo.
Considerando a inadiável tarefa de o poder público zelar pelo padrão de ensino nos estabelecimentos que ele próprio administra ou, ao menos, credencia a atuar, essa avaliação constitui um importante e indispensável instrumento para coibir a deletéria inserção de profissionais despreparados num mercado de trabalho já carente de qualificação e competitividade.
É fundamental porém que futuramente sejam anuladas as autorizações para o funcionamento das instituições privadas que com frequência vierem a receber avaliações negativas. Mas que a rede oficial também adote instrumentos para controlar a qualidade de ensino que ela própria oferece. Do contrário, não dará o necessário exemplo aos que deseja punir.

http://www.uol.com.br/folha/arquivos/

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 1 12 13 14 15 16 17 18

Anexo 26 – *provão*, jornal FSP, 25/11/96.

25/11/96

Editoria: OPINIÃO Página: 1-3
Edição: Nacional Nov 25, 1996
Seção: PAINEL DO LEITOR
Arte: ILUSTRAÇÃO

Provão
"O editorial de 7/11 defende a avaliação das universidades, alegando a adequação a um mundo mais competitivo. Acontece que esse mundo competitivo já aprendeu que a qualidade se faz em toda e cada etapa do processo. Medir a qualidade no fim do processo, e constatar tardiamente sua ineficiência, é assinar o atestado da própria.
Que trabalho de acompanhamento dos cursos e das universidades tem sido feito hoje? Existem correções de rumo? Se querem nos convencer e aos estudantes, mostrem por que chegaram à conclusão de que esse é, realmente, o melhor 'primeiro passo'."
Paulo M. Rossi (Rio de Janeiro, RJ)

http://www.uol.com.br/folha/arquivos/



Anexo 27 – "Fábrica de diplomas", jornal FSP, 13/03/97.

FÁBRICAS DE DIPLOMAS
13/03/97

Editoria: OPINIÃO Página: 1-2 3/5791
Edição: Nacional Mar 13, 1997
Seção: EDITORIAL

FÁBRICAS DE DIPLOMAS
Os resultados do chamado provão, aplicado pelo governo federal, publicados ontem nesta Folha por Gilberto Dimenstein, comprovam um quadro nacional já conhecido, mas nem por isso menos desolador.
A rede privada de 3º grau oferece, em geral, um ensino de qualidade muito inferior à das universidades públicas. Como no 1º e no 2º graus a situação é exatamente a inversa _na maioria dos casos, a rede particular está em melhor situação_, as piores faculdades, que menos exigem dos alunos e, além de tudo, cobram caro por isso, acabam servindo à população de menor poder aquisitivo.
De início, os resultados do provão já cumprem a importante função de identificar as maiores deficiências do setor. Essa simples constatação já deverá causar sobre as instituições particulares uma pressão para que aprimorem seus métodos visando atingir padrões mínimos de qualidade _mesmo que a única motivação para isso seja a disputa no mercado.
Com base nos dados que reuniu, é de esperar que o governo aja rapidamente para reverter o quadro atual. Logicamente, os resultados de apenas um teste não são conclusivos e não permitem decretar a completa incapacidade de uma faculdade.
Mas é notório que existem instituições que apenas produzem diplomas, sem formar profissionais minimamente preparados. Nesses casos, é necessário que o governo federal determine um prazo para que elas atinjam um padrão aceitável de ensino. Se não for obtida a melhora exigida, elas devem ser impedidas de seguir com sua atividade.
O 3º grau também não pode ser visto como uma realidade isolada. Para que os alunos de famílias de baixa renda possam ter uma base que lhes permita cumprir as exigências de um curso superior de qualidade, o ensino básico deve ser a grande prioridade do poder público na área.
Dessa maneira, as atuais "fábricas de diplomas", desde que sob uma fiscalização eficiente das autoridades governamentais, serão pressionadas a elevar o padrão de ensino ou simplesmente fechar as portas.

http://www.uol.com.br/folha/arquivos/

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 1 12 13 14 15 16 17 18

Anexo 28 - "Resultados do provão", jornal FSP, 27/04/97.

RESULTADOS DO PROVÃO
27/04/97

Editoria: OPINIÃO Página: 1-2 4/12054
Edição: Nacional Apr 27, 1997
Seção: EDITORIAL
Primeira: Chamada

RESULTADOS DO PROVÃO
Os resultados do Exame Nacional de Cursos de 1996, aplicado aos formandos de engenharia civil, administração e direito, mais confirmam do que questionam o perfil dos problemas educacionais brasileiros.
As melhores médias vieram do Sul. Quem esperava da região Sudeste um desempenho superior ao das demais deve lembrar que o nível de ensino privado de 3º grau nos Estados sulinos não é muito inferior ao da rede pública, diferentemente do que ocorre em outras unidades federativas.
Ademais, o cálculo das médias considerou a nota zero atribuída a quem entregou a prova em branco. E no Sul o boicote ao provão foi baixo, ao contrário do que ocorreu no Sudeste.
Deve-se lembrar que a proliferação de faculdades privadas, em geral de nível inferior ao dos cursos públicos, ocorreu sobretudo no Sudeste, desde a reforma universitária de 69.
Já no Nordeste, com grande concentração de escolas públicas, o desempenho foi próximo ao do Sudeste, diferentemente do que muitos previam, dada a disparidade econômica entre as duas regiões. Também influiu nesses resultados o fato de a maioria dos formandos nordestinos pertencerem à classe média alta.
Outra constatação importante (mas que não surpreende), quanto ao perfil socioeconômico dos examinados, é que o acesso ao ensino superior público e ao privado continua limitado aos que vêm de escolas privadas. Outra evidência de que o ensino público secundário nacional não vai bem.
Cabe por fim registrar que apenas 6,41% dos formandos faltaram ao exame e 3,88% dos presentes entregaram as provas em branco. Sinal claro de que o provão teve elevada aceitação entre os universitários.
Iniciativa meritória do governo federal, o provão permite, em boa hora, pontuar distorções do ensino no Brasil. Mas é preciso que seus importantes diagnósticos dêem ensejo a ações imediatas, voltadas à rápida terapêutica dos males revelados.

http://www.uol.com.br/folha/arquivos/

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 1 12 13 14 15 16 17 18

Anexo 29 - "O provão", jornal FSP, 02/05/97.

O PROVÃO
02/05/97

Editoria: OPINIÃO Página: 1-2 5/536
Edição: Nacional May 2, 1997
Seção: EDITORIAL

O PROVÃO
Para além dos inegáveis efeitos positivos da estabilização da moeda, as iniciativas mais auspiciosas (embora ainda incipientes) do governo FHC parecem estar no campo da educação, seja no ensino básico e fundamental, seja no superior.
É evidente que as enormes dificuldades do país nessa área especialmente carente estão ainda muito, muito longe de ser superadas, mas, ao menos, nota-se que o Planalto está tentando enfrentá-las.
A introdução do sistema de avaliação em todos os níveis é um imperativo para todos aqueles que desejam ver aprimorar-se a qualidade do ensino brasileiro, requisito básico para a formação de um país mais justo.
Em primeiro lugar, a avaliação possibilita a detecção dos problemas, a distribuição mais lógica dos recursos e, ao criar alguma concorrência, tende a retirar muitas das instituições do estado de apatia em que caíram, sobretudo no setor público.
Os resultados do chamado provão já aplicado no ano passado para algumas especialidades do terceiro grau são exemplo claro de como a simples avaliação pode vir a provocar mudanças salutares em muitos estabelecimentos. Para além dos efeitos já mencionados, o provão criou, entre os alunos de algumas escolas que foram mal-avaliadas, uma mobilização pela melhoria do ensino.
É mais do que evidente que, quando a cobrança parte dos próprios interessados, as alterações tendem a ser mais rápidas e mais profundas.
A iniciativa, porém, encerra riscos. Sem o máximo cuidado na elaboração das provas, elas poderiam virar uma espécie de mínimo necessário para cuja resolução _e apenas para ela_ as escolas envidariam esforços, descuidando dos demais requisitos necessários à formação de um bom profissional; fenômeno análogo ao dos "cursinhos", que apenas ensinam a enfrentar o vestibular.
Mas toda e qualquer ação envolve riscos e, no caso da educação, o risco maior é simplesmente não agir e deixar tudo como está. Seria como que condenar o país à condição de nação periférica por um longo tempo.

http://www.uol.com.br/folha/arquivos/

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 1 12 13 14 15 16 17 18

Anexo 30 – "Educação como prioridade", jornal FSP, 29/12/97.

EDUCAÇÃO COMO PRIORIDADE
29/12/97

Editoria: OPINIÃO Página: 1-2 12/13369
Edição: Nacional Dec 29, 1997
Seção: EDITORIAL

EDUCAÇÃO COMO PRIORIDADE

Passados três anos da posse de Fernando Henrique Cardoso e dos novos governadores, talvez o país ainda esteja muito longe de ver superado o histórico distanciamento entre a retórica eleitoreira que sempre elegeu a educação como "prioridade absoluta" e um efetivo combate aos enormes problemas do Brasil nesse setor.

Se, porém, no passado as soluções apresentadas pelo senso comum estiveram quase sempre limitadas a fórmulas genéricas e simplistas, é inegável que a partir de 95 iniciou-se ao menos uma discussão mais complexa a respeito dos meios pelos quais se pretendem superar os desafios educacionais do presente.

Essa discussão foi desencadeada, em larga medida, seja por projetos de lei e propostas de emenda constitucional enviados ao Congresso Nacional pelo governo federal, seja por iniciativas pontuais de gestão educacional idealizadas pelo Ministério da Educação e assumidas por alguns dos Executivos estaduais.

São notoriamente graves os problemas de gerenciamento do sistema que esse debate traz à tona. Já se discutem, em tempo, alternativas para financiamento do ensino público superior, como o estímulo a parcerias com a iniciativa privada ou a polêmica cobrança de mensalidades de alunos mais favorecidos. Ademais, o sistema de aposentadorias precoces nas federais infelizmente já consome grande parte de seus orçamentos.

É motivo de crescente indignação que ainda haja professores do ensino fundamental recebendo R$ 2 por aula, como ocorre no Nordeste. O "fundão", que redistribuirá receitas para a educação de Estados e municípios conforme o número de alunos que essas unidades mantêm, aponta saídas. Vem encontrando, porém, fortes resistências em pelo menos dois setores: o dos que estão acostumados a usar verbas da educação para fins que lhe são estranhos e o dos prefeitos que empregam seus recursos em escolas pré-primárias.

Por sua vez, os programas de renda mínima tentam tornar exequível a universalização do acesso ao ensino fundamental, incentivando a permanência na escola das crianças mais pobres. Ainda em relação ao ensino fundamental, a informatização das escolas públicas vem esbarrando na falta de habilitação de professores.

Já o "provão", ao mesmo tempo em que revela a baixa qualidade do ensino em diversas universidades, indica que os processos de avaliação discente e docente terão de melhorar em precisão e abrangência. O cumprimento de algumas disposições gerais da nova Lei de Diretrizes e Bases (LDB) da educação também não está isento de dificuldades.

Programas de aceleração de estudos para alunos com atraso escolar, por exemplo, em tese louváveis, não poderão servir de instrumento para produzir aprovações indiscriminadas, sem o preparo do aluno para os próximos passos da escolarização.

Vê-se pois que, também na educação, bons propósitos ou exigências genéricas têm mínimo alcance prático. Como na economia, as soluções exigem árdua gestão política: negociações, combate a privilégios, bom gerenciamento, eficiência, empenho modernizador e muito preparo.

http://www.uol.com.br/folha/arquivos/

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 1 12 13 14 15 16 17 18

Anexo 31 – "O provão 2", jornal FSP, 01/07/97.

O PROVÃO 2
01/07/97

Editoria: OPINIÃO Página: 1-2 7/345
Edição: Nacional Jul 1, 1997
Seção: EDITORIAL

O PROVÃO 2
A realização do segundo provão universitário, no último fim-de-semana, foi já bem menos polêmica que a do primeiro. Os boicotes ao exame se reduziram. Houve mesmo alunos que exigiram na Justiça o direito de fazer a prova.
O provão, é bom lembrar, não é uma iniciativa isolada, mas faz parte de um sistema mais amplo de avaliação dos cursos universitários.
A primeira rodada de provas, em 96, surtiu alguns efeitos. Estudantes de escolas que se recusaram a fazer o exame no ano passado _baixando vergonhosamente o nível da avaliação de seu curso_ acorreram em massa ao exame. Faculdades particulares dedicam-se a melhorar os seus currículos e quadros docentes, indicadores que, além do provão, estão incluídos no sistema de avaliação da graduação universitária.
No entanto, observa-se na prática que esse sistema tem falhas. Permite, como já ocorreu, por exemplo, que alguns cursos demitam docentes sem pós-graduação, sem contratar pessoal mais qualificado, apenas para obter melhor conceito, com evidentes prejuízos para o ensino.
Outro risco, maior, é que alguns cursos se especializem apenas em "passar" na avaliação, descuidando de sua principal função, que é a de formar profissionais, tornando-se uma espécie de vestibular, com os defeitos sabidos desse sistema.
De todo modo, o provão e as avaliações concomitantes já serviram para que estudantes e diretores de escolas superiores se empenhem mais ativamente em buscar qualidade, um tema que, se estava na agenda das discussões sobre ensino superior, não era objeto de medida prática visível. O sistema de avaliação _apesar de falhas que podem aos poucos ser sanadas_ é um passo necessário para a melhoria da competência nacional.

http://www.uol.com.br/folha/arquivos/

Anexo 32 – "Os méritos do provão", jornal FSP, 09/06/98.

OS MÉRITOS DO PROVÃO
09/06/98

Editoria: OPINIÃO Página: 1-2 6/4739
Edição: Nacional Jun 9, 1998
Seção: EDITORIAL

OS MÉRITOS DO PROVÃO
Dois aspectos recorrentes, que têm marcado as rodadas anuais do exame nacional de cursos superiores, puderam ser mais uma vez observados na mais recente avaliação. Um deles é positivo. Ficou claro que, por causa do provão, escolas superiores, em especial as privadas, estão cada vez mais preocupadas em se qualificar.
Outro sinal da pressão benéfica que o exame vem exercendo sobre o ensino superior é que também os estudantes passam a exigir cada vez mais qualidade das escolas, as quais muitas vezes pagam a duras penas. Outros deles, excluídos indevidamente da lista de exames, vão à Justiça para exercer seu direito de fazer a prova.
O aspecto negativo fica por conta dos que se opõem de modo desarrazoado à avaliação, hoje felizmente minoritários. Tais manifestações lamentáveis partem especialmente de organizações estudantis, que deveriam ser as maiores interessadas em tornar público o nome dos que oferecem um mau ensino. Essas entidades não percebem as melhorias que tendem a decorrer do exame, criticado por ser uma avaliação insuficiente.
Decerto que apenas os resultados dessas provas não bastam para apontar as carências de uma instituição de ensino superior. Aliás, o próprio fato de que essas avaliações comecem a se tornar rotineiras serve para apontar um de seus possíveis problemas. Há o risco de que faculdades preparem seus alunos como os cursinhos preparam vestibulandos. É preciso que os testes se tornem mais rigorosos a fim de evitar que o provão se torne apenas um teste de capacidades limitadas.
Mas é verdade que não se elabora um sistema de avaliação da noite para o dia. É inegável que o exame presta o serviço público de indicar quais são as escolas caça-níqueis. Agora é preciso aperfeiçoar os testes, tornar a avaliação mais ampla e, tendo em mãos os resultados de três anos, pressionar ou punir as instituições que obstinam na falta de qualidade.

http://www.uol.com.br/folha/arquivos/



Anexo 33 – "Nova ameaça ao provão", jornal FSP, 04/05/99.

NOVA AMEAÇA AO PROVÃO

04/05/1999
Autor: .. 7788ter3Editoria: OPINIÃO Página: 1-2 5/1380Edição: Nacional Tamanho: 1919 caracteres May 4, 1999Seção: EDITORIAL

NOVA AMEAÇA AO PROVÃO
A Folha noticiou na semana passada que uma universidade paulista havia selecionado entre seus estudantes de direito apenas os de melhor desempenho acadêmico para realizar o Exame Nacional de Cursos do MEC, conhecido como provão.A Unaerp (Universidade de Ribeirão Preto), instituição privada responsável por tal estratégia, estaria tencionando melhorar artificialmente o conceito de um de seus cursos na avaliação do MEC. É de temer que essa tentativa de distorcer resultados do provãopossa ter sido adotada por outras instituições universitárias.Iniciativas dessa espécie podem estar prejudicando um meritório sistema de avaliação do ensino superior brasileiro. A exigência do provão já estava levando algumas faculdades a preparar seus alunos como cursinhos fazem com vestibulandos, adestrando-os para o exame mais do que os formando de fato. Além dessa distorção provocada pelo provão, haveria outra: escolas estariam titulando seus professores de afogadilho, sem o devido rigor acadêmico, a fim de atender metas requeridas pelo MEC para melhorar sua avaliação, mas sem que isso leve à melhoria efetiva do desempenho pedagógico e intelectual de seus docentes.Esses mecanismos de maquiagem das deficiências de cursos, os quais podem incluir até, como agora se vê, logros no provão, impõem que o MEC empenhe mais esforços no gerenciamento de suas iniciativas de melhoria do ensino superior.Não apenas ampliando a fiscalização e punindo instituições que não ajam exatamente de boa-fé, mas aprimorando o próprio provão, a fim de não transformá-lo numa espécie de vestibular extemporâneo.A aceitação do provão pela imensa maioria do meio universitário é um avanço digno de nota, sobretudo quando se lembram a resistência corporativa e a celeuma criada na época de sua implantação. Para que não se percam os esforços realizados até agora, são necessários vigilância e empenho redobrados do MEC.

Ferrer,W.M.H. The Exame Nacional de Cursos under the otic of the big paulista priting press. Marília, 2001. 187p. Tese (Doutorado em Educação) Faculdade de Filosofia Ciências e Letras, Campus de Marília, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho".

Abstract

In the context of the globalization process, an economic re-structure imposes new determinations on the superior education, giving it new roles to be played in the newword order. Among them, a broad evaluation process is highlighted. Integrated into the global context, the press is not qualified only as a neutral and impartial information vehicle, but essencially as an organ that forms public opinion. As an active participant of political and social life of the country in which way the press, especifically the newspapers "O Estado de S.Paulo" e "Folha de S.Paulo" positioned themselves in relation to the polemical "Exame Nacional de Cursos", held on November 10 , 1996. After analyzing the selected journalistic material, it was possible to note that the aforementioned newspaper, using editorials and also "between the lines", supported the institution of the broad test "provão". In spite of disagreeing on some questions, the thousands of readers of the analyzed periodicals received positive influence from these means of communicatin regarding the institution of this graduation evaluation tool, contributing to the increasing number of students who attended the tests and who answered the questions.

Keywords: University; evaluation; press.

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 1 12 13 14 15 16 17 18



cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 1 12 13 14 15 16 17 18